

SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Brasília (DF), 2023

SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Brasília (DF), 2023

ORGANIZAÇÃO

Comissão de Formação Profissional e Relações Internacionais

Ruth Bittencourt, Elaine Pelaez, Elizabeth Borges,
Eunice Damasceno e Kenia Figueiredo.

Comissão organizadora do Seminário Latino-Americano e Caribenho Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos

Elizabeth Borges, Ruth Bittencourt, Joaquina Barata, Tania Diniz,
Esther Lemos, Ramiro Dulcich, Wagner Amaral, Elisângela Pankararu,
Gilza Pereira, Liduína Oliveira.

REVISÃO

Comunicação/CFESS

Diogo Adjuto – Jornalista
Rafael Werkema – Assessor de comunicação

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Rafael Werkema


DIAGRAMAÇÃO

Feeling Propaganda

ISBN 978-65-86322-11-8



SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Brasília (DF), 2023



CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)

Presidente: Elizabeth Borges (BA)

Vice-presidente: Maria Rocha (PA)

1ª Secretária: Dácia Teles (RJ)

2ª Secretária: Carla Pereira (MG)

1ª Tesoureira: Kelly Melatti (SP)

2ª Tesoureira: Francieli Borsato (MS)

Conselho Fiscal

Lylia Rojas (AL)

Priscila Cordeiro (PE)

Alessandra Dias (AP)

Suplentes

Elaine Pelaez (RJ)

Mauricleia Santos (SP)

Agnaldo Knevitz (RS)

Dilma Franclin (BA)

Emilly Marques (ES)

Ruth Bittencourt (CE)

Eunice Damasceno (MA)

Kênia Figueiredo (DF)

NOSSO ENDEREÇO

Setor Hoteleiro Sul (SHS) Quadra 6 - Bloco E Complexo Brasil 21 - 20º andar

CEP: 70322-915 - Brasília - DF

Tel: (61) 3223-1652 / cfess@cfess.org.br / www.cfess.org.br

SUMÁRIO

- 07** Prefácio
Esther Lemos
- 21** Apresentação
- 25** O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nas articulações internacionais: desafios na defesa do projeto ético-político brasileiro
Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz
- 109** Seminário Latino-Americano e Caribenho Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos
Mesa 1: As expropriações e luta pela terra dos povos originários na América Latina, Caribe e Brasil: desafios em tempos de neoconservadorismo
- 139** Seminário Latino-Americano e Caribenho Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos
Mesa 2: Movimentos indígenas e a luta por direitos, (des)proteção social e retrocessos de direitos
- 163** Seminário Latino-Americano e Caribenho Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos
Mesa 3: A formação e a intervenção profissional e os povos indígenas: desafios para o fortalecimento do projeto ético político
- 247** Seminário Latino-Americano e Caribenho Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos
Carta-compromisso



PREFÁCIO

A presente publicação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), gestão “Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social” - (2020-2023), chega à categoria num momento de profunda crise humanitária, banalização da vida e desprezo pelos direitos humanos num contexto de ultra neoliberalismo e crescente neoconservadorismo. Ao mesmo tempo, de novo contexto sociopolítico, econômico e cultural no Brasil, cuja vitória eleitoral do novo governo aponta para a reconstrução nacional e compromisso com a vida, particularmente da classe trabalhadora e das milhões de brasileiras/os que atualmente passam fome, são exploradas/os e morrem, à mercê dos grandes lucros e aumento da riqueza de donos/as do capital.

A presente produção também chega no momento em que a categoria profissional expressou seu voto na continuidade do projeto ético-político profissional, histórica e coletivamente construído no processo de sua democratização. A organização política da profissão no país saiu fortalecida e legitimada com o processo eleitoral do Conjunto CFESS-CRESS, realizado nos dias 14, 15 e 16 de março de 2023, elegendo para o CFESS, pela

segunda vez de forma totalmente online, a chapa “Que nossas vozes ecoem vida-liberdade”, com expressivos 27.722 votos.

A guarda e defesa do patrimônio da categoria exige a permanente necessidade de apropriação coletiva do seu legado, para construção de mediações concretas no enfrentamento das requisições do mercado de trabalho. Sendo assim, a presente publicação expressa o compromisso do CFESS com este patrimônio e sua socialização para a atual e futuras gerações profissionais.

A presente produção tem como centralidade as ações no âmbito das relações internacionais, realizadas nos últimos 30 anos, organizadas e mobilizadas pelo Conselho Federal. O movimento da realidade coloca as possibilidades concretas de intervenção neste âmbito; nesse sentido, destacamos duas dimensões que se imbricam neste processo e poderão ser evidenciadas na leitura atenta dos textos.

A primeira refere-se à efetivação do projeto ético-político profissional historicamente construído pela categoria, herdeiro do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e da renovação do Serviço Social no Brasil. A consciência teórica e política quanto ao significado social da profissão, no contexto contraditório e antagônico do capitalismo periférico e dependente, permitiu às/aos assistentes sociais a consciência de sua condição de assalariamento, a crítica da sociabilidade do capital na particularidade latino-americana e sua autocrítica enquanto profissão de natureza interventiva nestas relações sociais.

A literatura profissional, a pesquisa e as/os pesquisadoras/es que vêm colocando o Serviço Social como objeto de estudo, rompendo uma interpretação endógena da profissão, contribuíram para o salto qualitativo que colocou o trabalho e a formação profissional em um novo patamar, tanto como área de intervenção, quanto de produção de conhecimento. Tais avanços analíticos e teórico-metodológicos ganham dimensão ético-política e organizativa ao serem transformados em propostas de intervenção e ação planejada nas instâncias organizativas da categoria. Os tempos são de retrocessos, porém a tradição intelectual da razão histórico-crítica oferta “régua e compasso” para coletivamente tecermos a manhã desejada, superando fatalismos e/ou messianismos, como nos lembra a prof.^a Marilda Iamamoto.

A segunda dimensão refere-se à particularidade do processo político-organizativo da profissão no Brasil. Existindo no país desde 1936, com o marco da criação da primeira escola de Serviço Social na PUC-SP, seguiu-se sua expansão e luta por regulamentação profissional. No âmbito do exercício profissional, em 1947, as/os assistentes sociais brasileiras/os se organizaram na Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), aprovando o primeiro Código de Ética Profissional (com base neotomista), organizando-se politicamente na defesa de um projeto profissional conservador e, naquela conjuntura, buscando reconhecimento profissional.

Esta luta foi estratégica e, diferentemente de outros países do continente que ainda não possuíam sua regulamentação, no

Brasil, no contexto do governo Juscelino Kubitschek, em 27 de agosto de 1957, foi sancionada Lei nº 3.252, primeira lei de regulamentação da profissão. A referida lei foi regulamentada cinco anos depois, pelo Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, pelo então ministro do Trabalho e Previdência Social, André Franco Montoro, no contexto do governo João Goulart.

Este decreto criou o Conselho Federal e Regionais de Assistentes Sociais, o CFAS e os CRAS, com a atribuição de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de assistente social, funcionando como tribunal de ética profissional, com estrutura regionalizada para o registro profissional, que passou a ser obrigatório. Com o decreto, a elaboração e aprovação, bem como o zelo pela observância do Código de Ética Profissional, couberam ao CFAS e aos CRAS respectivamente. A gestão do Conselho Federal e dos Regionais passou a ser realizada pelas/os próprias/os assistentes sociais eleitas/os entre seus pares.

No caso do CFAS, seu funcionamento iniciou em 1963, em plena efervescência política do contexto pré-golpe empresarial civil-militar, hegemonizado pelo projeto conservador até o período constitucional. Desde então, nas tensões políticas da abertura democrática, pela organização da categoria, sua direção foi disputada e vitoriosa a direção ético-política sintonizada com o processo de democratização das relações sociais no país. Desde 1963, o Conselho Federal está em ininterrupto funcionamento, completando 60 anos em 2023.

Quando poderíamos identificar que houve a *ruptura* com o projeto conservador na gestão do Conselho Federal? Esta questão merece ser aprofundada, considerando que é importante registrar que a aprovação da nova lei de regulamentação da profissão, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, exigiu prévia e intensa mobilização da categoria para sua aprovação. Entre os avanços desta lei, destaca-se a regulamentação do Encontro Nacional CFESS-CRESS como o fórum máximo de deliberação da categoria no país, democratizando a tomada de decisões e sua legitimidade.

Historicamente é possível identificar o ano de 1990 como marco da ruptura com o conservadorismo na gestão do Conselho Federal, com a eleição e posse da nova gestão. No contexto de implantação no neoliberalismo no país com o governo Collor de Melo, a mobilização da categoria no país inteiro, na defesa de direitos sociais e no debate sobre o novo Código de Ética, foi central. Avançando no processo organizativo, foi realizado o I e o II Seminário Nacional de Ética em 1991 e em 1992, respectivamente, sendo referendada a proposta do novo Código de Ética no XXI Encontro Nacional. No conjunto das discussões e eventos coletivos da categoria, a formação de quadros, a divulgação da nova lei e do novo Código de Ética, juntamente com o avanço da pesquisa na área, foram fundamentais para a consolidação do que depois se convencionou chamar *projeto ético-político profissional*. Este período histórico é pleno de determinações, que confluíram no novo arcabouço jurídico-

normativo da profissão no Brasil, atualmente em vigência, incluindo posteriormente o âmbito da formação profissional, com a aprovação da proposta de Diretrizes Curriculares na assembleia geral da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em 8 de novembro de 1996.

As páginas que se seguem reconstroem as ações aprovadas pela categoria em seu fórum máximo de deliberação e executadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) ao longo das diferentes gestões, desde o início da década de 1990 até os dias atuais.

O destaque a este aspecto não apenas registra a institucionalização formal da profissão, mas, no contexto contraditório do Estado burguês, a legalidade e legitimidade da representação da categoria dentro e fora das fronteiras nacionais. Como visto, o marco da existência da profissão no país, e também em demais países no âmbito internacional, é anterior aos seus processos internos de regulamentação (ou não) pelos diferentes Estados nacionais.

Eis a questão: o que dá legitimidade para representação da categoria de determinado país em âmbito internacional? A partir das duas dimensões anteriormente destacadas, considera-se central observar o processo de auto-organização e livre associação da categoria, podendo ou não ser regulamentada pelos respectivos Estados nacionais e a respectiva direção ético-política que subsidia seu processo organizativo. Não existe homogeneidade da categoria profissional nem no âmbito

nacional, nem no âmbito internacional. Sendo uma profissão heterogênea e que expressa a disputa de projetos societários, a democratização do processo político-organizativo e de sua direção social é absolutamente central para a legitimidade da representação e participação, direta e indireta, da categoria profissional, dentro e fora dos respectivos países.

Não é mera formalidade, ou menos importante, o zelo pela institucionalidade e patrimônio, material e imaterial, da categoria. No atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, esta é condição para o exercício democrático e legitimidade da categoria, viabilizando possibilidades de exercício da relativa autonomia profissional.

Considerando o Serviço Social na história, qual perspectiva de internacionalização e de relações internacionais tem sido construída pelo Serviço Social brasileiro? Os princípios do Código de Ética Profissional aprovado pela categoria em 1993 e seus fundamentos ontológicos apontam para a crítica radical da sociabilidade capitalista e todas as suas formas de exploração, opressão e dominação; crítica ao eurocentrismo e colonialismo. Trata-se da perspectiva internacionalista do trabalho e não do capital.

Os textos aqui contidos possuem duas naturezas distintas. O primeiro com título "O Conselho Federal de Serviço Social nas articulações internacionais: desafios na defesa do projeto ético-político brasileiro", escrito por Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, representando as/os assistentes sociais brasileiras/os como

atual vice-presidenta da Federação Internacional de Assistentes Sociais Sociais na região América Latina de Caribe (FITS-ALC), recupera a trajetória das relações internacionais do CFESS no âmbito das organizações da categoria no âmbito internacional.

Nas linhas que se seguem, você conhecerá quais são as organizações internacionais às quais o CFESS, representando o Serviço Social brasileiro, esteve/está vinculado: de 1995 a 2013, o Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social, juntamente com Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, envolvendo os 5 países do Cone Sul; este espaço se amplia a partir de 2013, constituindo-se o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Trabalho Social/Serviço Social (COLACATS). Além dos países do Cone Sul, o integram: Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, El Salvador, Granada e Panamá, agregando 17 países; em 1996, foi aprovado o ingresso do CFESS na Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS), atualmente agregando 148 países filiados dos cinco continentes, dentre estes a América Latina e Caribe atualmente com 20 países, além dos 17 que integram o COLACATS, mais a Bolívia, o Suriname e Barbados.

Com base em documentos e depoimentos de assistentes sociais que, sendo conselheiras do CFESS em diferentes gestões, representaram a entidade e o país nas diferentes organizações, a autora traz a público os meandros das relações internacionais nestes espaços de forma sistematizada, contextualizada histórica e analiticamente.

O patrimônio da categoria é defendido na medida em que também se torna conhecido e apropriado pelo conjunto de profissionais e estudantes de Serviço Social em todo o país. Nesse sentido, esta publicação cumpre um objetivo central, que é dar visibilidade às ações do CFESS em sua representação no âmbito das relações internacionais.

O segundo grupo de textos refere-se à realização do Seminário Latino-americano e Caribenho sobre Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos nos dias 14 e 15 de julho de 2022, na cidade de Brasília (DF), com transmissão online, tendo em vista a necessidade dos cuidados sanitários em função do contexto pandêmico.

A presente produção também contribui significativamente com o processo de educação permanente da categoria, socialização e disseminação do conhecimento na área, suprimindo uma lacuna histórica no âmbito do trabalho e da formação profissional com relação à temática.

Sabe-se que a presença de populações originárias nos territórios mundiais, parcialmente destruídas pelo avanço das ditas “civilizações” europeias e ocidentais, resultam das lutas de resistência desses povos, com suas diferentes culturas e organizações étnicas. Eis porque muitas delas sobreviveram.

Segundo MOTTA (2021) “Estima-se que existam hoje no mundo pelo menos 5 mil povos indígenas, somando cerca de 350 milhões de pessoas, representando 5% da população mundial”,

as quais, segundo o mesmo autor, habitam em zonas que contém 60% dos recursos naturais do planeta (petróleo, minas, ricas florestas originais, terras agriculturáveis, rios piscosos, água potável, rica fauna, etc.). Não obstante tais riquezas, são etnias que vivem na pobreza, lutando para não perder suas terras e reservas naturais.

Cumprindo a deliberações da Plenária Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizada de 2 a 4 de outubro de 2020, o seminário dialogou com as representações internacionais que estão à frente da presidência da FITS-ALC (Panamá), da Comissão de Povos Indígenas da FITS-ALC (Peru), Comissão de Direitos Humanos da FITS-ALC (México), Presidência da ALAEITS (Costa Rica) bem como com a representação de assistentes sociais indígenas e não indígenas da Articulação Nacional Serviço Social e Povos Indígenas, oportunizando o intercâmbio e o conhecimento da organização política da categoria tanto no Brasil, quanto de suas relações internacionais, articulando trabalho e formação profissionais.

O Seminário teve como objetivo debater e formular a agenda política sobre a questão indígena no Brasil e na América Latina e Caribe, no âmbito da formação e intervenção profissional e política de assistentes sociais. Como objetivos específicos, foi proposto: fomentar o debate sobre a questão indígena, numa perspectiva histórica e de totalidade; garantir um caráter latino-americano e caribenho na participação e na abordagem do conteúdo; promover um espaço de formação

política e fortalecimento da categoria diante das contradições enfrentadas pelos povos originários na sociabilidade do capital; discutir questões específicas da formação e do exercício profissional e das políticas sociais, na perspectiva das demandas dos povos indígenas; promover o debate sobre a questão indígena entre as entidades representativas da categoria na América Latina e Caribe, no âmbito do trabalho e da formação; promover a participação de outras categorias e movimentos sociais no encontro; dar seguimento à agenda política do CFESS no âmbito das relações internacionais; proporcionar um espaço de educação permanente da categoria; fomentar redes de intercâmbio e de cooperação entre profissionais e pesquisadores/as indígenas e não indígenas na América Latina e Caribe.

Organizado para ser realizado em três mesas, o seminário contou com expositoras mulheres, nacionais e convidadas estrangeiras, indígenas e não indígenas. Foi divulgado e transmitido de forma online com tradução para o português e para o espanhol, respectivamente nos canais do YouTube do CFESS (português) e da Abepss (espanhol).

Foi criada uma página web com localização específica para o seminário, disponível em <https://cfess.org.br/seminario-latino/index.php>. Toda a programação, incluindo os vídeos com a gravação de todas as mesas, bem como o espaço do “mural” com produções da área sobre a temática, podem ser acessadas neste site. O seminário superou as expectativas, contando com

8.698 pessoas inscritas. Além de brasileiras/os, foram realizadas inscrições da Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Haiti, Honduras, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai, São Tomé e Príncipe e países da Europa.

Finalmente, o presente documento dá visibilidade e publica a Carta-Compromisso firmada entre as organizações representativas e participantes do seminário. Esta expressa uma agenda política para o Serviço Social brasileiro e internacional. Com esta publicação, objetiva-se expressar o marco histórico desta Carta-Compromisso e, ao mesmo tempo, a necessidade de sua amplificação e multiplicação em ações efetivas no cotidiano profissional.

O seminário foi permeado por arte e cultura, expressões de nossa ancestralidade e atualidade, mas também por denúncias de violações de direitos. Reconhecendo conquistas, na abertura do segundo dia, apresentou o vídeo divulgando a deliberação do Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em 11 de maio de 2022, no qual foi aprovada a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao pensador, ativista e xamã yanomami Davi Kopenawa. Recentemente, a tragédia sanitária e humanitária da terra yanomami veio a público, evidenciando o que os movimentos têm denunciado: a conivência e o abandono do Estado, o garimpo ilegal, a violência sexual de mulheres e crianças, desestruturação dos postos de saúde e mortes. Não podemos nos calar! *Que nossas vozes ecoem vida-liberdade!*

Assumindo do compromisso com a defesa das lutas pela demarcação dos territórios indígenas e dos direitos humanos, a presente publicação apresenta às/aos assistentes sociais um conjunto de mediações concretas, implementadas democrática e coletivamente nos últimos anos, ensejando que alcance corações e mentes dispostas a avançar na luta, que é internacionalista. Só a luta muda a vida!

Sob as águas de março no fim do verão de 2023.

Esther Lemos



APRESENTAÇÃO

Ao lançar esta brochura, cumprimos o compromisso de divulgar as realizações do CFESS nas relações internacionais, esperando incentivar e inspirar a categoria profissional, seja no campo da formação e do exercício profissional, a fortalecer nossas raízes latino-americanas e caribenhas e formular estratégias para defesa dos direitos humanos.

Na primeira parte, consta o relatório elaborado pela representante do CFESS na vice-presidência da região América Latina e Caribe da Federação Internacional de Assistentes Sociais/Trabalhadores Sociais (FITS-ALC), resgatando a atuação das 3 últimas gestões da entidade, que estiveram envolvidas com ações no plano internacional. Com esta publicação, é possível compreender as contribuições do Serviço Social brasileiro para fazer avançar as articulações latino-americanas e caribenhas e o nosso esforço em criar o espraiamento do projeto ético-político profissional junto a entidades profissionais no mundo.

O relatório mostra com fidelidade um conjunto de intervenções, como um testemunho do reconhecimento internacional à produção do Serviço Social que aqui praticamos e defendemos, buscando ampliar o diálogo sobre a formação crítica e sobre as possibilidades da intervenção profissional.

Recuperar esse histórico foi uma decisão da gestão, no sentido de delinear o modo de atender à demanda de atuação no âmbito internacional, conectando passado e presente, a partir das deliberações do Conjunto CFESS-CRESS para esta pauta. O caminho traçado levou-nos à realização do Seminário Latino-Americano e Caribenho com o tema “Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos”, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 14 e 15 de julho de 2022, na modalidade on-line. Este evento reuniu na programação assistentes sociais indígenas, representantes e lideranças indígenas e representantes das comissões Indígena e de Direitos Humanos, da presidente da FITS-ALC e da ALAEITS. Suas exposições constam da segunda parte desta publicação.

Foi um evento que trouxe contribuição efetiva ao debate sobre a defesa dos povos originários e tradicionais, reforçando a inserção da categoria na luta e resistência junto às comunidades indígenas, quilombolas, que estão no campo e nas cidades. Consta, ainda, a Carta-Compromisso elaborada e apresentada ao final do evento, expressando o posicionamento ético-político das entidades envolvidas.

Esperamos que a leitura dos textos desperte na categoria e em leitores/as em geral o interesse e envolvimento nos temas afetos às relações internacionais e, sobretudo, o engajamento na luta em defesa da vida e garantia de demarcação dos territórios dos povos originários.



Representando a Comissão RI Ampliada, constituída na atual gestão, contamos com o prefácio da professora dra. Esther Lemos, a quem agradecemos a contribuição e, em seu nome, expressamos nosso reconhecimento a todas as pessoas envolvidas na atuação nessa frente durante o triênio 2020-23 e na elaboração desta nova publicação, como um registro da história em movimento.

Verão 2023

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do serviço social (2020-2023)





O CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) NAS ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS: DESAFIOS NA DEFESA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO BRASILEIRO

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz¹

¹ Assistente social, docente adjunta do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus Baixada Santista. Ex-conselheira do CFESS nas gestões 2014-2017 e 2017-2020. Vice-presidente da FITS/Região América Latina e Caribe, gestão 2020-2024. E-mail: tgdiniz@uol.com.br. Agradeço a leitura cuidadosa dos membros da Comissão Ampliada de Relações Internacionais do CFESS (gestão 2020-2023), particularmente de Maurilio Castro de Matos e Esther Luiza de Souza Lemos.

1. Introdução

Este texto se propõe a contribuir para um balanço histórico das ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) com vistas a construir e consolidar ações políticas em âmbito internacional, movimento que acumula investimentos políticos e profissionais em longo tempo. Registra-se que a vocação internacionalista do Serviço Social brasileiro tem raízes na sua emergência no Brasil, haja vista a sintonia estabelecida com o Serviço Social mundial, somando forças com concepções desenvolvimentistas, de cariz conservador, a exemplo das temáticas das diversas Conferências Internacionais às quais esteve presente, ocorridas entre os anos de 1928 e 1978, sob orientações que emanavam do Conselho Internacional do Bem-Estar Social (CIBS), da Organização das Nações Unidas (ONU) ou do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - (VIEIRA, 1982).

Todavia, nesse balanço histórico, pretende-se priorizar a última quadra histórica, impulsionada pelas grandes mudanças nas relações sociais capitalistas tornadas mundializadas sob a hegemonia neoliberal, cujos condicionamentos econômicos impuseram reformas nos sistemas de *welfare* e no processo de acumulação capitalista via financeirização (MURIEL, 2009, p. 25), reformas que respondem melhor à designação de contrarreformas (BEHRING, 2003). Os anos 1980/1990 foram decisivos “no contexto generalizado de reformas dos sistemas



de *welfare* [...] tanto em países centrais como nos periféricos”, palco de elaboração das políticas governamentais de combate à pobreza, referenciadas no “movimento da economia fora de suas fronteiras” (PIERSON, 2001 *apud* MURIEL, 2009, p. 46).

As novas configurações das forças sociais se fortaleceram em um cenário histórico, econômico e político, no qual vêm predominando práticas político-econômicas que propugnam ‘liberdade’ com características individualistas e enaltecem capacidades empreendedoras, na afirmação do direito à propriedade privada – terra e riqueza – e têm no Estado os mecanismos institucionais para o exercício destas práticas (HARVEY, 2014, p. 12). Em outras palavras, o processo de neoliberalização das últimas décadas tem produzido uma “destruição programada das regulamentações e das instituições” e intensificado uma competição generalizada sob relações sociais mercantilizadas, que justificam desigualdades profundas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

As transformações globais do capitalismo neoliberal e sua mediação fundamental, o Estado (nos dizeres de Behring, 2018), têm construído formas sofisticadas para oprimir e invisibilizar a pobreza, para criminalizar e exterminar segmentos sociais denominados minoritários, como as mulheres, os/as negros/as, os/as LGBTQIA+, alimentando o racismo estrutural e aprofundando as diversas expressões das desigualdades econômica, política, social e cultural, seja nos países centrais, seja nos países periféricos. A concentração da renda e da riqueza e



os desmandos de um poder político que sustenta essa concentração promovem um panorama de desigualdades, em termos mundiais, injusto, profundamente excludente e antidemocrático. Em síntese, “o Estado neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital” (HARVEY, 2014, p. 85).

No que tange à realidade brasileira, as implicações dessas mudanças geopolíticas e econômicas, que tem lugar a partir dos anos 1980, têm sido complexas e profundas porque, ainda que tenham convergido para o rompimento dos desmandos de um Estado autocrático sob uma ditadura militar empresarial que durou 20 anos, não eliminaram o patrimonialismo das instituições e, tampouco, o patriarcado e o racismo de uma cultura política com heranças de um passado escravagista.

Conforme Behring (2018), os avanços constitucionais, nos anos subsequentes, conflitaram com tempos de contrarreformas e ajustes fiscais, conduzidos por governos de diferentes matizes que, respondendo às exigências e aos mandos dos organismos multilaterais, atuaram sobre a miséria sem deixar de atender aos interesses da burguesia nacional e do grande capital e sem mudanças estruturais (BEHRING, 2018, p. 61).

São leituras da realidade que convergem para referendar as razões que colocam o CFESS como sujeito político no cenário internacional, na defesa de um Serviço Social ético-político, seja fazendo enfrentamentos, seja afirmando e se somando às



vozes críticas do Serviço Social no mundo, sob o compromisso com a defesa da liberdade como valor ético central, dos direitos humanos e de um projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora.

E, ainda que a articulação internacional se veja diante dos dilemas postos por padrões históricos de poder, de desigualdades e violências que caracterizam as relações capitalistas nos países centrais com os países periféricos ou mesmo entre os países periféricos, vale a pena superar as barreiras e “investir na organização internacional, para que expressemos para o mundo a nossa voz e as nossas posições políticas” (TEIXEIRA, 2006, p. 25). E, nesse sentido,

O amadurecimento teórico-metodológico advindo de estudos e pesquisas com a direção ético-política herdeira da construção crítica do Movimento de Reconceituação na América Latina, a articulação entre trabalho e formação profissional na concepção da profissão e na articulação estratégica entre as entidades da categoria, o intercâmbio cultural permitido nos espaços dos Programas de Pós-Graduação, criaram as condições de, na década de 1990, o Serviço Social brasileiro ampliar a extensão da organização política da categoria para além de suas fronteiras (LEMOS; MATOS; RAMOS, 2019, p. 112).

É importante partilhar a atuação do CFESS, representando assistentes sociais brasileiros/as nas organizações in-



ternacionais, a partir dos anos 1990, principalmente considerando suas duas dimensões: uma voltada para o continente latino-americano e caribenho e outra voltada para o contexto mundial mais amplo. No decorrer das últimas três décadas, o CFESS tem atuado ativamente na Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS ou IFSW, sua sigla em inglês), no Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social (Comitê Mercosul) e, posteriormente, quando forças políticas da categoria profissional se articularam para além dos membros do Mercosul, na construção do Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (Colacats). Uma articulação internacional que ganha importância, segundo Teixeira (2007, p. 52),

no contexto da mundialização do capital, do avanço das forças produtivas no campo da comunicação e da intensa planetarização das relações políticas, econômicas e culturais. Há, no mundo inteiro, uma agudização do processo destrutivo do capital, com o agravamento da questão social e ambiental e uma expressão sem precedentes da superpopulação relativa, impondo-nos tratar as questões, tanto em sua particularidade em cada país, como também em sua globalidade.

Nessa lógica, parte-se do pressuposto de que a representação internacional do CFESS, no decorrer dos anos e em



diferentes gestões, respaldada nos debates da profissão, construiu um acúmulo político, teórico e social. Contribuiu para uma agenda de defesa de um Serviço Social comprometido, coletivo, com visão crítica e reflexiva, principalmente em termos do fortalecimento das relações políticas entre os países da região da América Latina e Caribe e na articulação com outros países membros da FITS, incorporando os interesses dos/as assistentes sociais.

E o desafio está em aprofundar essas relações, legitimadas pela adequação crítica da profissão “às exigências do seu tempo, qualificando-a academicamente” e na sua “base normativa, expressa na Lei de Regulamentação da Profissão, que estabelece as competências e as atribuições profissionais, e no Código de Ética do Assistente Social, de 1993” (IAMAMOTO, 2019, p. 46).

Assim, como procedimento metodológico², foi realizada a coleta de depoimentos das assistentes sociais que, em diferentes momentos históricos, contribuíram com a construção de uma atuação política do CFESS no âmbito internacional. O seguinte roteiro orientou os depoimentos: o processo de participação no espaço internacional; principais desafios identificados durante essa representação; significado político da participação do CFESS

2 No Projeto A atuação do CFESS nas relações internacionais: depoimentos dos sujeitos, aprovado pelo Conselho Pleno do CFESS, na Gestão 2017/2020 e referendado pela Gestão 2020/2023, justificou-se o seu desenvolvimento, tendo em vista a reconstrução da memória histórica da atuação do CFESS nos espaços internacionais, orientado pela afirmativa de que, no cumprimento de uma agenda política, o Conselho Federal tem contribuído no debate crítico do Serviço Social ao nível mundial.



em espaços internacionais. Nos depoimentos, as assistentes sociais deixaram fluir suas experiências de representação do CFESS em espaços de articulação internacional e, posteriormente, buscou-se contextualizar as informações no entrecruzamento entre sujeito e tempo histórico (FERRAROTTI, 2007).

Subsidiados pelos depoimentos e suas análises, aspectos importantes foram destacados nos vínculos estabelecidos entre memórias e contexto, cujas referências foram buscadas em registros nos sites institucionais e documentos arquivados no CFESS (relatórios de reuniões, atas, registros de viagens, memórias da Comissão de Relações Internacionais) e em produções acadêmicas que tratam do tema, com vistas a dar visibilidade à articulação política do Serviço Social para além das fronteiras brasileiras, sob a direção do projeto ético-político profissional.

2. Sobre as organizações internacionais: aspectos históricos e políticos

2.1 Antecedentes: a construção da Federação Internacional de Serviço Social/Trabalho Social (FITS)

A FITS segue os padrões das organizações não governamentais internacionais nas suas estratégias de construção de redes transnacionais, convocatória de mobilizações, celebração de eventos próprios, participação em encontros de organismos



internacionais, publicação de boletins e revistas, declarações de políticas de ação, incorporação de temas que dialoguem e ampliem o debate do Serviço Social no contexto mundial, configurando a complexidade das disputas de projetos societários e profissionais em curso.

É um organismo multicultural e heterogêneo do ponto de vista político-econômico, que gerencia a coexistência de organizações oriundas de países tão diversos, do ponto de vista das relações de produção e reprodução social, como os representantes dos centros hegemônicos do mundo capitalista, os países situados na periferia do capital e países cujas relações mútuas são conflituosas e muitas vezes discordantes, a exemplo da Palestina e Israel (TEIXEIRA, 2006).

Sua estrutura interna, organizada em um grupo diretivo, no comitê executivo e nas diferentes comissões (Ética, Direitos Humanos, Indígena, Educação e Nações Unidas), contribui com a atuação política que tem como finalidade produzir impactos no Serviço Social desenvolvido por profissionais no cenário internacional. Segundo documentos da FITS³, o Serviço Social tem uma longa tradição de internacionalismo, principalmente na articulação com outras organizações internacionais de interesse especial para a profissão.

³ Foram consultados documentos oficiais da FITS, além de relatórios regionais e internacionais, relatórios financeiros, relatórios anuais e várias pesquisas foram realizadas no site da organização (www.ifsw.org).



A origem da FITS remonta a 1928, período entreguerras⁴, quando foi criada em Paris (França), com a designação de “Secretariado Internacional Permanente de Assistentes Sociais” (International Permanent Secretariat of Social Workers/ IPSSW). A criação tinha como objetivos promover o Serviço Social como profissão e mobilizar e facilitar contatos entre profissionais em nível mundial. Na 1ª Conferência Internacional Serviço Social e Indústria, Saúde Pública, Organizações, Preparo de Pessoal, Serviço Social de Casos, realizada em Paris em 1928, foi proposta a sua formação. Estavam presentes mais de 2000 assistentes sociais, oriundos/as de 42 países, mobilizados/as para discutir o futuro da proteção social. Entre os temas debatidos, estavam a interdisciplinaridade da proteção social, o profissionalismo, a educação e o Serviço Social. Em 1932, na 2ª Conferência Internacional sobre Ciências Sociais e Serviço Social, realizada em Frankfurt (Alemanha), os Estatutos do IPSSW foram provisoriamente elaborados, a partir de um acordo estabelecido entre os oito membros fundadores: Bélgica, Tchecoslováquia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Suécia, Suíça e Estados Unidos. A IPSSW se estabeleceu inicialmente em Berlim e, posteriormente, em Genebra e Praga, e suas

4 Fim de uma década considerada “era dos grandes negócios” e em tempos de crise do capitalismo liberal, que paulatinamente é substituído pelo capitalismo monopolista, o final dos anos 1920 se caracterizou por um crescimento industrial desordenado, principalmente nos EUA, quando a revolução tecnológica faz duplicar a produção industrial; há também uma superprodução no setor agrícola, que se soma ao crescimento da construção civil e do comércio, privilegiando o acesso a um determinado segmento da sociedade, prenunciando o que se denominou rodaminho econômico-financeiro da crise de 1929, e que afetou quase toda a Europa e a América Latina. A tensão social mundial era grande, terreno para diferentes ideologias políticas que iam dos liberais aos socialistas e comunistas, abrindo espaço para a emergência do fascismo na Europa (MOTA, 1986, p. 299).



atividades foram interrompidas durante a Segunda Guerra Mundial, permanecendo inativa até 1950.

Após essa interrupção, por ocasião da Conferência Internacional de Bem-Estar Social, ocorrida em 1950, novamente em Paris (França), com o tema O Serviço Social e sua adaptação ao mundo moderno, foi tomada a decisão de refundá-la com outro formato, desta vez como uma federação internacional, representando assistentes sociais do mundo. O acordo estabelecido durante a conferência deliberou que a federação somente reiniciaria suas atividades quando contasse com a filiação de, no mínimo, sete organizações nacionais.

Como resultado de um trabalho intenso de articulação política, a organização foi refundada em 1956, em Munique (Alemanha), na Conferência Internacional de Bem-Estar Social, cujo tema Industrialização e seu impacto no Serviço Social dialoga com o contexto de plena expansão do *welfare* nos países centrais do capitalismo. Inicialmente, 12 organizações formaram a Federação Internacional de Trabalho Social (FITS) - Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Itália, Holanda, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. É interessante ressaltar que, apesar das contradições próprias de uma organização multicultural e heterogênea politicamente, o crescimento do número de membros associados tem sido constante ao longo de sua história.

Atualmente, a FITS está sediada em Rheinfelden (Suíça) e é integrada por organizações profissionais nacionais de



Serviço Social de 148 (cento quarenta e oito) países de cinco regiões continentais, que representam mais de 3.000.000⁵ de assistentes sociais, oriundos/as de todas as partes do mundo. As cinco regiões continentais são: África, Ásia e Pacífico, Europa, América Latina e Caribe e América do Norte (EUA e Canadá.). Os países, associados como membros, pagam anualmente uma quota estabelecida a partir do número de assistentes sociais e a sua situação econômica no contexto mundial. Os recursos da FITS também advêm de filiações individuais, denominadas 'amigos da FITS', royalties oriundos da Editora Sage com a venda de livros e alguns fundos.

A instância máxima deliberativa da FITS é a Assembleia Geral, que ocorre a cada dois anos, normalmente antecedendo as conferências mundiais e, além dos integrantes do Comitê Executivo, é formada também por até três delegados/as de cada um dos países filiados à FITS, e por observadores/as e convidados/as. Durante a assembleia, são realizadas eleições, aprovação de novos membros da FITS, apresentadas e aprovadas proposições políticas e aquelas originadas do trabalho das comissões, relatórios das regiões e de finanças, e moções.

A Conferência Mundial de Serviço Social da FITS é um evento de mobilização e apresentação de trabalhos. Desde 2010, as conferências mundiais vêm sendo realizadas conjuntamente entre as organizações internacionais FITS, CIBS e AIETS, com

⁵ Este número é impreciso, porque há diferenças entre as associações nacionais e colégios profissionais dos diversos países, que congregam assistentes sociais, em termos das exigências de filiação, como requisito para o exercício profissional. Assim, este número abrange os/as profissionais filiados/as.



uma breve separação ocorrida no ano de 2020, quando cada entidade realizou sua conferência mundial. A FITS, representando o exercício profissional, mantém vínculos de colaboração mútua com estas duas entidades internacionais de Serviço Social, que são consideradas organizações irmãs: Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AIETS/IASSW), que representa a formação profissional, e o Conselho Internacional de Bem-Estar Social (CIBS/ICSW)⁶, que atua na defesa do bem-estar social, e cuja relação com a FITS data de sua origem. Além da conferência mundial, as regiões organizam as conferências regionais, que antecedem a mundial.

2.1.1 FITS e sua organização institucional

A estrutura interna da FITS organiza-se no grupo diretivo, constituído pela presidência global⁷, vice-presidência global,

6 O Conselho Internacional de Bem-estar (CIBS/ICSW), fundado em 1928 e desde o início conectado à FITS e à Associação Internacional das Escolas de Serviço Social (AIETS/IASSW), cuja origem também data deste período, constituem organizações de âmbito internacional e explicitam nas suas ações a importância da construção de relações no campo dos serviços sociais no plano global. E guardadas as diferenças, inclusive ideológicas e de método, elas vêm desenvolvendo ações em conjunto no decorrer dos anos. No caso da AIETS, é importante ressaltar sua conexão regional na região da América Latina e Caribe, com a Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS). Para apropriação de aspectos da história da ALAEITS, veja Revista Temporalis no. 7, 2003.

7 A presidência é eleita a cada quatro anos, podendo ser reconduzida se for do interesse dos membros da FITS em processo eleitoral. Este cargo, atualmente, é ocupado por Silvana Martinez, assistente social da Argentina, eleita durante a Assembleia Geral em Dublin, Irlanda, para a gestão 2018-2022; a vice-presidência global, eleita em 2020, em reunião do Comitê Executivo, está com Rose Henderson, assistente social da Nova Zelândia, que também ocupa o cargo de presidente regional da Ásia e Pacífico; o tesoureiro é Victor Iván García Toro, de Porto Rico e o secretário-geral, Rory Truell, da Suíça. De acordo com seus documentos, até o ano de 2021, a FITS teve 17 presidentes e é a primeira vez que ocupa esse cargo uma assistente social oriunda da Região América Latina e Caribe.

tesoureiro/a e o secretário-geral. Os cargos de presidente e tesoureiro/a são eleitos na assembleia geral.

O cargo de vice-presidente é eleito pelo Comitê Executivo. Para o trabalho a ser desenvolvido nas cinco regiões, são eleitos (sempre na Assembleia Geral da FITS) membros dos diferentes países e regiões, que ocuparão os cargos de presidente e vice-presidente regional. Esta estrutura compõe o Comitê Executivo, constituído pelo grupo diretivo e pelos/as presidentes e vice-presidentes das cinco regiões citadas anteriormente.

Também compõem o Comitê Executivo os/as coordenadores/as das comissões da FITS: Direitos Humanos, Ética, Nações Unidas, Educação e Indígena, que deverão atuar a partir do compromisso da profissão com seu patrimônio ético e de direitos humanos. Registra-se que a Comissão de Direitos Humanos foi aprovada em 2002, como resultado de debates sobre o significado dos direitos humanos que contemplasse a diversidade mundial, principalmente em termos de incorporação dos níveis econômicos, políticos, culturais e ambientais. A Comissão Indígena foi referendada na Assembleia Geral de 2020, resultado de uma luta histórica dos povos indígenas e de assistentes sociais indígenas, na defesa de seus direitos e do reconhecimento de seus conhecimentos como povo originário.

O secretário-geral ocupa uma posição de trabalho remunerado em tempo integral, é indicado e nomeado pelo Comitê Executivo, e compõe o grupo diretivo como membro *ex officio*. Sua função é contribuir para o desenvolvimento e implementação



dos objetivos estratégicos da FITS, trabalhando próximo à presidência. A cada dois anos, ele deve prestar contas de suas atividades à Assembleia Geral e ao Comitê Executivo. Observa-se que, a depender do perfil e características particulares mais ou menos flexíveis, em termos dos processos decisórios, da presidência global e membros do Comitê Executivo, o secretário-geral traz para si significativo poder político, inclusive em instâncias deliberativas e de representação institucional mundial, poder que assume proporções que extrapolam as atribuições do cargo administrativo, pela influência e controle da máquina institucional.

Finalizando a constituição do Comitê Executivo, o parlamentar é alguém indicado pela direção da FITS para atuar nos processos decisórios e nas divergências de compreensão que poderão emergir dos mesmos, buscando trazer segurança política nas interpretações de resoluções, deliberações e mesmo de questões de ordem.



Comitê Executivo FITS 2018-2022



Essa estrutura dirigente orienta-se pelos objetivos da FITS: promover e valorizar o Serviço Social como uma profissão necessária no mundo, por meio de ações de cooperação em bases internacionais; apoiar organizações profissionais nacionais, estimulando a inserção e participação de assistentes sociais no planejamento social e na formulação de políticas sociais, nacional e internacionalmente; encorajar e facilitar contatos entre assistentes sociais de todos os países; apresentar os posicionamentos da profissão em nível internacional por meio de relações com organizações internacionais.

Como um ator internacional e sob a influência tanto de grupos conservadores, quanto de grupos mais críticos à dinâmica da acumulação capitalista, a FITS tem elaborado manifestos políticos e publicado documentos sobre temas de importância para assistentes sociais (tais como saúde, ISTs/AIDS, migração, refugiados/as, mulheres, indígenas), buscando incidir nos debates em um mundo cada vez mais complexo. Uma análise crítica dos documentos demonstra a visão de mundo da organização, sua leitura dos conflitos mundiais e a disputa hegemônica ideopolítica que emergem das contradições do Serviço Social, a exemplo da expulsão da África do Sul como membro, em razão do apartheid, ou da censura a Israel, devido a ações realizadas contra a Palestina.

Atualmente, observa-se uma tendência em assumir uma posição mais crítica, em termos de solidariedade de classe, à revelia da diversidade de pensamentos e visões de



mundo conflitantes, principalmente pela interferência das representações dos países que compõem o Comitê Executivo: com relação a refugiados/as, contra o autoritarismo de governos, na defesa da erradicação da pobreza, contra a medicalização dos problemas sociais, sobre a eleição de um governo conservador no Brasil, contra as mortes de migrantes no Mediterrâneo, contra a política migratória norte-americana, contra a separação de famílias de migrantes, por melhores condições profissionais na Polônia, contra a violência de gênero, contra a manipulação internacional sobre a Venezuela⁸.

Suas comissões têm produzido material orientativo, assessorando o Comitê Executivo nos assuntos relacionados à qualificação de assistentes sociais. Em um trabalho colaborativo com a AIETS, realizado desde 2016, a comissão de ética reviu os princípios éticos da FITS aprovados em 2004 e que, após serem submetidos a amplo debate internacional, foram referendados na assembleia geral em Dublin (Irlanda), em 2018, sob a denominação de Declaração Global dos Princípios Éticos do Trabalho Social. O documento apresenta os princípios éticos básicos da profissão e recomenda procedimentos que deverão ser seguidos quando se depara com dilemas éticos no cotidiano do trabalho profissional.

O mesmo ocorreu com a comissão de educação, que aprovou e publicou em 2020, na assembleia geral realizada de forma virtual, um documento norteador da formação profissional – Padrões Globais para a Educação e Capacitação em Serviço

⁸ Manifestos políticos no site da FITS (www.ifsw.org).



Social - elaborado de forma coletiva (FITS/AIETS), com a contribuição dos/as responsáveis pelas comissões regionais de educação, atualizando documento aprovado anteriormente, em 2004, em Adelaide (Austrália). São movimentos necessários de atualização da discussão acumulada no âmbito da FITS, e que refletem mudanças, valores e afirmam os princípios da profissão.

2.1.2 Um panorama geral da trajetória mundial da FITS

A título de registro histórico, destacamos alguns eventos significativos na trajetória da FITS, para melhor apreender os caminhos políticos de sua consolidação como uma organização mundial, seu papel na disputa hegemônica sobre o significado do Serviço Social e as estratégias políticas para o exercício da profissão:

- Em 1959, foi aprovada para ser entidade de natureza consultiva nas Nações Unidas, no Conselho Econômico e Social;
- Em 1961, foi realizada uma Conferência Mundial, em Roma (Itália), com o tema “O papel do assistente social e seu impacto na política social”;
- Em 1982, foi elaborada a primeira definição internacional de Serviço Social, denominada definição de Brighton, aprovada pela Assembleia Geral da FITS.



Assim foi definida a profissão: “O trabalho social é uma profissão cujo objetivo é realizar mudanças sociais na sociedade em geral e em seus países”;

- Em 1985, a FITS é declarada “Mensageiro da Paz” pelas Nações Unidas;
- Em 1988, Paulo Freire proferiu o discurso de abertura da Conferência Mundial de Estocolmo e a Comissão os Direitos Humanos foi estabelecida, com o objetivo de trabalhar conjuntamente com a Anistia Internacional e outras organizações de direitos humanos, prestando apoio em situações de violação de direitos;
- Em 1990, foi desenvolvida a publicação “Além da Medicina: Serviço Social”, em resposta aos crescentes desafios da DST-Aids;
- No mesmo ano, em cooperação com o Centro de Direitos Humanos das Nações Unidas e com a AIETS, publicou um manual sobre direitos humanos e Trabalho Social;
- Em 1995, a FITS participa da Cúpula Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social;
- Em 1998, é orquestrado um movimento de aproximação com as organizações de assistentes sociais do Golfo Pérsico;
- Em 2000, a Conferência Mundial foi realizada em



Montreal (Canadá), quando foi apresentada e debatida uma nova definição para o Serviço Social, como finalização de um processo de discussão iniciado em 1994. Os questionamentos havidos sobre o significado da profissão traduziram divergências em âmbito internacional e sua aprovação foi vinculada a uma nova revisão em 10 anos;

- Em 2002, foi publicado o Manual de Treinamento em Serviço Social e Direitos da Criança;
- Em 2004, a Declaração de Princípios Éticos e as Normas Globais de Qualificação para Educação em Serviço Social foram aprovadas em conjunto com a AIETS (revistos posteriormente, como já mencionado);
- Em 2005, a FITS foi credenciada no Habitat/Nações Unidas.

A referência a estes eventos demonstra a extensão e repercussão das ações da FITS, que expressam as relações contraditórias que emergem sob parâmetros capitalistas, a par de suas preocupações na capacitação dos/as profissionais.

Uma atuação significativa da FITS e de suas parceiras – AIETS e CIBS – é o desenvolvimento de uma plataforma global, idealizada sob os princípios do trabalho social e do desenvolvimento social, denominada Agenda Global para o Trabalho Social. Tem como objetivos “assegurar que as experiências e habilidades de assistentes sociais sejam utilizados no desenvolvimento de



políticas para alcançar resultados sustentáveis e de colaboração que abordem os complexos problemas que são consequência do aprofundamento da desigualdade” (TRUELL; JONES, s/d).

Suas primeiras discussões iniciaram em 2004, culminando com a apresentação pública na Conferência Mundial de Estocolmo (Suécia) em 2012. Em um planejamento que envolve e mobiliza assistentes sociais no mundo, a cada dois anos, um tema é proposto para ser incorporado, pelos/as profissionais e organizações, no seu trabalho cotidiano. Em 2012-2014 o tema foi “Promovendo igualdade econômica e social”; em 2015-2016 foi “Promovendo a dignidade e valores das pessoas”; em 2017-2018 foi “Promovendo comunidades sustentáveis ambientalmente”; e, finalizando a década, em 2019-2020 foi “Promovendo a importância das relações humanas”⁹. Trata-se, sem dúvida, de aproximações metodológicas e similaridades políticas à Agenda 2030 da ONU e, segundo o site da FITS, “esses temas têm um impacto positivo significativo na união da profissão global de Serviço Social e fortalecem nosso compromisso global com a mudança social”.

Com o término desta primeira década da Agenda Global, nova agenda foi discutida. O processo de construção agregou tanto propostas individuais, quanto resultado de *workshops* nacionais e regionais. Este debate, finalizado na Conferência Mundial Virtual de 2020 resultou, a partir de diversas propostas, no tema para a Agenda Global 2020-2030: Co-construção de

9 Livros foram produzidos como resultado das ações da Agenda Global e são encontrados no site da FITS.

transformação social inclusiva. Este tema se desdobrará em cinco subtemas, a serem desenvolvidos a cada dois anos. Para os primeiros dois anos, 2020-2022, o tema é Ubuntu, eu sou porque somos - Fortalecendo a Solidariedade Social e a Conexão Global, e seu objetivo é promover o conhecimento indígena e a descolonização da profissão.

Ainda que se observe um gradual refinamento nos posicionamentos políticos da FITS, explicitado nas suas manifestações e posturas mais políticas diante de determinados eventos mundiais, fica evidenciado seu mimetismo às influências dos organismos multilaterais, que reproduzem e postulam valores capitalistas. Toma-se como exemplo a Agenda Global que, à revelia dos seus objetivos, referidos ao desenvolvimento de políticas para enfrentar o aprofundamento da desigualdade, a diversidade, as diferenças e desigualdades apresentadas pelos 148 países filiados à FITS, fica subsumida em uma ideia de fraternidade e solidariedade abstratas, como a resposta diante de um mundo globalizado e capitalista.

Um espaço significativo em que emergem essas diferenças são as Conferências Mundiais, uma tradição que se constitui como ponto de encontro para essa diversidade de nações, culturas e grupos étnicos. Essas conferências são planejadas, definidas e organizadas com cinco anos de antecedência, haja vista toda a complexidade existente na indicação da entidade nacional que sediará o evento, tanto operacional, quanto diplomática. Segundo registros da FITS, as conferências realizadas sob sua coordenação até o momento foram:



ANO	CIDADE	PAÍS	REGIÃO FITS
1968	Helsinque	Finlândia	Europa
1970	Manila	Filipinas	Ásia e Pacífico
1974	Nairobi	Quênia	África
1976	Porto Rico	Estado Livre associado aos EUA	América do Norte
1978	Tel Aviv	Israel	Ásia e Pacífico
1980	Hong Kong	República Popular da China ¹⁰	Ásia e Pacífico
1982	Brighton	Inglaterra	Europa
1984	Montreal	Canadá	América do Norte
1986	Tóquio	Japão	Ásia e Pacífico
1988	Estocolmo	Suécia	Europa
1990	Buenos Aires	Argentina	América Latina e Caribe
1992	Washington D. C	Estados Unidos	América do Norte
1994	Colombo	Sri Lanka	Ásia e Pacífico
1996	Hong Kong	República Popular da China	Ásia e Pacífico
1998	Jerusalém	Israel	Ásia e Pacífico
2000	Montreal	Canadá	América do Norte
2002	Harare	Zimbabwe (cancelada tendo em vista a situação política)	
2004	Adelaide	Austrália	Ásia e Pacífico
2006	Munique	Alemanha	Europa
2008	Salvador (Bahia)	Brasil	América Latina e Caribe

¹⁰ Na época da Conferência, era uma colônia da Grã-Bretanha até 1º de julho de 1997.

2010	Hong Kong	República Popular da China (Região Administrativa Especial)	Ásia e Pacífico
2012	Estocolmo	Suécia	Europa
2014	Melbourne	Austrália	Ásia e Pacífico
2016	Seul	Coreia do Sul	Ásia e Pacífico
2018	Dublin	Irlanda do Sul	Europa
2020	Calgary	Conduzida virtualmente em razão do COVID-19, desde Rheinfelden (Suíça)	

A FITS faz parte das seguintes entidades: Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) - com a função de consultor especial; Conferência de Organizações Não Governamentais em Relação Consultiva com as Nações Unidas (CONGO); Lista Especial de Organizações Não Governamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Conselho da União Europeia; Anistia Internacional e Habitat. Tem atuações conjuntas com a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹¹, com o Escritório do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) e com o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH). Possui representantes nos escritórios das Nações Unidas em Genebra, Nairobi, Nova York e Viena, e o trabalho realizado pelos/as representantes é valorizado pela federação.

¹¹ É interessante consultar, no site da FITS, as ações desenvolvidas para conhecer e publicizar o trabalho profissional de assistentes sociais no mundo, com relação ao enfrentamento da Covid-19, durante o ano de 2020.

2.1.3 Os caminhos do Brasil para efetivação da filiação

São parcas as informações sobre a participação internacional do então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) entre as décadas de 1960 a 1980. Segundo documentos arquivados na sede da organização internacional, o Brasil iniciou suas tratativas para filiar-se à FITS no ano de 1977. À época, o presidente do CFAS, Luiz Enrique Pedreira, solicitou informações para filiação, e infere-se que esse movimento foi mobilizado e incentivado pela presidente global Mary Windson, em visita ao Brasil à época, ainda que registros históricos apontem movimentos brasileiros em direção à internacionalização, com a realização de uma Conferência Mundial da FITS, na cidade do Rio de Janeiro, em 1962 (TEIXEIRA, 2006, p. 7).

Em 1995/96, como resultado de debates no interior da categoria e articulações políticas com vistas à internacionalização, estas tratativas continuaram, entre a finalização da gestão de Berenice Couto e início da gestão de Valdete de Barros Martins como presidentes do CFESS. Segundo Braga (2003, p. 91) “essas frentes de luta das relações internacionais vêm da compreensão da importância do intercâmbio, da articulação e da construção de uma relação de forças no plano global capaz de contrapor-se à investida mundializada do projeto neoliberal”.

De acordo com um documento enviado em 10/5/1996, assinado pelo presidente mundial e pelo secretário-geral, é

comunicada ao CFESS sua aprovação como membro associado da FITS. Registra-se que esta filiação foi incentivada por membros da FITS que participaram do 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em Salvador (BA), e ficaram impressionados com a presença massiva de assistentes sociais no evento. Em 1998, consolida-se a filiação e início da articulação internacional, com participação em eventos e reuniões da FITS. Nas palavras de Valdete de Barros Martins, em entrevista realizada em 2020,

A entrada do Brasil na FITS significou a ampliação das forças políticas da América Latina e Caribe, consolidando o fortalecimento na defesa de um Serviço Social com maior unidade sobre o posicionamento político das questões centrais que atingiam nossa região. Havia uma expectativa da entrada do CFESS na FITS, uma vez que o Brasil era o segundo país em número de assistentes sociais inscritos/as nos CRESS.

O Brasil já ocupou o cargo de vogal (member at a large) da FITS em três ocasiões, sendo a primeira com a presidente do CFESS Valdete de Barros Martins (1998-2002), a segunda, incluindo reeleição, com a conselheira do CFESS Joaquina Barata Teixeira (2004/2008) e a terceira com a presidente do CFESS Ivanete Boschetti (2008-2012). Com a alteração do nome e atribuições a partir da Constituição e Estatutos da FITS, cuja revisão foi aprovada em 2016, o CFESS foi eleito na assembleia geral em Dublin (Irlanda), como vice-presidente



regional para a América Latina e Caribe, gestão 2018-2020, na pessoa da conselheira Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, cargo para o qual foi reconduzida na assembleia geral em 2020. É significativo o depoimento de Joaquina Barata Teixeira, refletindo sobre a participação do Brasil na FITS:

O ingresso do Brasil na FITS, sem dúvida, trouxe à entidade mais pluralidade, na medida em que os embates passam a ser iluminados, não só por fundamentações que sinalizam o pragmatismo inglês e americano do Norte, além do pós-modernismo europeu, do ecletismo escandinavo (que relaciona modernidade e pós-modernidade) como também pelas perspectivas ético-políticas das/os assistentes sociais brasileiras/os e latino-americanas/os. (TEIXEIRA, 2008, p. 186).

2.2 Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social (Comitê Mercosul)

O Mercosul foi criado em 26 de março de 1991, por meio do Tratado de Assunção, assinado pelos presidentes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e, segundo documentos oficiais, se inseriu dentro do contexto político, econômico e cultural da América Latina, em particular dos países acima nominados, tendo em vista a globalização da economia. O acordo foi reformulado em 1994 e sua estrutura organizacional previa grupos e sub-



grupos técnicos, com vistas à discussão de temas convergentes à construção do Mercosul. Conforme Behring, representante do CFESS no Comitê Mercosul e que o coordenou de 1998 a 2000, em texto de 2004 que subsidia estes apontamentos, o Mercosul “é uma União Aduaneira de economias periféricas e subordinadas” (p. 183).

A motivação para esta organização veio de vários fatores, tais como o endividamento externo e agravamento da questão social, que apontaram para a alternativa de um desenvolvimento integrado, via Mercosul, pressupondo autonomia e respeito ao patrimônio cultural dos países-membros. E nessa direção, propugnou-se a abertura das fronteiras entre os países-membros, mesmo reconhecendo que processos de integração constituem verdadeiros desafios. Behring menciona, em 2004, alguns parâmetros para pensar as possibilidades e limites do Mercosul, e entre eles, aponta:

A economia mais forte – a brasileira – dificilmente tem condições de exercer o papel dinamizador que os EUA, a Alemanha ou o Japão têm em suas regiões. Portanto, a dinâmica interna do Mercosul depende mais de suas articulações com polos externos, o que gera, de saída, uma tensão: o processo de integração tende a disputar continuamente com a relação de cada país com outras referências, especialmente os EUA e a União Europeia. O Mercosul é, portanto, um bloco periférico, que procura inserção nos centros dinâmicos (BEHRING, 2004, p. 184).



A incorporação de uma agenda profissional no Mercosul foi um processo longo e necessário diante de diminuição da renda, salários e investimentos produtivos, e teve o envolvimento do Grupo Executivo das Profissões Regulamentadas para o Mercosul (GEPREN), da Confederação Latino-Americana de Profissionais Universitários (CLAPU), entidade que criou um Fórum sobre o Mercado Comum do Sul, articulando profissionais do Cone Sul.

E dentre as diversas pautas, colocou-se a livre circulação dos/as trabalhadores/as empregados/as, profissionais liberais e autônomos/as, mesmo considerando os “possíveis problemas causados pelo livre trânsito entre países com processos socioeconômicos tão diferentes” (REVISTA INSCRITA, 1998, p. 43). Afirmar Valdete de Barros Martins (entrevistada em 2020) que “as primeiras incursões no assunto das relações internacionais ganham força em 1993, quando o tema surge no Conselho de Entidades Profissionais Regulamentadas”, do qual o CFESS participava.

Como parte deste movimento, em 1995, a partir de um protocolo de intenções estabelecido entre três organizações profissionais de Serviço Social do Cone Sul - Federação Argentina de Associações Profissionais de Serviço Social (FAAPS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação dos Assistentes Sociais do Uruguai (ADASU) - firmou-se um compromisso para debater a livre circulação de profissionais no Cone Sul e, em 14 de março de 1996, é criado o Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social.



Sua Ata Fundacional apresenta os princípios acordados, entre os quais está o comprometimento com a defesa dos direitos humanos.

Tinha-se como proposta agregar as organizações profissionais, sindicais e acadêmicas dos países-membros, proposta que encontrou dificuldades face à realidade dos diferentes países. No caso brasileiro, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) também compôs o grupo a partir de 1997. À revelia das diferenças, os países-membros acordaram acerca dos desafios a serem enfrentados:

contribuir para a construção de uma integração por baixo e, portanto, desenhada pelos interesses dos trabalhadores em contraposição à condução dos governos dos países membros; e, entre os profissionais, a construção de parâmetros ético-políticos e normativos regionais comuns que considerem a diversidade e riqueza das experiências nacionais (BEHRING, 2004, p. 188).

Há um outro objetivo nesta articulação: a fragilidade política da região latino-americana no espaço da FITS. Assim, colocou-se a importância de fortalecimento da organização política da categoria, tanto na América Latina, quanto em suas relações com o mundo. O Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social teve em sua pauta o debate de diversos temas: regulamentação profissional,



código de ética nos países do Cone Sul (Princípios Éticos e Políticos Básicos, elaborados pela Comissão Conjunta de Ética e Regulamentação, aprovados em 2000¹²), livre circulação de profissionais no Mercosul. As reuniões ocorridas foram subsídios para declarações diversas que marcavam politicamente o posicionamento do Comitê Mercosul, na consolidação do compromisso democrático com a integração cultural, social e política dos povos do Mercosul (Declarações de La Plata, Mar del Plata, Montevidéo, Florianópolis, Assunção e Córdoba).

A presença brasileira no Comitê Mercosul desdobrou-se em duas direções, a partir de meados da primeira década do século XXI. Uma primeira, voltada aos debates sobre a livre circulação de profissionais no Mercosul, com a participação do Brasil tanto no Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde (instituído em 2006), que tem discutido sobre as necessidades de profissionais nas regiões fronteiriças e a regulação do trabalho nas fronteiras, quanto na Subcomissão de Desenvolvimento e Exercício Profissional em Saúde (SGT nº 11, do Ministério da Saúde), com vistas a apresentar proposições que contribuam com a formulação de políticas para a gestão do trabalho e da educação em saúde.

A Matriz Mínima de Registro de Profissionais da Saúde foi aprovada pelo Grupo Mercado Comum em 2004 e se refere

¹² Vide Revista Inscrita nº 7 (CFESS, 2001), na qual estão divulgados o Princípios Éticos e Políticos Básicos para as Organizações Profissionais de Trabalho Social do Mercosul. A definição destes princípios éticos comuns foi fundamental no impulsionamento e elaboração de Códigos de Ética Profissional pelos Colégios Profissionais e na direção social estratégica das ações do Comitê Mercosul, sendo a base ético-política para a futura organização do COLACATS.



a informações sobre profissionais que exercem ou pretendem exercer sua profissão no Mercosul ou trabalhem em municípios de região fronteiriça. Mas ainda permanece em discussões para regulamentação. Das 14 profissões de saúde reconhecidas no Brasil, 9 são comuns do Mercosul e 5 não têm este reconhecimento (Serviço Social, Educação Física, Medicina Veterinária, Biologia e Biomedicina). A inclusão das profissões que não são comuns no bloco tem sido pauta constante.

Uma outra direção refere-se à ampliação da articulação internacional, com vistas a construir uma unidade na concepção e na ação estratégica como América Latina e Caribe¹³, com a criação do Comitê Latino-Americano e Caribenho de Trabalho Social e Serviço Social, em 2013, movimento que germinou das reuniões do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social.

2.3 Comitê Latino-Americano e Caribenho de Trabalho Social e Serviço Social (COLACATS)

A participação do CFESS no COLACATS tem reafirmado o objetivo de fortalecer o Serviço Social para além das fronteiras nacionais, dando visibilidade ao projeto ético-político e à direção social da profissão, principalmente por meio da estratégia de articular as organizações profissionais, com vistas ao exercício e

¹³ Vide entrevista de Esther Luiza de Souza Lemos, realizada por Maurilio Matos (Em Pauta nº 40, 2017).



à formação profissional na América Latina e Caribe. Além disso, é um espaço de organização política, com vistas a fazer enfrentamentos aos avanços dos governos neoliberais na destruição dos direitos dos grupos historicamente oprimidos e às práticas violadoras dos direitos humanos.

Dos países iniciais que compuseram o Comitê Mercosul, ampliou-se a articulação política na região, agregando novos países, mobilizados pelo espírito de integração latino-americana, nas palavras de Esther Lemos (ex-conselheira do CFESS e primeira coordenadora do COLACATS), entrevistada por Matos (2017). O Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social (COLACATS) foi criado em 2013, em Montevideu (Uruguai), e segundo Esther Lemos, foi um movimento importante para “integrar diferentes países do Cone Sul, da Centro-América e do Caribe, construindo uma unidade na concepção e na ação estratégica como América Latina e Caribe, interagindo com as organizações da profissão no mundo” (MATOS, 2017, p.353).

Como afirma a entrevistada, foi fundamental para fortalecer a voz e o voto da representação latino-americana e caribenha em âmbito internacional, haja vista a correlação de forças no interior da FITS, com a hegemonia do pensamento eurocêntrico.

A primeira gestão do COLACATS esteve sob a direção do CFESS (2014-2017) e várias ações foram desenvolvidas para fortalecer o nascente comitê. Foram realizados quatro seminá-



rios internacionais durante a gestão (Santiago/Chile em 2014, San Juan/Porto Rico em 2015, Cidade do Panamá/Panamá em 2016 e San José/Costa Rica em 2017), tendo em vista intensificar a organização e integração dos países e, nos posicionamentos acordados ao final de cada um dos eventos, foram afirmados os caminhos políticos trilhados pelos países-membros.

Assim, da leitura das declarações elaboradas coletivamente e assinadas pelas associações e colégios membros ao término dos encontros, aferem-se algumas bandeiras de luta: luta contra a desigualdade na distribuição de recursos e da riqueza socialmente produzida; contra a perseguição e práticas violadoras dos direitos humanos por parte dos governos neoliberais a grupos étnicos, aos povos e grupos originários, ao coletivo LGBT, aos/às migrantes e refugiados/as; defesa da profissão, da formação com qualidade, contra processos de desprofissionalização, desregulamentação e precarização do exercício profissional; afirmação dos princípios éticos e defesa da autodeterminação e respeito aos processos políticos dos povos da região; posicionamento contrário às diversas expressões de racismo, xenofobia e exploração dos direitos do trabalho.

É interessante registrar a proximidade construída com a Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Trabalho Social (ALAEITS), cuja direção tem participado das reuniões e seminários e dos posicionamentos políticos, “objetivando uma concepção de profissão que não dissocia trabalho e formação profissionais” (Esther Lemos *apud* Matos, 2017, p.354).



Em entrevista realizada pelo CFESS (2020), Esther Lemos responde sobre sua participação neste espaço internacional, COLACATS, representando a entidade: “A criação do COLACATS foi um marco histórico significativo para a região. Este não existiria se não fosse o processo construído no Comitê Mercosul, criado em 1996, a partir das organizações profissionais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, depois incluindo o Chile. Há alguns anos, o CFESS, juntamente com estes países, vinha discutindo a necessidade de ampliação da organização profissional para além do Cone Sul. A possibilidade concreta de avanço deu-se na reunião do Comitê Mercosul realizada no Rio de Janeiro em 2012, antecedendo o *workshop*¹⁴, por meio do pedido de incorporação de Porto Rico¹⁵ à FITS, como membro. Nesta reunião deliberou-se pela construção de uma organização que pudesse, a partir do acúmulo do Comitê Mercosul, agregar organizações profissionais dos demais países da América Latina e Caribe.

Em 29 de maio de 2013, na cidade de Montevidéu (Uruguai), foi criado o COLACATS, composto naquele momento por 12 países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai.

Como ocorreu no processo do *workshop*, todas as organizações discutiram antecipadamente a proposta em seus países e formalizaram a criação do COLACATS, assinando a

14 Será tratado posteriormente. Trata-se de **workshop** realizado em 2012 para discutir a definição de Serviço Social.

15 Pedido sempre negado pelos membros da FITS, justificado pela relação política que o país estabelece com os Estados Unidos.



ata fundacional em 2013. A proposta do estatuto foi discutida nos respectivos países e homologada em 2014, no Chile, sendo definido como critério para adesão dos países-membros tanto os Princípios Ético Políticos Básicos aprovados em 2000, quanto a Definição de Serviço Social construída no *Workshop* ocorrido no Rio de Janeiro (RJ) em 2012.

Em 2014, no Chile, após homologação do estatuto, foi eleita a primeira gestão do COLACATS (2014 a 2017) ficando a coordenação com o Brasil (CFESS) e a suplência com Porto Rico (Colégio de Profissionais de Trabalho Social de Porto Rico – CPTSPR). Até 2017, o COLACATS contava com a participação de 15 países. Além dos fundadores, integraram-se: El Salvador, Granada e Panamá.

Como o Comitê Mercosul, o COLACATS constituiu-se num espaço de organização, articulação e pressão política das organizações profissionais da América Latina e Caribe. Nem todos os países do COLACATS eram filiados à FITS, e esta foi a forma que a região encontrou, a partir de sua autonomia político-organizativa e coletiva, para fazer ouvir a voz da América Latina e Caribe na FITS.

Foi neste contexto que, a partir do debate propiciado pelo *workshop*, a região fortaleceu sua interlocução com os demais países de outros continentes. Em 2013, avaliando o saldo político da Assembleia Geral de Estocolmo (Suécia), discutimos a viabilidade de apresentarmos uma candidatura



à presidência da FITS. Esta candidatura foi construída a partir do nome de Rodolfo Martinez (Uruguai), então membro vogal da FITS na região. A eleição para presidência ocorreu em 2014 em Melbourne (Austrália), e Rodolfo Martinez ficou em segundo lugar com 18 votos. O primeiro lugar foi ocupado pelo Reino Unido com 22 votos, sendo eleita Ruth Stark para o período de 2014 a 2018. Nessa eleição, Silvana Martinez (Argentina) foi eleita vice-presidente da FITS para América Latina e Caribe.

Esta experiência revelou, além da necessidade de renovação interna da FITS sentida há muitos anos, sua possibilidade concreta. Foi assim que, nos anos subsequentes trabalhamos coletivamente na região, para ampliação do arco de alianças no contexto da FITS, a partir do fortalecimento do COLACATS. Este processo foi fundamental para que, em 2018, houvesse a candidatura e a vitória eleitoral de Silvana Martinez para presidência da FITS para mandato 2018 a 2022.

Na coordenação do COLACATS, trabalhamos de forma coordenada com a FITS-ALC e, particularmente, na articulação com a presidência da Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS). A ênfase foi fomentar a articulação das organizações representativas do trabalho e formação profissionais no âmbito latino-americano, tanto na participação em reuniões e eventos, quanto na emissão de pronunciamentos em comum sobre a realidade latino-americana”.



3. A participação internacional do CFESS nas diferentes gestões

O exercício de resgate histórico das ações e articulações internacionalistas do CFESS teve uma fecunda contribuição de sujeitos políticos, protagonistas em seu tempo, na sua construção. Nessa direção, as assistentes sociais entrevistadas trouxeram elementos significativos das suas experiências internacionais, imprimindo na narrativa a marca do narrador (BENJAMIN, 1936), para que se possa acompanhar a trajetória do Serviço Social brasileiro nas relações internacionais. As referências históricas, as conquistas acumuladas, as análises dos eventos dos quais participaram, em uma quadra histórica cujo contexto político e econômico neoliberal demarca a existência de projetos societários distintos e antagônicos, principalmente daqueles oriundos da intensa direitização e reação conservadora do mundo capitalista (CUEVA, 1989), são reafirmadas nas palavras de lamamoto (2019, p. 12):

A trajetória sócio-histórica e cultural do Serviço Social decorre tanto das particularidades históricas nacionais, quanto da reserva de forças acadêmicas e político-profissionais acumuladas nos países, fruto do protagonismo dos sujeitos que a elas se dedicam.



A **gestão 1996/1999**, nas palavras da representante do CFESS na FITS, **Valdete de Barros Martins** (entrevistada em 2020), “foi um período demarcado pela luta e defesa da democracia, das políticas públicas, dos direitos sociais e humanos, determinando posição firme contra propostas e iniciativas que pauperizavam populações e retiravam direitos, com isso retardando o alcance da oferta de políticas públicas e, consequentemente, dos serviços ao número maior de cidadãos, especialmente a classe trabalhadora”.

Eram tempos de governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo projeto privatista, com a finalidade de atrair investimentos externos, foi alimentado com reformas diversas, aprofundando o desemprego e desigualdades na escolaridade, na renda, na saúde e ampliando o mercado informal que, já em 1995, representava 30 milhões de brasileiros (VIEIRA, 2015, p. 586). Portanto, vivia-se um contexto político que exigiu da categoria de assistentes sociais uma agenda crítica e propositiva, com posicionamentos de denúncia e combate às medidas de privatização e de defesa do trabalho (MARTINS, 2012, p. 10).

Destacamos abaixo trechos da entrevista realizada, primeiramente sobre o processo de participação nas instâncias internacionais.

“O firmamento desta aliança – a participação no Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social, constituído das Associações e Federações Nacionais de profissionais de Serviço Social da Argentina, Brasil e Paraguai – am-



plia as articulações e traz novos desafios ao CFESS, passando a exigir presença do Brasil nas Assembleias Gerais da FITS e nos Congressos Mundiais de Serviço Social, além de participar com regularidade das reuniões do Comitê Executivo, já como membro da Federação”. Como exemplo da atuação em nível mundial, a entrevistada aponta algumas atividades e eventos dos quais participou, afirmando que “a representação do CFESS nesses espaços está eivada de responsabilidades, decorrentes de lutas e compromissos deliberados coletivamente, e o exercício dessa representação realizou-se buscando garantir respeito às decisões conduzidas no âmbito da categoria”.

Em novembro de 1997, a realização do Encontro Nacional de Organização da Categoria, com o tema “Serviço Social e Projeto Ético-Político rumo ao Século XXI”, teve a participação das entidades brasileiras da categoria, do coordenador do Comitê Mercosul e da representante da ALAEITS, em um esforço de articulação política internacional.

Ainda sobre o processo de participação, a entrevistada afirma que “avançando nessa direção, em 1998 (29 de junho a 5 de julho), o CFESS participa da Assembleia Geral, realizada em Jerusalém (Israel) com o tema Paz e Justiça Social – Desafios ao Trabalho Social, tendo como representantes duas conselheiras, Valdete de Barros Martins, que passa a fazer parte do Comitê Executivo da FITS, como membro vogal, e Beatriz Augusto Paiva, que compõe a coordenação do grupo de trabalho que debateu a posição dos trabalhadores sociais diante do projeto neoliberal. Na vice-presidência



cia da América Latina e Caribe, foi eleito Juan Manuel Latorre (da Colômbia), para um mandato de dois anos 1998-2000.

Os debates sobre relações internacionais ganharam força na década de 1990 e o CFESS buscou construir uma agenda incluindo o assunto sobre o tema nos diversos eventos promovidos, resultando assim na ampliação das articulações políticas, como também buscou pautar o tema junto à categoria. Nesse sentido, a realização do 9º CBAS, em Goiânia (GO), no mês de julho de 1998, contou com uma mesa redonda abordando sobre “Trabalho e Projeto Ético-Político” e “Serviço Social e Trabalho no Mercosul e América Latina”, com a presença de representantes da FITS e Mercosul.

Dando sequência à agenda de lutas que buscava fortalecer as organizações e entidades de trabalhadores/as sociais da América Latina e Caribe, realizou-se em 1999 (9 a 12 de abril), em San José (Costa Rica), um encontro que tratou sobre a ética e a necessidade de regulamentação da profissão naqueles países que ainda não a tinham regulamentado, além de buscar estratégias para contraposição ao projeto neoliberal.

Sobre os desafios identificados durante a representação política, a entrevistada afirma que “o exercício político, nos espaços nacionais, como internacionais, requer dos representantes a contínua e permanente defesa das deliberações coletivas”.

“A representação na FITS foi uma experiência que reforçou nossa compreensão, na perspectiva de avançar com



as articulações internacionais, a partir da posição defendida pelo CFESS, na direção de fortalecer os princípios e valores firmados no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro. Representar o CFESS em um espaço político que congregava inúmeras entidades de profissionais de todos os continentes, um espaço de socialização e intercâmbio de experiências organizativas, com posições e concepções diversas sobre a nossa profissão, demandava uma compreensão maior da conjuntura naquele espaço, além de contribuir para avançar o debate sobre questões atuais relacionadas à profissão, às políticas públicas, às questões sociais e econômicas, que exigem posicionamento das organizações de assistentes sociais nos mais diversos países”.

Destaca “como um dos grandes desafios, manter e fortalecer as organizações e entidades de profissionais no âmbito da América Latina e Caribe, pois essa aliança promove maior visibilidade para a conjuntura da região, além de incidir nos posicionamentos frente aos temas debatidos no âmbito da FITS. Por outro lado, resulta na construção de agendas de lutas comuns, e de novas estratégias na direção da maior densidade do Serviço Social na região, que ainda convive com lacunas relacionadas ao Código de Ética, parâmetros legais sobre a profissão, dentro de outras questões importantes no contexto das lutas necessárias na direção do fortalecimento do Serviço Social”.

Sobre o significado político da participação do CFESS nos espaços internacionais, afirma que: “A participação do CFESS nos



espaços internacionais é fundamental e está consolidada, visto que desde 1998 temos garantido presença na FITS, participando das gestões como membro do comitê e de várias comissões de trabalho, contribuindo no avanço e consolidação da profissão e das políticas públicas. Entre as ações da federação, destaco uma delas como referência, a elaboração de declarações de políticas públicas para guiar a prática do Serviço Social Mundial. Neste quesito, documentos que já foram publicados sobre Padrões Éticos para a Profissão do Serviço Social, Padrões Globais de Formação Profissional, entre outros, oportunizaram ao CFESS, como organização filiada e fazendo parte da direção, contribuir nesse processo de forma significativa, visto todo o acúmulo do Serviço Social brasileiro nessas temáticas”.

“Nos espaços internacionais”, afirma a entrevistada, “temos construído e defendido uma posição que afirma os princípios e valores do Código de Ética, que já completa quase três décadas. Um instrumento político-jurídico e técnico que traduz, como responsabilidades, valores fundamentais como liberdade, defesa dos direitos humanos, cidadania, democracia, equidade, justiça social, respeito à diversidade, ao pluralismo, e a busca constante de uma nova ordem social, sem dominação e exploração, articulado com os movimentos sociais e populares, com compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários e o exercício do Serviço Social sem discriminar e nem ser discriminado”.

E destaca a importância, ao final da entrevista, de “ampliar alianças na direção da ruptura com o conservadorismo”, e



considera estratégico “o debate com a categoria nos espaços nacionais de deliberação, e assim avançar nas articulações com os países da região latino-americana e caribenha, na perspectiva da construção de novas estratégias que fortaleçam as lutas em favor de um mundo mais humanizado”.

A **gestão 1999/2002** assumiu o CFESS em um período de forte crise econômica e sob exigências de estabilidade oriundas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a ser alcançada sob expedientes regressivos, com comprometimento significativo nas políticas sociais, e no cumprimento das medidas do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), o que exigiu do CFESS uma atuação política de resistência “na perspectiva de adensar um projeto contra-hegemônico no país, e de acumulação de forças frente à ofensiva explícita e avassaladora do neoliberalismo no país” (BEHRING, 2012, p. 18).

Ao final da gestão, exauria-se o governo de Fernando Henrique Cardoso, em meio a turbulências, denúncias e perda de esperança no futuro, e com o esvaziamento das políticas sociais de sua universalidade e controle social (VIEIRA, 2015). Nas palavras deste autor:

O presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe governaram principalmente para fora do Brasil, para o Exterior, e bem menos para dentro do país, onde estavam os brasileiros. A Reforma do Estado valeu, de maneira especial, para a privatização dos serviços públicos, como



a educação e a saúde (na qual as empresas de planos de saúde cantam aleluia!), sem alterar em nada a dolorosa e secular prática política no Brasil. Reformou-se, reformou-se e o catastrófico modo de fazer política no Brasil e a miséria social ampliaram-se com o extenso crescimento demográfico entre os pobres (VIEIRA, 2015, p. 678).

O CFESS participou da Assembleia Geral e da Conferência Mundial em Montreal, Canadá, em 2000, com a conselheira Elaine Behring e a representante do CFESS na FITS (membro vogal), Valdete de Barros Martins. Em relatório divulgado, as participantes apontaram algumas ações importantes, tais como a avaliação positiva com relação a uma reaproximação das organizações da América Latina, com destaque para as atividades do Comitê Mercosul e a possibilidade de articulação com a Rede Latino-Americana de Trabalho Social (RELATS), rede virtual organizada a partir da Venezuela.

Outra referência importante foi o posicionamento da América Latina contra a definição de Serviço Social apresentada pela FITS e aprovada com a indicação de revisão em dez anos, e cuja fundamentação teórica e metodológica comportamental e sistêmica apontava para uma visão conservadora da profissão. Durante o evento, ocorreu o *workshop* de Ética e Direitos Humanos, com vistas a propor mudanças nos princípios éticos da FITS. A conselheira do CFESS Lucia Barroco foi indicada representante da América Latina para o Comitê Permanente de Ética da FITS.



Avaliando a participação na assembleia e na conferência, as representantes do CFESS destacaram que alguns debates ocorridos deveriam ser fortalecidos no Brasil, enriquecidos por análises críticas, como o feminismo e o papel das mulheres contra a pobreza e a violência, o multiculturalismo e o respeito à diversidade e expressões culturais dos povos, meio ambiente e a articulação com a questão social. Entre as propostas, fez-se o destaque para o reforço do vínculo com a FITS, com divulgação das publicações brasileiras e socialização dos documentos da FITS para assistentes sociais do Brasil.

Nas **gestões 2002/2005** e **2005/2008**, o CFESS foi representado na FITS pela conselheira Joaquina Barata Teixeira, eleita como membro vogal na Assembleia Geral de 2004, Adelaide (Austrália), e reeleita em 2006. E, além desta representação, o CFESS integrou a Comissão de Direitos Humanos da FITS.

Em avaliação sobre a participação brasileira na Assembleia Geral de 2002, na Suíça, relatórios de viagem elaborados pelo CFESS já deixavam explícito que a articulação latino-americana não estava fortalecida, o debate sobre os direitos humanos ocorria sob uma perspectiva tradicional, não havia problematizações sobre o público e o privado e o Estado era visto como financiador e supervisor dos serviços sociais. Por outro lado, a participação na Assembleia Geral da AIETS em Montpellier (França), na mesma ocasião, foi considerada positiva tendo em vista posições teóricas e metodológicas mais críticas acerca da profissão.



O Brasil esteve presente em reunião da FITS em Copenhague (Dinamarca) em 2003, quando se iniciou o debate para a definição do Dia Mundial do Serviço Social, principalmente diante das diversas datas de comemoração pelo mundo e a necessidade de cruzar informações culturais e religiosas dos diferentes países¹⁶. Participou também da Assembleia Geral e da Conferência Mundial de 2004, em Adelaide (Austrália), ocasião em que o projeto de o Brasil sediar a Conferência Mundial em 2008 foi aprovado. Além disso, dessa participação brasileira resultou a inserção do Brasil em dois GTs da FITS para elaboração de documentos: Políticas da FITS e Padrões Globais de Formação Profissional, este último com vistas a contribuir na “tentativa de concretizar a articulação entre formação e exercício profissional em âmbito internacional” (BRAGA, 2012, p. 27). E, em 2005, o CFESS participou da reunião do Comitê Executivo em Washington (USA) e, em 2006, esteve presente à Conferência Mundial em Munique (Alemanha), cujo tema foi ‘Trabalhando por um novo equilíbrio social em um mundo desigual’.

As duas gestões do CFESS, com a representação internacional de Joaquina Barata Teixeira, ocorreram durante um período inédito na história do país, com a eleição e governo de um operário ex-metalúrgico como presidente da República e, “conscientes de que a vitória era eleitoral e não de um projeto societário” (Braga, 2012, p. 23), buscou-se atuar sob uma “direção teórica-política firme, segura e autônoma” (BOSCHETTI,

16 O Dia Mundial do Trabalho/Serviço Social é comemorado na terceira terça-feira do mês de março.



2012, p. 29), durante esses tempos contraditórios, marcados por tensões, pela crise econômica mundial em 2008, com graves consequências sobre o trabalho.

Os posicionamentos políticos do Conselho Federal cobravam uma agenda positiva do governo, com apuração das inúmeras denúncias de corrupção, com redução das taxas de juros e do superávit primário e pela garantia do orçamento da seguridade social. (CFESS MANIFESTA-ANÁLISES CONJUNTURAIS, 2005, p. 149). Todavia, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, conciliaram-se as reivindicações sociais com as expectativas do mercado econômico-financeiro, aprofundando a desagregação e fragmentação das políticas sociais (VIEIRA, 2015).

Joaquina Barata Teixeira contribuiu, na sua representação, com o fortalecimento da voz latino-americana no âmbito da federação e assim se posiciona com relação à sua participação nos espaços internacionais dos/as assistentes sociais, em entrevista realizada em 2020: “De 2002 a 2008, representando a América Latina e o Caribe, e como membro vogal do Comitê Executivo, o Brasil pôs na mesa dos debates da FITS: - A proposta de revisão da definição do Serviço Social que fora aprovada no Comitê em Assembleia Geral em anos anteriores, uma vez que não contemplava os avanços do Serviço Social brasileiro e latino-americano;

- O desconforto com a ausência do idioma espanhol nas reuniões e documentos da FITS, haja vista ser



um dos idiomas oficiais, juntamente com o inglês e o francês;

- A proposta de o Brasil sediar uma das conferências mundiais da entidade;
- O questionamento da forma isolada como a Colômbia representava as organizações latino-americanas e brasileira.

Toda a participação do Brasil nos anos de militância, até 2008, foi marcada por esta orientação e pela preocupação em articular a representação latino-americana de modo a situá-la de forma ativa e propositiva nas relações internacionais da categoria. Os demais países, a Europa, a América do Norte e a Ásia demonstravam unidade e disciplina organizativa nesta participação, com forte influência e presença na direção da entidade, o que não acontecia com a representação latino-americana.

Vencendo todas as barreiras, do idioma, da moeda e do preconceito anglo-saxão contra os latino-americanos, o Brasil conseguiu, nos anos de atuação e com o crescente apoio da/os colegas do Cone Sul, as seguintes conquistas:

- Substituir a forma de representação latino-americana na FITS, que passou de um representante titular isolado e sem qualquer articulação, para a primeira candidatura indicada pelo Comitê Mercosul (na época, indicamos Laura Acoto, da Argentina,



para concorrer à titularidade da representação no Comitê Executivo como membro efetivo);

- Incluir, na pauta do Comitê Executivo, das Assembleias Gerais e das Conferências Mundiais de 2008 e 2010, a revisão da definição de Serviço Social da FITS, que nos parecia muito conservadora;
- Incidir no avanço inicial na comunicação em espanhol (nos e-mails e documentos oficiais);
- Trazer para o Brasil a Conferência Mundial de 2008 (o que realmente aconteceu em Salvador (Bahia)).

Não obstante as diferenças, há elementos comuns que reforçam um elo entre os/as assistentes sociais do mundo, a saber: a defesa dos direitos humanos (embora algumas representações não transcendam o discurso legal dos direitos humanos em sua visão liberal); o combate à injustiça social, nem sempre percebida, é verdade, em sua genética classista imanente à relação capital x trabalho; a luta pela paz mundial; a luta ambiental; a promoção e valorização da profissão”.

Com relação ao significado político desta participação nos espaços internacionais e os desafios advindos, afirma Joaquina Barata Teixeira: “Sabe-se que, ao completar o seu processo de mundialização e consolidar em um plano global, a polaridade capital x trabalho, cujo corolário é a desigualdade riqueza x pobreza e a destruição ambiental, o capitalismo expande, dilata e mundializa suas contradições, ensejando temáticas



planetárias comuns, que hoje precisam ser processadas na agenda internacional da categoria, a exemplo: aumento da desigualdade social no planeta entre pessoas e entre nações; combate à pobreza, à fome e à miséria; sofridos processos migratórios internacionais dos trabalhadores; preconceitos no campo da diversidade humana, tais como homofobia, racismo e outras manifestações contra etnias, negros, LGBTQIAs, etc.; pressões sobre o meio ambiente e guerras e violência”.

Em síntese, nos dizeres da entrevistada, o CFESS tem muito a contribuir nesse debate para a formulação de propostas, no sentido de que FITS e COLACATS alcancem um verdadeiro protagonismo internacional, uma vez que assistentes sociais do mundo inteiro estão mergulhadas/os em um trabalho que enfrenta a questão social em sua contemporaneidade. E, nesta direção, colocam-se como desafios a inserção, na agenda do conjunto CFESS-CRESS, do interesse pela temática das Relações Internacionais e o desenvolvimento de ações internacionais em articulação com a ABEPSS e ENESSO.

A **gestão 2008-2011** deu continuidade à inserção mais orgânica do CFESS nos organismos internacionais, principalmente ao sediar e organizar a 19ª Conferência Mundial, que foi realizada em Salvador (Bahia), em agosto de 2008, e incidir no debate sobre a definição de Serviço Social, com a aprovação de um *workshop* no Brasil. A representante do CFESS na FITS foi a conselheira Ivanete Boschetti, que participou das reuniões do Comitê Executivo e das Conferências Mundiais ocorridas neste período.



Conforme o Relatório Final de Gestão (CFESS, 2011, p. 12), foram tempos

de criminalização dos sujeitos coletivos e movimentos de resistência pelas forças conservadoras e dominantes; tempo de condenação do Estado brasileiro por um tribunal popular pela sua ineficácia no enfrentamento à violência em suas diferentes expressões no cotidiano da vida social; tempo de afronta aos direitos humanos e agudização das mais dramáticas formas de exploração e opressão de gênero, raça/etnia e orientação sexual; tempo de ofensivas neoliberais aos direitos do trabalho, à seguridade social pública, à moradia, à terra, à educação e à cultura; tempo de expansão do capital, que a tudo destrói em sua fúria incessante de busca por superacumulação e superlucros; tempo de acelerado processo de mercantilização das relações humanas e sociais.

Na entrevista realizada em 2020, **Ivanete Boschetti** entrelaça os fios da história vivida nesta representação com aspectos políticos significativos, contextualizados nas principais ações implementadas no Comitê Mercosul de Assistentes Sociais e Trabalhadores Sociais, no âmbito da América Latina e Caribe e, em âmbito mundial, por meio da Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS), com destaque para os dois eventos acima mencionados.



Nas suas palavras, “A Conferência Mundial ocorreu pela primeira vez na América latina, em Salvador (BA), em agosto de 2008 e exigiu intensa dedicação do CFESS na sua organização. No ano de 2007 me dediquei às principais ações de sustentação do evento: 1) participação, conjuntamente com as Conselheiras Joaquina Barata Teixeira e Rosa Helena Stein, em reunião de trabalho com o Comitê Executivo da FITS na Suíça (julho de 2007), com objetivo específico de discutir e definir a programação da Conferência, os valores das inscrições, a forma de captação de recursos e a forma e valor de repasse do montante destinado à FITS; 2) participação em reuniões em Salvador, envolvendo conselheiras do CFESS e a empresa organizadora; 3) coordenação das tarefas e encaminhamentos cotidianos na sede do CFESS em Brasília, para assegurar sua realização em conformidade com as exigências da FITS e, ao mesmo tempo, assegurar a direção ético-política na programação e os princípios que orientam nossos eventos, a exemplo da participação de estudantes, coisa inédita nas Conferências Mundiais, dedicadas exclusivamente a assistentes sociais. A 19ª Conferência Mundial, com o tema ‘O Desafio de Concretizar Direitos numa Sociedade Globalizada e Desigual’, foi um sucesso, contou com 2.720 participantes, representantes de 49 países. Recebeu 1.635 trabalhos e, destes, 1.278 foram aprovados e apresentados nas modalidades orais e pôsteres em 17 sessões temáticas. As palestras realizadas na conferência foram publicadas na página do CFESS, sendo importante fonte de consulta na perspectiva do pensamento crítico facilitado ao Serviço Social mundial. E todas



as comunicações apresentadas foram publicadas em CD-ROM. Também no contexto da 19ª Conferência Mundial, a Comissão de Relações Internacionais e outras conselheiras organizaram e participaram da Assembleia Geral da FITS, composta pelos/as integrantes do seu Comitê Executivo e por três delegados/as de cada um dos oitenta países filiados à FITS, além de observadores/as. Nesta assembleia, fui eleita para integrar a diretoria da FITS no cargo de membro do Conselho Fiscal (vogal), com votos de todos os/as delegados/as presentes, e com apoio de todos os países que integravam o Comitê Mercosul de Trabalhadores/as Sociais. Na condição de vogal do Conselho Fiscal, representando o CFESS, nossa atuação intensificou e tensionou, no âmbito do Comitê Executivo da FITS, a necessidade de revisão da definição de Serviço Social, em uma perspectiva que contemplasse os avanços já conquistados no processo de reconceituação do Serviço Social latino-americano”.

Com relação à articulação para revisão da definição de Serviço Social, assim se expressa Ivanete: “Cabe mencionar que, inicialmente, quando a FITS apresentou sua intenção de fazer uma revisão da definição mundial de Serviço Social já existente na FITS desde 2000¹⁷, o CFESS e a representação da vice-presidência

17 Segundo manifestação do CFESS (Revista Serviço Social e Sociedade nº 108, 2011, p. 737-742), a definição de Serviço Social da FITS aprovada em 2000 incorporou alguns princípios éticos defendidos pelo Serviço Social brasileiro, mas também incorporou outros de natureza bem distinta, tornando a definição eclética. Trata-se de um documento que não apresenta elementos de fundamentação na sua estruturação sintética (definição, comentário, valores, teoria e prática). E ainda que questionando a necessidade de uma definição mundial, o CFESS entendeu como dever insistir na revisão da definição, que contemplasse “um mundo do trabalho social onde caibam todos os mundos”. Não incidir na definição poderia significar a subordinação a uma hegemonia conservadora de âmbito mundial.

regional da FITS na América Latina questionaram a pertinência da existência de uma definição mundial de Serviço Social, considerando as imensas diferenças, divergências e abordagens antagônicas na concepção da profissão existentes entre os países. Esse questionamento, contudo, é minoritário na FITS, e a maioria dos países é favorável à existência de uma definição mundial, sendo que a existente até então fundamentava-se em uma perspectiva teórica funcionalista e bastante restritiva em termos de competências profissionais. Diante da inevitabilidade de existência de uma definição mundial, a participação do CFESS no processo de revisão da definição de Serviço Social da FITS foi considerada prioritária pelo Conjunto CFESS-CRESS (em seus Encontros Nacionais), pois teórica e politicamente se apresentava como importante estratégia para levar ao mundo a nossa perspectiva de Serviço Social. A atuação do CFESS se deu em três frentes: 1) no âmbito do Comitê Mercosul, articulou no sentido da elaboração de uma proposta conjunta dos países latino-americanos; 2) na FITS, articulou junto aos países para avançar em uma definição que incorporasse os princípios e valores do nosso projeto ético-político profissional; 3) no Brasil, articulou-se com a ABEPSS para elaborar uma proposta das entidades nacionais. Em relação à primeira frente, desde março de 2008, o CFESS solicitou às entidades que integram o Comitê Mercosul de Trabalhadores Sociais a elaboração de textos analíticos sobre concepção e definição de Serviço Social, com o objetivo de elaborar uma coletânea a ser distribuída durante a 19ª Conferência Mundial, que ocorreria em agosto deste ano.



Infelizmente, nenhuma entidade enviou os textos, de modo que a publicação não ocorreu. Na reunião do Comitê Mercosul, ocorrida em 2009, foi aprovada a elaboração de uma definição conjunta, a ser apresentada na 20ª Conferência Mundial em 2010. Também essa tentativa não se materializou, devido a diversas dificuldades apresentadas pelas entidades que compõem o comitê, sobretudo sua coordenação, que estava no Paraguai desde julho de 2008. Ainda assim, a articulação no âmbito do Mercosul resultou no apoio às estratégias encaminhadas pelo CFESS, apresentadas a seguir. Em relação à segunda frente, a atuação na FITS seguiu dois caminhos. O primeiro foi articular o apoio de países para indicar o professor José Paulo Netto para integrar o grupo de trabalho constituído pela FITS e AIETS para revisar a atual definição. Este GT deveria se reunir e elaborar uma proposta para debate na Assembleia Geral de 2010, a partir das contribuições dos países. Ocorre que, por dificuldades nas relações entre FITS e AIETS¹⁸, esse GT jamais se reuniu, e o professor José Paulo Netto nunca foi chamado para nenhum debate ou reunião. Diante disso, o segundo caminho foi atuar no âmbito das reuniões da FITS, e por contatos eletrônicos, para pressionar o Comitê Executivo a constituir o GT, a pautar o tema da definição nas reuniões, de modo a evitar que a FITS chegasse na Assembleia Geral de 2010 com uma proposta exclusiva de seu Comitê Executivo. Com este intuito, e como vogal da FITS, atuamos para articular apoio dos países à elaboração de uma proposta mais progressista

¹⁸ Havia uma tensão entre FITS e AIETS sobre a relação entre formação e trabalho social e a dificuldade de superar o discurso da dicotomia ou 'brecha' entre trabalho e formação.



de definição, mesmo sabendo da predominância tradicional entre os países associados. A terceira e mais importante frente de atuação foi interna, a partir da articulação com ABEPSS, e se revelou bastante frutífera. Inicialmente, o CFESS solicitou textos aos docentes Marilda Iamamoto e José Paulo Netto para contribuição ao debate. Mas, diante de suas impossibilidades, constituiu um GT com representantes do CFESS e ABEPSS, e elaborou uma proposta inicial de definição. Essa proposta foi discutida no âmbito das entidades e no Comitê Mercosul. Após esses debates, que afinaram o texto inicial, a proposta foi traduzida para espanhol e inglês, entregue na Assembleia Geral da FITS em 2010 e panfletada amplamente na 20ª Conferência Mundial de Hong Kong pelas representantes do CFESS e ABEPSS presentes ao evento. O objetivo dessa atuação na 20ª Conferência Mundial era mostrar ao mundo a posição dos países da América Latina que integram o Comitê Mercosul, em relação à definição de Serviço Social. Tal estratégia deu visibilidade ao mundo sobre um debate que ainda estava muito restrito às direções das entidades que integravam a FITS. Na assembleia geral que ocorreu em Hong Kong (2010), fizemos um histórico da posição do CFESS, que envolveu a proposta que estávamos apresentando e conclamamos a FITS a retomar a elaboração da definição levando em consideração as posições da América Latina, aprovadas no âmbito do Comitê Mercosul. Nesta assembleia geral, a FITS deliberou pela continuidade dos debates e se comprometeu a constituir o GT e dar início aos trabalhos”.



A entrevistada aponta outras articulações de âmbito internacional, tendo em vista a socialização do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, ainda que não isentas de desafios: “Além destas duas principais frentes de atuação, também investimos, por meio da Comissão de Relações Internacionais do CFESS, em eventos internacionais, como a participação no Seminário Latino-Americano da ALAEITS em 2009, com realização de palestras, participação em plenárias simultâneas, coordenação de sessões temáticas, participação em reuniões e na Assembleia Geral da ALAEITS, em articulação com a ABEPSS, no sentido de difundir e defender o projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro na América Latina, e participar dos processos para eleger uma direção para a ALAEITS, compromissada com os avanços alcançados pelo Serviço Social na América Latina, diante do avanço de posturas e candidaturas conservadoras. No espaço do Comitê Mercosul, a articulação avançou na direção de retomar as discussões sobre o documento dos princípios ético-políticos básicos, que havia sido elaborado em 2000; discutiu a necessidade de construir elaborações conjuntas sobre direitos humanos e sobre parâmetros para assegurar a livre circulação de profissionais nos países do Mercosul, o que pressupõe discutir e acordar alguns conteúdos comuns nas diretrizes curriculares, nos códigos de ética e nas leis de regulamentação profissional. No mar de desafios que instiga as ações do CFESS, a representação nos espaços de articulação internacional exigiu trabalho intenso na organização da conferência mundial, principalmente pela



perspectiva diferenciada que o Conjunto CFESS-CRESS possui na organização de seus eventos nacionais. O principal desafio foi construir uma conferência mundial com a 'nossa cara'. Foi preciso romper com várias práticas predominantes nas conferências mundiais e isso exigiu muito diálogo, firmeza e estratégias para defender nossas posições, mas saímos exitosos no processo: foi a maior já realizada (normalmente as conferências mundiais possuem em média 1.500 profissionais); asseguramos a participação de estudantes; pautamos temas fundamentais para a realidade dos países latino-americanos, rompendo com o eurocentrismo; asseguramos direção teórica política sustentada em nosso projeto ético-político, com perspectiva anticapitalista; rompemos com uma organização predominantemente elitista; conseguimos realizar um evento com valores reduzidos e que teve saldo positivo; e, sobretudo, mostrou para os países participantes a imensa capacidade de reflexão e produção de conhecimento crítico nestas paragens. No processo de defesa da Definição de Serviço Social, vivenciamos vários e hercúleos desafios, alguns vencidos, outros não: foi desafiante iniciar um processo de convergência para elaborar uma definição latino-americana no âmbito do Comitê Mercosul, diante dos contextos diferentes, os quais apontam que muitos países não possuem código de ética nem diretrizes curriculares; imenso desafio foi avançar nos debates e discussões coletivas no Brasil para elaborar uma proposta de definição que pudesse expressar a riqueza, profundidade e coerência do nosso projeto ético-político; outro desafio gigante foi envolver os países da FITS e



ganhar apoios mundiais à nossa perspectiva, num contexto mundial de predomínio de perspectivas tradicionais e, muitas vezes, conservadoras de Serviço Social, assim como possibilitar que outras culturas e posições ético-políticas compreendessem a nossa construção histórica e a hegemonia alcançada num país de dimensões continentais e com número cada vez mais crescente de profissionais”.

Sobre o significado político da participação do CFESS nos espaços internacionais, assim se manifesta a entrevistada: “Desde o final dos anos 2000 vivemos em um contexto mundial de avanço acelerado do conservadorismo, e, nos últimos anos vimos avançar o reacionarismo, o obscurantismo, o ultra neoliberalismo, que impactam ofensivamente sobre a classe trabalhadora, destruindo suas conquistas históricas no campo dos direitos e das lutas sociais. O Serviço Social, no Brasil e em todo o mundo, não está imune a esses processos. Ao contrário, são determinações que rebaixam e tecnicizam a formação profissional e precarizam e desqualificam o trabalho profissional. As respostas a esses desafios não podem se limitar ao âmbito nacional, ainda que este seja o espaço privilegiado, local e direto de intervenção do Conjunto CFESS-CRESS. A participação nesses espaços não tem somente o intuito de socializar o projeto ético-político profissional que construímos historicamente, mas expressa a intencionalidade e disposição de disputar intelectual, teórica, política e profissionalmente a construção de unidades de luta na materialização de uma determinada perspectiva de



trabalho profissional. Não significa impor a nossa perspectiva de profissão, mas tem o significado político de situar nosso projeto profissional num projeto societário movido pelas lutas internacionalistas. Significa sintonizar a profissão às lutas da classe trabalhadora, independentemente do país em que se realiza. Em minha avaliação, tivemos muitos ganhos nesse processo, e hoje o Serviço Social brasileiro tem reconhecimento mundial como uma profissão que produz conhecimento crítico, que ampliou enormemente suas esferas de atuação, que não renuncia a seus valores e princípios e os conecta cotidianamente às lutas nacionais e internacionais da classe trabalhadora”.

Nas gestões 2011-2014 e 2014-2017, a representação do CFESS em espaços internacionais ocorreu de diversas formas, seja nos Encontros das Organizações Profissionais da FITS/ALC, em 2011 e em 2013, para debater o desenvolvimento do trabalho social e das políticas públicas na região, nas Assembleias Gerais e Conferências Mundiais de 2012, em Estocolmo (Suécia), de 2014, em Melbourne (Austrália) e em Seul (Coreia do Sul) em 2016, seja nos espaços do Comitê Mercosul e COLACATS (fundado em 2013, conforme anteriormente mencionado) ou no 20º Seminário Latino-Americano de Escolas de Serviço Social, promovido pela ALAEITS, na cidade de Córdoba (Argentina), em 2012.

Outra referência importante é a deliberação acordada no 40º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, de ampliação das relações internacionais com os países que compõem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a maioria



no continente africano, constituída por Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Ações como distribuição de material produzido pelo CFESS constituíram parte desta aproximação.

Em Seul (Coréia do Sul), o CFESS, junto com outras entidades brasileiras e mundiais, endossou a formação de uma Rede de Trabalho Social/Serviço Social, cujos primeiros movimentos de criação ocorreram em Melbourne (Austrália), a convite do Consejo General de Trabajo Social (Espanha). A rede tem como objetivo fortalecer relações e compartilhar experiências profissionais e intercâmbio de informações sobre a profissão (formação, exercício e regulamentação). No debate ocorrido durante a conferência mundial, discutiu-se sobre um projeto internacional multilateral entre organizações de Trabalho Social/Serviço Social, agregando a área acadêmica e profissional de países ibero-americanos. Outras reuniões para fortalecimento da rede ocorreram em Mérida (Espanha) e em Dublin (Irlanda) com a participação do CFESS.

Demarcando a conjuntura no período das gestões citadas, foram várias as agendas políticas e econômicas enfrentadas e disputadas pelo Conjunto CFESS-CRESS, frente a um governo que atuava em “prol de uma coalisão pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal” (ROLNIK, 2013, p. 9), com vistas a abrir frentes de expansão do capital financeirizado e submeter o Estado à lógica do mercado,



interessado em viabilizar o projeto da Copa do Mundo (em 2014) e das Olimpíadas (em 2016), que resultaram em remoções forçadas, limpeza étnica e social, agudizando desigualdades profundas, degradação ambiental e violência urbana (VAINER, 2013). Mas, à revelia destes tempos obscuros, também “foi tempo de dizer que podemos construir alternativas à barbárie, disseminando que a esperança real emerge da vontade coletiva organizada contra o cotidiano de exploração do trabalho e de banalização da vida humana” (RELATÓRIO DE GESTÃO 2011-2014, 2014, p. 13).

Durante a gestão 2011-2014, foi realizado o *workshop* para debater e construir uma Definição de Serviço Social que representasse as perspectivas teóricas, éticas e políticas da América Latina e Caribe e que incidisse na definição mundial aprovada em 2000, para ser encaminhada para aprovação na Assembleia Geral de Melbourne (Austrália) em 2014.

As respostas de Esther Luiza de Souza Lemos, em entrevista para o CFESS (2020), contribuem para elucidar os diversos liames da internacionalização da entidade e suas demandas à representação. Contextualizando sua participação, diz a entrevistada: “Meu processo de participação no espaço internacional como representante do CFESS iniciou-se em 2011, quando assumi a coordenação da comissão de Relações Internacionais. Tratando-se da representação político-organizativa nas instâncias internacionais da profissão, as ações são marcadas pela participação de reuniões e promoção de eventos internacionais, incluindo a contribuição em sua



organização. Ao mesmo tempo, internamente, pela divulgação e mobilização da categoria nos eventos internacionais, fomentando o intercâmbio profissional. Quando assumimos a gestão em maio de 2011, a prioridade de nossa agenda política, no âmbito das relações internacionais, era cumprir a deliberação aprovada no 39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS (Florianópolis, 2010) que tinha como conteúdo 'Intensificar o debate sobre a definição de Serviço Social, envolvendo o Conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e ENESSO, tendo em vista a realização de *workshop* no Brasil em 2011, com GT da FITS/AIETS, para discutir e elaborar proposta de revisão da definição na assembleia da FITS, que ocorrerá em 2012 em Estocolmo'. Na transição da gestão do CFESS em 2011, esta pauta foi apresentada, cabendo-nos coordenar este processo a partir do acúmulo construído pelo grupo de trabalho, que havia sido constituído para esse fim na gestão anterior, tendo a participação da ABEPSS, da ENESSO e de pesquisadoras da área na assessoria. Trabalhamos intensamente no GT e avaliamos que um evento de porte internacional necessitaria de mais tempo para sua organização, sendo planejado para 2012, no Rio de Janeiro (RJ). As questões norteadoras da organização eram: como garantir a presença das organizações profissionais dos países da América Latina e Caribe? Qual metodologia utilizar para termos um debate qualificado e participativo? Avaliamos ser estratégico, como organizadores/as do evento, apresentar uma proposta inicial para ser analisada e discutida previamente pelos países. Convidamos a vice-presidenta da FITS/ALC à



época, Laura Acotto, para participar de uma reunião do GT no Rio de Janeiro e propusemos a seguinte metodologia: o CFESS apresentaria a proposta de texto para nova Definição de Serviço Social, distribuindo o documento, traduzido ao espanhol, entre os países que participariam do 2º Encontro de Associações de Trabalhadores Sociais da Região América Latina e Caribe em Mendoza (Argentina), em agosto de 2011; as respectivas organizações discutiriam em seus países, encaminhariam as sugestões ao CFESS até fevereiro de 2012 e, nos dias do *workshop*, trabalharíamos o texto a partir das contribuições encaminhadas. Esta proposta foi acatada, apresentada no evento e recebida com grande expectativa pelos países. Esta ação foi um grande desafio para a gestão do CFESS que, em articulação com ABEPSS e ENESSO, organizou um *workshop* representativo e participativo. Este ocorreu dias 8 e 9 de março de 2012, no Rio de Janeiro (RJ), e contou com a representação de 8 países: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Porto Rico, República Dominicana, Nicarágua e Uruguai. Também participaram como convidados internacionais a vice-presidenta da ALAEITS (Costa Rica), o secretário-executivo da FITS (Suíça), o coordenador da comissão mundial sobre a Definição de Serviço Social na FITS (Dinamarca) e o ex-presidente da Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social/AIETS (Mauritânia). Ao total, entre as representações internacionais e nacionais, participaram 83 pessoas, incluindo representantes dos CRESS, programas de pós-graduação e estudantes de Serviço Social. Foi um evento que teve tradução simultânea para o português, espanhol e inglês, em um grande



exercício de construção coletiva e afirmação da direção crítica da profissão, herdeira do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e do acúmulo do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Aprovamos, num texto curto, uma definição que pudesse expressar a defesa de princípios éticos, reafirmando que Serviço Social é uma profissão e não uma disciplina. A experiência do *workshop* foi marcante e significativa, de fato, foi um marco na contribuição brasileira para o debate da definição, não apenas pelo resultado, mas especialmente pelo processo democrático, participativo e aglutinador de forças, tanto no continente quanto na presença internacional. Posteriormente, o tema da Definição Mundial de Serviço Social foi pauta na Assembleia da FITS de Estocolmo (Suécia) em 2012, sendo aprovada apenas na Assembleia de Melbourne (Austrália) em 2014¹⁹. A realização do *workshop* na América Latina em 2012 fez com que outras regiões do mundo pautassem o tema, fazendo implodir o eurocentrismo dominante também neste contexto. Para nossa região, um dos maiores resultados foi, posteriormente, a incorporação da definição aprovada no *workshop* do Rio de Janeiro ao Estatuto do Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de

19 O texto final aprovado na Assembleia Geral de 2014 é: "O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina acadêmica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do Serviço Social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o Serviço Social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social". Esta definição de Serviço Social pode ser ampliada ao nível nacional e/ou ao nível regional.



Trabalho Social/Serviço Social (COLACATS)”²⁰.

Esther Lemos aponta alguns desafios enfrentados durante a representação: “Sem dúvida, o maior desafio é lidar com o desconhecido, expresso em outro idioma e outra cultura. Comunicar o que é o Serviço Social brasileiro, sua história, necessidades e organização, ao mesmo tempo que conhecer a profissão em outros países, para poder dialogar e construir estratégias comuns para seu fortalecimento, é desafiador. Simultaneamente, discernir a correlação de forças e construir mediações político-organizativas que façam avançar o projeto profissional que defendemos no país, em um contexto heterogêneo e, muitas vezes antagônico, exige grande capacidade de articulação política. O desafio de se voltar para a formação social, política, econômica e cultural da América Latina é urgente. Entre as heranças da ditadura brasileira, uma delas foi o apagamento da identidade latino-americana. Investir na integração latino-americana, agregando os países do continente é uma tarefa inadiável. A estratégia do Comitê Mercosul, iniciada em 1996, e sua ampliação em 2013 para o COLACATS, permitiu fortalecer a voz e o voto da representação latino-americana e caribenha no âmbito mundial. Ao mesmo tempo, os demais países desconhecem a produção intelectual

20 Segundo Esther Lemos, em registro para o Pleno do CFESS sobre a Assembleia Geral de Melbourne (Austrália), “a luta do CFESS nas assembleias anteriores, a proposta de realização do workshop, o investimento na sua realização com um processo articulado a partir do GT Definição e, posteriormente, com demais países da AL e Caribe resultando no texto aprovado no Rio/2012, a criação do COLACATS e inclusão do texto da definição como referência adotada pelas organizações nacionais que o compõe expressaram o acerto na estratégia”.

latino-americana e, particularmente, a brasileira. A barreira do idioma ainda é crucial. Nesse sentido, vencemos um grande desafio em 2014, fruto da articulação latino-americana no âmbito mundial: o convite à Prof.^a Dra. Marilda Vilella Iamamoto, como conferencista principal na Conferência Mundial de Serviço Social de Melbourne (Austrália). Ter uma profissional latino-americana falando em português e ter sua conferência traduzida para cinco idiomas (inglês, espanhol, francês, mandarim e coreano) foi uma grande vitória, tanto pelo reconhecimento e valorização de uma intelectual brasileira, quanto pela publicização da concepção de profissão que temos defendido ao longo destes anos. Outro desafio tem sido trazer o debate das relações internacionais para o cotidiano profissional das/os assistentes sociais. Observamos que, na Comissão de Ética e Direitos Humanos e na COFI, tínhamos temas transversais. Atualmente, com o crescimento dos processos migratórios e movimentação da força de trabalho estrangeira livre ou forçada, a categoria tem enfrentado os desafios da atuação profissional com esta população. É preciso investir no conhecimento do acesso aos seus direitos, pois envolvem direitos internacionais, bem como a defesa de direitos humanos. Com o objetivo de acumular o debate e fomentar a discussão na categoria, em 2015, foram realizados cinco seminários regionais, culminando, nos dias 6 e 7 de julho de 2016, no Seminário Nacional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais, realizado em Belém (Pará). Os desafios se colocam para fora e para dentro do país, para fora e para dentro de profissão, envolvendo a articulação para além



das organizações da categoria, as organizações e movimentos da sociedade civil que estão alinhadas com os princípios e valores que historicamente temos defendido como profissão”.

Sobre o significado político da participação do CFESS nos espaços internacionais, assim se expressa Esther Lemos: “A relevância e significado político da participação do CFESS nos espaços internacionais tem sido em duas direções: tanto na estruturação da dimensão político-organizativa da profissão, como na Definição de Serviço Social, códigos de ética, regulamentação e intercâmbio profissional, e na incidência sobre governos e sociedades por meio de campanhas, denúncias, pronunciamentos e mobilizações. O Serviço Social não é uma profissão homogênea e, participando da FITS, identificamos a predominância de uma concepção conservadora e eurocêntrica. A ampliação e chegada de novos países-membros tem ampliado o debate e a disputa pela direção estratégica da forma e conteúdo destes pronunciamentos. O Serviço Social da América Latina e Caribe tem uma grande contribuição, a partir do que temos realizado em nossos países, no enfrentamento à barbárie gerada pelo capitalismo contemporâneo, nossa herança colonial e patriarcal. Na efetivação do projeto ético-político profissional, os/as assistentes sociais denunciam e, ao mesmo tempo, intervêm nas contradições que chegam como demandas para o Serviço Social. A crítica que temos construído nos respectivos países precisa ganhar as ruas e, neste sentido, as organizações nacionais podem promover intercâmbios no sentido de adensar as forças, dando-lhes visibilidade. Ao



mesmo tempo, a internacionalização coloca novos desafios para o Serviço Social brasileiro, particularmente no intercâmbio da pesquisa realizada pelos profissionais no país. Podemos avançar coletivamente e internacionalmente na pesquisa sobre o próprio Serviço Social, colocando-o como objeto de estudo e sobre as determinações particulares do capitalismo contemporâneo. A conjuntura econômica regressiva, ao mesmo tempo em que não favorece a interlocução, tendo em vista os custos e investimentos necessários para o financiamento da participação em atividades internacionais, também exige maior capacidade de articulação permitindo que ampliemos o diálogo com outras culturas e trajetórias profissionais. Nos seus 84 anos de existência no Brasil, o Serviço Social possui um dos maiores contingentes profissionais do mundo. No âmbito do trabalho profissional, possui legislação específica, Código de Ética, Conselhos Regionais com a função de orientar e fiscalizar o exercício profissional. No âmbito da formação profissional possui um sistema de pós-graduação com mestrados e doutorados, consolidando-se como área de produção de conhecimento, bem como um sistema de graduação orientado por Diretrizes Curriculares Nacionais, construídas pela categoria a partir da ABEPSS (1996). A experiência acumulada de articulação entre as entidades da categoria no país, CFESS, ABEPSS e ENESSO, evidencia a defesa de uma concepção comum de profissão e um caminho organizativo que pode ser compartilhado, rompendo as fronteiras na perspectiva internacionalista e avançando na efetivação do projeto ético-político profissional”.



Na gestão 2017-2020, a participação do CFESS ocorreu nas instâncias internacionais, prosseguindo na construção de articulações com relação ao exercício profissional e à defesa da profissão, com aproximações também ao debate da formação profissional. Nessa direção, aprofundou-se a representação junto às organizações profissionais da América Latina e Caribe (FITS/ALC e COLACATS) e no âmbito internacional, por meio de estratégias como divulgação de matérias de âmbito mundial no site do CFESS, estímulo à participação da categoria nos eventos internacionais e espraiamento do tema das relações internacionais para os/as assistentes sociais e para os CRESS.

Importante ressaltar a reedição trilingue do Código de Ética Profissional, que foi socializado com todos os países-membros da FITS. Além disso, vale mencionar os posicionamentos relacionados à situação política brasileira no site da FITS e nas redes sociais da FITS/ALC, nesses tempos de ascenso de uma ultradireita fundamentalista, cujo propósito tem sido extinguir toda manifestação de esquerda e crítica no país.

Registra-se que foram três anos de gestão com intenso embate contra as forças políticas de governos ultradireitistas, nos posicionamentos assumidos publicamente contra o governo Temer na primeira metade da gestão e, posteriormente contra o governo Bolsonaro. Durante o governo Temer, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) 95, sob a justificativa de controle dos gastos governamentais, principalmente das políticas sociais, para conter os efeitos de uma crise econômica e atender a exigências



dos organismos multilaterais sob premissas neoliberais, provocando aumento do desemprego e aprofundamento das desigualdades, um ano depois de sua aprovação.

Na continuidade deste projeto do capitalismo mundial neoliberal, o ex-presidente Bolsonaro assume em 2019, atacando as instituições públicas, posicionando-se contra as conquistas históricas dos/as trabalhadores/as, alimentando relações conflituosas internas e externas contra a educação, a ciência, a cultura, o meio ambiente, defendendo uma pauta econômica e social que se materializa sob relações violentas e irracionais (LEHER, 2019). O Relatório de Gestão 2017-2020, referindo-se às particularidades deste período histórico, deixa nítido que

além da contrarreforma da previdência, os decretos promulgados – como o que extinguiu uma série de órgãos de controle social – assim como a letargia nas providências para coibir e apurar os crimes ambientais relacionados às queimadas na Amazônia, apenas para citar uns poucos exemplos entre os inúmeros fatos desse primeiro ano de (des)governo, demonstraram inequivocamente que o capitalismo convive bem com o irracionalismo, desde que a agenda ultra neoliberal seja mantida (RELATÓRIO DE GESTÃO 2017-2020, 2020, p. 14)

Com relação à participação do CFESS nos eventos, destacam-se a Assembleia Geral da FITS, com duas delegadas (conselheiras Daniela Neves e Tânia Diniz), e a Conferência



Conjunta Mundial Serviço Social, Educação e Desenvolvimento Social²¹entre os dias 4 e 7 de julho de 2018 em Dublin (Irlanda), cujo tema foi ‘Meio ambiente e comunidades sustentáveis: soluções humanas em uma sociedade em evolução’, finalizando a Agenda Global do Serviço Social 2010-2020.

Na Assembleia Geral da FITS, a conselheira Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz foi eleita como vice-presidente regional para América Latina e Caribe/FITS, até 2020, (cargo para o qual foi reconduzida na Assembleia Geral Virtual de 2020, até 2024). E na ocasião, foi distribuído, entre os/as participantes da assembleia, o informativo ‘CFESS Manifesta’, elaborado por Tânia Diniz e Esther Lemos, cujo título é “Não há sustentabilidade com o capitalismo”, traduzido para o inglês e espanhol, ato importante para demarcar o lugar político do Serviço Social brasileiro.

Em Dublin, a representação do CFESS esteve presente à Assembleia Geral da AIETS, como observador e, ainda em 2018, participou do XXII Seminário Latino-Americano de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS), em Bogotá (Colômbia). Interessante observar como o Brasil (com a participação da ABEPSS), durante o seminário, novamente teve um papel importante na condução dos debates para eleição da direção da ALAEITS, incidindo e articulando as forças políticas, para evitar que a eleição fosse ganha por candidato conservador.

21 Durante a Conferência Conjunta em 2018, a Prof.ª Dra. Marilda Iamamoto proferiu uma palestra com o tema “Formação Profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina”. Na ocasião, recebeu o prêmio Katherine A. Kendall, da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW).



Em julho de 2019, o CFESS participou do encontro anual do Comitê Executivo da FITS, em Rheinfelden (Suíça), reafirmando a direção social e política da profissão, que se origina na ALC, junto às representações regionais e aos membros dirigentes.

A presença do CFESS (em nova gestão 2020-2023) na Assembleia Geral e Conferência Mundial de 2020, que ocorreu de forma virtual devido à Covid-19, foi fundamental por dar continuidade e fortalecer o processo de representação internacional iniciado nos idos dos anos 1990, uma caminhada que se solidifica a cada passo dado.

Com relação às atividades de representação, junto com a presidência regional para a América Latina e Caribe, que está em Porto Rico (Larry Alicea Rodriguez), tem-se trabalhado na direção de reafirmar as particularidades da região latino-americana e caribenha frente à FITS, demarcando princípios éticos e políticos, de forma a não se colocar submissa e, tampouco, refém dos encaminhamentos e decisões da FITS mundial.

Com a aprovação do plano de trabalho apresentado às organizações profissionais de Serviço Social da América Latina e Caribe, estabeleceram-se como metas: a articulação de um projeto político regional que emerge do diálogo com as organizações de Serviço Social na América Latina e Caribe, com vistas a desenvolver a autoimagem profissional e a promover, defender e ampliar os direitos das/os assistentes sociais; a promoção e reconhecimento do Serviço Social a partir de uma



autoimagem fortalecida e tendo como referência a defesa e expansão dos direitos profissionais e dos sujeitos de direitos com os quais se atua no exercício profissional; a promoção da Agenda Global do trabalho social nos países da América Latina e Caribe, desde uma perspectiva de participação, colaboração e compromisso ético; o trabalho articulado com as representação das comissões regionais, entre os países membros da região e as comissões globais. Uma outra incidência significativa está na orientação aos países-membros em processos de regulamentação da profissão e de elaboração e aprovação de Código de Ética Profissional.

Com vistas a construir incidência política na região FITS/ALC, têm sido elaborados e socializados vários manifestos políticos, buscando atuar nos debates locais e regionais e criar importantes laços solidários entre os países membros²², no intercâmbio de experiências do trabalho profissional, principalmente nesses tempos de Covid-19.

Com relação ao COLACATS, o CFESS participou da reunião ocorrida em março de 2019, no Panamá. Uma das estratégias do COLACATS tem sido a articulação entre as organizações profissionais e a formação. Na ocasião, os países-membros assinaram a Declaração do Panamá, que assumiu um firme repúdio às consequências negativas produzidas pela imposição de um modelo neoliberal nos países da América Latina e Caribe, e contra o retorno de um conservadorismo que conduz

22 Ver posicionamentos publicados no site da FITS (www.ifsw.org) e nas redes sociais da FITS/ALC.



à consolidação das desigualdades, exclusão de submissão das maiorias populares.



FITS/ALC/COLACATS

Outra reunião da região ocorreu em julho de 2021, dessa vez de forma virtual. Os debates ocorridos nas diversas reuniões explicitaram que os países da América Latina e Caribe vivem situações muito semelhantes: aumento dos impostos, diminuição dos gastos sociais, cortes nos benefícios aos trabalhadores e trabalhadoras (Costa Rica); desarticulação dos programas sociais, 31% de desemprego, submissão aos organismos internacionais (Argentina); medidas de austeridade, proposta de eliminar os colégios profissionais (Porto Rico); perseguição aos/às militantes, repressão e assassinato, reformas no seguro social (Nicarágua); desmonte e lutas em defesa da universidade pública (Colômbia); cortes nos gastos sociais, destruição de direitos conquistados, reforma trabalhista e previdenciária, cortes e desmonte da educação, da universidade pública, da pesquisa (Brasil).



São várias as situações de pobreza e de práticas violadoras de direitos, de privatização dos serviços essenciais como saúde e educação, de obstrução das informações e transparência na gestão pública presentes nos diversos países, que visibilizam a injustiça, as desigualdades e a ausência de relações democráticas na realidade latino-americana e caribenha.

Em síntese, nas reuniões e encontros da FITS/ALC e COLACATS, todos/as os/as representantes reafirmam o avanço do neoliberalismo e suas consequências, o que, a par de uma formação profissional desqualificada, vem intensificando condições de trabalho precárias e processos de descolegiação e desprofissionalização por vias governamentais²³.

23 São estas as organizações atualmente que compõem a FITS/ALC e COLACATS:

Federación Argentina de Asociaciones Profesionales de Servicio Social – FAAPSS

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

Asociación de Asistentes Sociales del Uruguay – ADASU

Colegio de Asistentes Sociales y Trabajadores Sociales de Chile – CTSC

Colegio de Profesionales de Trabajo Social de Puerto Rico – CPTSPR

Colegio de Trabajadores Sociales de Costa Rica – COLTRAS

Colegio de Trabajadores Sociales del Perú – CTSP

Federación Colombiana de Trabajadores Sociales – FECTS

Asociación Dominicana de Profesionales de Trabajo Social – ADOPTRASOC

Asociación Nicaraguense de Trabajadores Sociales Mildred Abaunza-ANTS

Federación Nacional de Colegios de Trabajo Social en México

Sociedad Cubana de Trabajadores Sociales de la Salud – SOCUTRAS

Grenada Association of Professional Social Workers – GAPSW

Asociación Haitiana de Trabajadores Sociales – AHATRAS

Asociación de Trabajadores Sociales de Panamá

Asociación de Trabajadores Sociales de El Salvador – ATSES

The Barbados Association of Professional Social Workers

Asociación de Profesionales de Servicio Social y Trabajo Social – APSSTS-PY

Association of Social Workers in Suriname



Outra frente importante de atuação é a continuidade da participação do CFESS no Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde que, no planejamento 2019/2020, definiu pelo dimensionamento das necessidades de profissionais nas regiões fronteiriças e regulação do trabalho nas fronteiras. O fórum vem discutindo com os conselhos de profissão sobre as necessidades de profissionais nas regiões fronteiriças e a importância da regulação do trabalho a partir de protocolos acordados. A aprovação da Matriz Mínima vem sendo discutida com as diferentes profissões e países, junto com a comparação dos códigos de ética das profissões comuns aos países membros do Mercosul.

4. Últimas considerações

Finalizando este registro dos eventos históricos e suas reflexões políticas em âmbito internacional, dos quais o CFESS foi e tem sido um sujeito político significativo, reafirmamos os desafios já mencionados pelas representantes entrevistadas, e que se renovam sob a responsabilidade dos/as assistentes sociais na defesa do projeto ético-político brasileiro. O horizonte delineado é o espraiamento do tema das relações internacionais para a categoria profissional e para os CRESS, articulado com as entidades nacionais (ABEPSS e ENESSO), sob alianças estabelecidas com movimentos sociais, principalmente da América Latina e Caribe.



São muitos os desafios postos para segmentos da classe trabalhadora, advindos das mutações nas formas de produção e reprodução social em tempos de capital globalizado, de avanços das tecnologias de informação, de aumento do fluxo de capitais, de comércio, de pessoas e de ideias no mundo (SANTOS, FERREIRA e COUTINHO, 2012).

Do desenvolvimento das reflexões que apontaram aspectos da gênese e a caminhada do Serviço Social brasileiro em direção à internacionalização, apreende-se que, a par de pluralismos, contradições, debates e tensões nas relações internacionais, a defesa intransigente do projeto ético-político profissional torna possível o fortalecimento da região latino-americana e caribenha frente ao Serviço Social mundial, nessa “era da globalização [que] representa um processo de aceleração da hegemonia sociocultural e econômica do Ocidente, que difunde o neoliberalismo centrado na lógica do mercado a custo do respeito da dignidade humana” (MOGOBE RAMOSE *apud* CHIZENGA; CABRAL, 2016, p. 275) .

Referências

BEHRING, E.R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003

BEHRING, E.R. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente *in* BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.;



LIMA, R.L. Marxismo, política social e direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2018

BEHRING, E.R. O Serviço Social e o Mercosul. Revista Serviço Social e Sociedade no. 70. São Paulo: Cortez Editora, 2004

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidos. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1936

BRAGA, L.L.C. As associações profissionais de Serviço Social e a articulação latino-americana. Revista Temporalis no. 7, Porto Alegre: ABEPSS, 2003

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) Relatório de Gestão Tempo de Luta e Resistência 2011-2014. Brasília/DF:CFESS, 2014

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Relatório de Gestão Atitude Crítica para avançar na luta 2008-2011. Brasília/DF: CFESS, 2011

CFESS. A definição de trabalho social da FITS: por que revisar? Revista Serviço Social e Sociedade no. 108. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CFESS. CFESS Manifesta A crise política do Governo Lula, as falsas saídas e as alternativas possíveis. Análises Conjunturais. Brasília/DF: CFESS, 2005

CFESS. Revista Inscrita no. 3. Brasília/DF: CFESS, 1998



CHIZENGA, A.P.; CABRAL, F.M.A, (Des)caminhos da produção do conhecimento em África: o Codesria na disseminação do conhecimento no contexto da globalização in MACEDO, J. R (org.) O pensamento africano no século XX. 1a. edição. São Paulo: Outras Expressões, 2016

CUEVA, Agustín (org.) Tempos Conservadores: a direitização no ocidente e na América Latina. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016

FERRAROTTI, F. Las historias de vida como método. Revista de Ciencias Sociales, v. 14, no. 44, 2007

HARVEY, D. O Neoliberalismo: história e implicações. Tradução Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 5ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital in YASBEK, M.C.; IAMAMOTO, M.V. (orgs) Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019

LEHER, Roberto. Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.



LEMOS, E.L.S.; MATOS, M.C.; RAMOS, S.R. A contribuição brasileira ao debate do Serviço Social mundial, in YASBEK, M.C.; IAMAMOTO, M.V. (orgs) Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019

MATOS, Maurilio Matos. Interlocuções do Projeto Ético `Político do Serviço Social Brasileiro com o mundo. Entrevista com Esther Luiza de Souza Lemos. Revista Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2017, n. 40, v. 15, p. 349 – 356

MOTA, C.G. História Moderna e Contemporânea 1a. edição. São Paulo: Ed. Moderna, 1986

MURIEL, A.P. Relações Internacionais, Políticas Sociais e Combate à Pobreza. Revista Em Pauta, v. 6, número 23, julho de 2009

Revista Inscrita no. 10. Entrevista com Joaquina Barata Teixeira “CFESS prepara a conferência mundial”. Brasília/DF, CFESS, 2007.

ROLNIK, Raquel. Apresentação: As vozes da rua. As revoltas de junho e suas interpretações in MARICATO, Ermínia (*et al*) Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013

TRUELL, R.; JONES D. N. The Global Agenda for Social Work and Social Development: Extending the Influence of Social Work https://www.ifsw.org/wp-content/uploads/ifsw-cdn/assets/ifsw_24848-10.pdf. Acesso em 31/01/2021



SANTOS, C.; FERREIRA, A.C.C.; COUTINHO, L.R.S. Migração da Força de Trabalho: internacionalização do capital para quem? As políticas neoliberais e os desafios conjunturais. Magazine Libertas: UFJF, 2012

TEIXEIRA, J.B. O Brasil na Federação Internacional de Assistentes Sociais. Revista Serviço Social e Sociedade no. 96. São Paulo: Cortez Editora, 2008

TEIXEIRA, J.B. O CFESS e as organizações Internacionais de Serviço Social. Brasília/DF: CFESS, 2006

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas *in* MARICATO, Ermínia (*et all*) Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013

VIEIRA, Balbina Ottoni. Serviço Social: Visão Internacional 1928-1978. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1982.

VIEIRA, Evaldo. A república brasileira 1951-2010: de Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez Editora, 2015.





SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO SOBRE SERVIÇO SOCIAL, POVOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS

Mesa 1: As expropriações e luta pela terra dos povos
originários na América Latina, Caribe e Brasil: desafios em
tempos de neoconservadorismo

SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO SOBRE SERVIÇO SOCIAL, POVOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS

Programação

Data	Horário	Atividade	Atividade	Participantes/palestrantes
14.7.2022	10:00 – 16:00	Reunião política	Representações de países da ALC: Brasil, Peru, México, Panamá, Costa Rica e representações de assistentes sociais indígenas e/ou que trabalham com a questão indígena.	Brasil; conselheiro do CFESS ABEPSS, ENESSO Panamá: Kênia Emérita Batista Araujo(vice-presidente da FITS/ALC Peru: Jenny Maria linares Vera (comissão indígena) México: Norma Angélica Gomes Rios (comissão DH/ FITS Representante indígena do México: Leticia
	18:30	Abertura	Momento cultural	Iracema Kaigang
	19:00	Mesa 1	As expropriações e luta pela terra dos povos originários na América Latina, Caribe e Brasil: desafios em tempos de neoconservadorismo	Tsitsina Xavante Kênia Emérita Batista Arauz Leticia Aparicio Soriano

**SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO SOBRE SERVIÇO SOCIAL,
POVOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS**

Programação

Data	Horário	Atividade	Atividade	Participantes/palestrantes
15.7.2022	09:00	Mesa 2	Movimentos indígenas e a luta por direitos, (des) proteção social e retrocessos de direitos	Joziléia Daniza Jagso Norma Angélica Gómes Rios
	14:00	Mesa 3	A formação e a intervenção profissional e os povos indígenas: desafios para o fortalecimento do projeto ético político.	a) Formação Profissional ALAEITS – Rita – Costa Rica b) Exercício Profissional FITS/ALC – Jenny – Peru c) Pesquisadoras/es indígenas Elizângela Cardoso de Araújo Silva d) ABEPSS e CFESS



TEXTOS DAS MESAS DESCRITAS NO QUADRO ANTERIOR

Mesa 1: As expropriações e luta pela terra dos povos originários na América Latina, Caribe e Brasil: desafios em tempos de neo-conservadorismo

Palestrante: Tsitsina Xavante (Brasil) - Líder indígena brasileira, consultora independente sobre direitos humanos com ênfase em questões indígenas.

Olá, boa noite, sou Tsitsina do povo Xavante do estado do Mato Grosso, região central, bioma cerrado, no Brasil.

Minha autodescrição: eu sou indígena e, para a gente quebrar um pouco essa questão dos estereótipos, quem são os indígenas? Peles vermelhas como no norte das Américas ou pele clara? Isso vai depender muito, de acordo com cada região. Meu cabelo é curto, liso, mas lembrando que não são todos os povos indígenas, com essa descrição, tenho uma estatura mediana, sou gorda e linda; só para descontrair um pouco, principalmente, quem tá acompanhando a gente aí pelas redes sociais.

Bem gente, primeiramente, eu quero fazer uma breve saudação, agradecer o convite que chegou até mim, pelo professor Wagner e pela Gilza Kaingang. Eu acredito ser muito importante esse processo de movimento e de articulação não somente entre estudantes indígenas do Serviço Social, mas profissionais que também trabalham com a questão indígena,



porque eu acredito que uma atividade como essa, aceita e sendo realizada pela ABEPSS e pelo CFESS, é porque veio uma provocação. Então, acredito ser importante as provocações, sem a provocação, a gente não muda, né?

Então, quando a gente fala também de movimentos sociais ou questões sociais, é preciso ter uma provocação, é preciso ter uma angústia, é preciso ter algo para poder mudar e, somente com a mudança, quem sabe a gente consegue buscar melhorias. E isso faz parte também do processo participativo, nem sempre o processo é participativo, na expectativa de ser pleno e efetivo.

Bem, eu fui convidada para poder dialogar, né? É bom quando é presencialmente, a gente dialoga, aqui tem umas pessoas vendo, tem umas pessoas na minha frente, então, por vezes a gente olha para algumas para imaginar, olha, é com você que eu estou falando. Mas é para a gente tentar ser um pouco mais dinâmico.

Bem, o tema proposto, então, é: as expropriações e a luta pela terra dos povos originários na América Latina e Caribe e Brasil: desafios em tempos de neoconservadorismo.

Bem gente, todos na mesa de abertura, foi muito importante a fala de todos os representantes, desde a América Latina, do Serviço Social CFESS, mas também ABEPSS, quando fala da questão do neoconservadorismo nesse processo referente também às questões indígenas, eu acredito que trouxe uma realidade, não somente do Brasil, mas um pouco também, né? A colega Kênia vai trazer um pouco de uma perspectiva de América Latina.



Mas, ao nível de Brasil, eu vou trazer uma perspectiva não literalmente do que é o tal neoconservadorismo. Eu sou uma pessoa que eu gosto muito de pensar o que é história, porque, para a gente compreender os problemas hoje, a gente precisa entender o processo histórico. Vai poder parecer um pouco: ah, mas ela só está falando de data. Gente, eu aqui, eu vou citar algumas datas, mas não significa que pregue nessas datas, porque é importante a gente citar algo, citar referenciais e, nesse processo de luta pela terra, só vou trazer um pouco do contexto do processo que a gente conhece nas histórias de livros, ao nível de Brasil.

Qual é o processo histórico de colonização quando chegaram ao Brasil? Ah, descobriram o lugar, descobriram as índias! Não! Naquele momento já iniciou o neoconservadorismo, não é uma palavra, citou depois, veio o liberalismo, depois o neoconservadorismo, não, gente! Ali já era! Ali já aconteceu, tinha um objetivo claro, seja o Brasil que hoje se chama Brasil, seja a Espanha, seja o Panamá, seja o México, todos os países da região América Latina e Caribe tiveram esse propósito pelos colonizadores. E de lá para cá, o que será que mudou ao nível de Brasil? Vocês indígenas quem são? Ah, vocês são os preguiçosos, vocês não conseguem trabalhar, não conseguiam trabalhar e a gente teve que traficar seres humanos. Mas a gente está falando, não é um tema que fala Serviço Social, povos indígenas, direitos humanos? Ah, mas a gente trafica, o ser humano trafica pessoas e isso não é só em 1.500, não, hoje ainda existe tráfico de seres humanos, trabalho escravo também. O que aconteceu? Ah, vocês



são preguiçosos, vamos traficar pessoas e trazer forçadamente as pessoas africanas para o Brasil. Aí o que a história do Brasil relata? Que os povos indígenas são preguiçosos, por serem preguiçosos, foi preciso trazer negros e negras de outro continente. Essa é a reflexão de um colonizador.

Será que fomos, nossos, meus antepassados eram preguiçosos ou estratégicos, preparados para a guerra pela sobrevivência, porque diz o que é humano, o que é direito, sem saber o que era direito? Nossos ancestrais, naquela época, conheciam todo o território do Brasil, era muito mais fácil fugir buscando uma vida pela luta por uma terra; naquela época, às vezes, nem sabia o que era uma luta pela terra, mas sabiam caminhar pela Terra para sobreviver. Mas foram vistos pelo colonizador como preguiçosos. Infelizmente, essa é a história ainda em muitos livros didáticos. Por isso que eu acredito ser importante a ABEPSS estar nesse processo também, porque pesquisa ensino para quem também não é da área da pedagogia, tão pouco da área de história, mas é uma área que forma profissionais e é preciso quebrar esses estereótipos no processo também ético-político da profissão, não somente do Serviço Social, de qualquer profissional. É preciso quebrar esses estereótipos das universidades; qual é a real história: é da visão do colonizador ou, como diz o Serviço Social, do proletário e do proletariado, às vezes, muda o termo de acordo cada profissão. Então, a gente também precisa ter essa abertura para entender os diversos contextos.



Fazendo essa breve introdução, então, eu vou focar um pouco mais na época da ditadura militar até o momento atual. Ditadura militar, quando aconteceu no Brasil? Entre 1964 e 1985; nesse período da ditadura militar no Brasil, já que a gente está falando de direitos humanos e traz um contexto internacional também de América Latina, já existia a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e nessa época não somente no Brasil, mas vários países da região América Latina estavam passando também pela ditadura militar. Direitos humanos, para quem? A guerra, será que era só na guerra? Por isso que vários países se juntaram naquela época, não?

A gente precisa criar a Declaração de Direitos Humanos que a gente minimizava o humano tem direito. A gente precisa diminuir essas guerras, a gente já tinha um Marco legal internacional no qual Brasil já era signatário. Na época a gente já tinha ao menos 60 países que faziam parte e o Brasil também aprovou a declaração de direitos humanos. E o que estava acontecendo no Brasil? Tortura, assassinato, pessoas que sumiam por defender direito civis. Ah, mas você é indígena, não vai falar de povos indígenas? Sim, eu vou porque os povos indígenas também passaram por esse problema da ditadura militar.

Quando a gente fala em ditadura militar na década de 60, na verdade, de 1910, muito antes da ditadura militar existia o SPI que é o Serviço de Proteção ao Índio, ele existe desde 1910. Na época, durante a ditadura mudou em 1967, mudou porque saiu o SPI e entrou a Funai. Talvez o pessoal já lembre da FUNAI,



a Fundação Nacional do Índio, mas o que mudou? De SPI para Funai nesse processo da ditadura militar? Porque durante a ditadura militar estava acontecendo que os próprios militares, vou citar só um exemplo que é ali em Minas Gerais nos *Krenac*, criaram as guardas rurais indígenas. Qual era o objetivo? Treinar e treinar, ou seja, aplicar técnicas de torturas e essas torturas foram criadas pelos militares, ou seja, lá em Minas Gerais lá nos *Krenac* teve um reformatório desse, no qual vários indígenas iam para lá aprender essas técnicas.

Eu podia estar fazendo apresentação, mas eu gosto assim as pessoas quando escutam tem que ter curiosidade de pesquisar também. Se vocês colocarem no YouTube: ditadura militar e povos indígenas: vai mostrar a posição, como chama pau de arara no relatório Figueiredo? Quem que foi Figueiredo na ditadura militar? É importante? É importante.

Em 1967 a 1968, quem é Figueiredo? Jader de Figueiredo foi o procurador da época que presidia, na verdade, a comissão de Figueiredo que era para apurar as denúncias dos crimes relacionados à sociedade, mas ele observou também que estava tendo um problema com a população indígena, com os povos indígenas e ele trouxe essa ênfase no relatório de Figueiredo.

Então, quando teve uma época no Congresso Nacional fazendo pesquisa sobre a Comissão da Verdade, relatório da verdade, ou seja, há famílias que até hoje não sabem o que aconteceu com seus filhos, se não fosse Figueiredo colocar



lá no relatório dele uma parte específica para as questões indígenas, era como se nós, coloco nós, mas na verdade, eram meus ancestrais, nossos antepassados que sofreram durante a ditadura militar.

O que aconteceu também no processo de ditadura militar que tem a ver também diretamente com a questão de luta pela terra? Era intenção, era não somente da ditadura que era escancarada, atualmente, no Brasil também nunca mudou, a intenção de latifundiários querer aquele território, sagrado para os povos indígenas e o que é preciso desses latifundiários ou empresas do garimpo, da mineração, de barragens, de usina hidrelétrica, o que precisa? Precisa tirar aqueles indígenas.

Só que, naquela época da ditadura ainda não existia a Convenção 169 da OIT, existia a Declaração, naquela época ainda não tinha Constituição, a nova constituinte de 1988 e naquela época ainda não tinha constituição, a nova constituinte de 88 que agora é atual. Então, naquela época, o Brasil, na verdade parecia uma terra sem lei, mas a gente pensa será que é só naquela época ou atualmente também?

Então, eu vou trazer essas falas um pouco do passado, do presente que naquela época morriam indígenas por conta da terra, não somente os militares, mas eram utilizados processos químicos bactericidas para poder, por exemplo, que naquela época alguns povos indígenas não tinham imunidade com alguns tipos de gripe essas coisas. Aí o que acontecia? Jogava um vírus. Meu povo Xavante, na década de 50 e 60 foram os primeiros



contatos com o meu povo. O que fizeram naquela época? Jogaram roupas com sarampo para matar, por quê? Por conta da terra, por conta da terra. E o que mudou da época da ditadura para cá?

Ano passado, durante dois anos de pandemia, a avaliação que eu faço que no processo pandêmico aumentou a violência e violações em relação aos direitos humanos, em especial, de povos indígenas e comunidades tradicionais por conta da terra, por conta da terra.

No caso, os povos indígenas, qual o órgão responsável de fazer esse processo de fiscalização e proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas? A Funai. Só que, infelizmente, é um órgão sucateado há muito tempo, não é somente nesse governo, mas nesse governo escancaradamente está para quem? Não sei para quem. Recentemente teve até uma reportagem falando que a Funai nas mais de 30 coordenações regionais, mais de 30 tem à frente pessoas que estão ligadas a polícia ou as forças armadas.

O problema não é tá ligado à polícia e as forças armadas. O problema é saber se essas pessoas têm capacidade técnica para poder executar um cargo com povos indígenas, com direitos humanos, mas a gente também tem especificidades. Não, essas pessoas a maioria delas não tem, então, o que mudou da época ditadura para cá?

Mais para frente, também, falando em questão de assassinato, em 1980 morreu Ângelo *Kretã Kaingangue*. Ele lutava pelos direitos da demarcação de suas terras, no Estado do Paraná,



ele morreu num acidente de carro, no qual estavam envolvidos três militares e até hoje nunca foi encontrado um culpado.

Na mesa de abertura saudou e eu também saúdo a família de Bruno e Dom Philips, mas antes de Bruno e Dom Philips sempre mataram e assassinaram povos indígenas, sempre, sempre, sempre por conta da Terra, sempre.

Então, quando a gente fala vidas importam, todas as vidas importam. Outro assassinato, também, aconteceu por conta de terra, em 1983 foi assassinado Marçal de Souza *Tupã Y Guarani Nhandeva*. Foi assassinado por pistoleiros dentro da sua casa em João Antônio, no Mato Grosso do Sul, o que aconteceu? Nada, nada. Marçal era perseguido, não somente porque ele estava querendo demarcar o seu território, mas porque ele também fazia a denúncia, ou seja, no Brasil ser defensor de direitos humanos, ambientais e indígenas é ser marcado para morrer. Marçal, em uma das suas denúncias públicas, ele era um cara assim, eu não o conheci, mas já vi vários vídeos do Marçal, e eu sugiro que depois vocês vejam o filme que chama Terra dos Índios, de Zelito Viana, é um filme da década de 70, mas é muito atual e ali você vê a sapiência de Marçal. E uma das oportunidades que em vida ele fez quando ele teve com João Paulo II, foi até quando João Paulo veio na região de Manaus e Marçal falou: queremos dizer a vossa santidade, a nossa miséria, a nossa tristeza pela morte de nossos líderes assassinados friamente por aqueles que tomam o nosso chão aquilo que para nós representa a própria vida e a nossa sobrevivência nesse Brasil chamado um país cristão.



Gente, isso foi na década de 80, o que mudou de 80 para hoje? Com esse fanatismo político, religioso e ideológico por conta de terra? Não é somente uma questão política, não, por conta de terra. Onde está a subsistência? Dentro dos territórios indígenas e comunidades tradicionais. Isso é provado, vocês podem pesquisar qualquer relatório das Nações Unidas ou nacionais, qualquer instituição, olha só, qualquer instituição séria porque existem instituições e instituições. Qualquer pesquisa que vocês fizerem na internet, em instituições sérias, seja no Brasil ou fora, é cientificamente comprovado que a maior proteção do território de questões ambientais está relacionada dentro de terras indígenas e, conseqüentemente, onde estão os minérios, conseqüentemente, onde estão os rios, conseqüentemente, onde estão os peixes, a caça, onde está a pesca. Então, o que mudou de 1.500 para hoje? Isso na década de 80.

Aí a gente chega, eu estou falando alguns exemplos para fazer comparativo. Será que esse neo, esse novo conservadorismo é de agora? Vamos chegar em 1988, constituinte.

Na constituinte foi muito importante o processo de mobilização dos povos indígenas naquela época, até então, só existia uma que era a União Nacional do Índio, a UNI. A UNI foi a primeira organização, digamos, de processo organizativo dos povos indígenas e com outras lideranças, homens e mulheres se mobilizaram com organizações que defenderam o direito dos povos indígenas e pesquisadores, intelectuais para que, na Constituição do Brasil de 88, tivesse algo que falasse, que reconhecesse nossos direitos dos povos indígenas, avançamos.



Hoje temos os artigos dos índios 231 e 232, que reconhecem a gente está lá. Gente, pode ir lá: reconhecemos os direitos, as organizações sociais e políticos dos povos indígenas, o modo de vida, do usufruto do território, cabe ao Estado proteger esse território, fazer valer os direitos dos povos indígenas. Tudo isso está lá em 1988. Quando em 1988, também na constituinte, sempre que tenho oportunidade de citar algo da promulgação por, para mim, ser muito forte, quem tiver curiosidade vai lá, dá uma pesquisada, leia na íntegra ou escute a promulgação da Constituição por Ulysses Guimarães.

A Constituição, então, lembrando ditadura militar de 64 a 85, a Constituinte de 88, está no processo, digamos que recente, de liberdade do povo, liberdade da nação, da união. Eu não vou ler na íntegra, mas vou citar uma parte: isso só está sendo possível porque uma parte da sociedade, por conta da participação, por conta da provocação. Ele pega e fala em relação à Constituinte: a nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar e ele fala que a constituinte é o documento da Liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social. Mas ele também reconhece que a Constituição não é perfeita e que, no passar dos anos, vai ser necessário fazer reformulações, porque a sociedade muda, a economia muda, a sociedade muda, questões ambientais mudam, então é necessário também reformulações.

Então, passou o processo da constituinte de 90 para cá, o que aconteceu em relação às próprias políticas públicas e de direitos humanos, no qual nós povos indígenas também estamos garantidos nesse processo?



Só vou citar alguns: a gente tem em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, estamos lá, também, garantidos as crianças e adolescentes indígenas. Quando foi em 2010, se não me engano, mais ou menos. Funai, a Fundação Nacional do Índio, na época, chegou a realizar uma consulta em várias partes, em todos os territórios do Brasil, em todas as regiões para saber se de fato o ECA contempla a equidade da nossa realidade com povos indígenas.

Ontem foi dia 13, foi aniversário do ECA e ontem eu vi uma postagem na rede social da Anahí, que é de uma organização que fica no nordeste do Brasil, na Bahia, e eles fizeram um material muito interessante que é uma análise do ECA em relação às questões indígenas. Então, profissionais da área dá uma investigada aí, importante, né, a gente se qualificar.

Outro ponto, extremamente importante em relação às políticas em 2002 a criação do PNASPI, Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Ela reconhece algo básico que é, por exemplo, quando tem uma pessoa que está enferma que está doente, uma pessoa indígena e ela tem o costume ou a crença nos curadores do seu povo, ou das raizeiras, das benzedadeiras, é garantido alguém que tem um conhecimento da medicina tradicional espiritual acompanhar esse paciente. Mas será que isso acontece? Já me lembra outro fator que também está garantido por lei, que cada gestante, no momento do parto, de ter alguém acompanhando. Infelizmente, nessa semana também aconteceu uma fatalidade aqui no Brasil, que era a violação do corpo de uma mulher durante um parto. Então, assim, existem

leis que garantem os nossos direitos, seja indígena, com direitos específicos ou como mulheres ou como povo como humanos que somos, mas nem sempre é efetivado.

Em 2006 vem a Lei Maria da Penha no combate à violência contra a mulher. Em 2012, uma lei específica, uma política específica sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental Territorial em povos indígenas. Por que fiz esse contexto agora em relação aos povos indígenas? Porque tudo isso tem a ver com a luta pela terra, a gente tem luta pela terra, mas essa expropriação acontece desde quando a colonização chegou até o Brasil.

No Congresso Nacional, a gente tem mais de 50 projetos de leis, se for PL é projeto de lei, ou pode ser PDL, que é projeto de decreto legislativo. Existem várias ementas, vários projetos dentro do Congresso Nacional para violar os nossos direitos. E são direitos ligados a quê? À terra. Um deles, 490, para quem acompanha os movimentos sociais, questão de terra, território, povos indígenas, comunidades tradicionais, com certeza já escutou do PL 490, com certeza já viu por aí marco temporal, não!

Porque esse projeto de 2007, ele é justamente para poder restringir a demarcação das terras indígenas. Lembra que falei de leis de 88 da constituinte? O PL 490 quer o quê? Quer mudar o processo do direito originário, quer dizer que só tem direito a terra aquela comunidade que tivesse ali no dia da promulgação, no dia em que Ulysses Guimarães estava lá fazendo a promulgação. Não tem lógica! Outro, PL 191, que libera a mineração e terras indígenas; PL 4839, de 2019, que permite ao setor privado se



apropriar de terras destinadas à reforma agrária; PL 510, de 2021, permite a legalização de terras públicas invadidas até 2014, para quem? Para o latifundiário. O PL 6299, de 2002, que está lá no Senado, permite o pacote do veneno, que facilita muito o processo de uso de agrotóxico nas plantações, plantas fortes e a nossa saúde humana péssima. O PDL 177, de 2021, o Brasil, no caso, o presidente da República pode denunciar a Convenção 169 da OIT, da Organização Internacional do Trabalho, trata dos Povos Indígenas e Povos Tribais, da qual o Brasil é signatário. Por que é importante essa convenção? Porque essa convenção garante, deveria garantir, o Estado deveria garantir, o quê? O processo de consulta livre prévia informada aos povos indígenas e comunidades tradicionais qualquer ação seja de impacto direto ou indireto às nossas comunidades. Mas, isso não acontece porque tem todos esses PLs. Eu não falei todos, que são vários, mas só li alguns para vocês verem. Não são coisas só de 2020, também de 2002, 2019, 2004, 2007, terra, por questão de terra.

Para finalizar esse momento em que estamos com vocês, é dizer que a criminalização de lideranças indígenas sempre existiu, violação das mulheres indígenas sempre existiu, desde o processo de colonização. Não é problematizar, às vezes, dependendo da vertente ideológica de quem tá assistindo, vai pensar em mimimi, mas não é mimimi. Quantas vezes já escutei: ah, minha avó foi pega no laço; ah, minha bisavó foi pega igual cachorro; ah, mas o que você quer dizer? Quero dizer que ela era indígena. Então, a gente precisa transformar a nossa sociedade num processo educativo, reeducar, conhecer a história, por isso



que eu falo tanto de data, porque é importante a gente saber a nossa história, a gente precisa reeducar essas crianças. Gente, pegar no laço?! Quem pega no laço, é bicho? Pega igual cachorro, é bicho? Antigamente eu ficava calada quando não tinha consciência política, né? Sobre leis, direitos, eu acho que por isso é importante a gente saber os nossos direitos, a gente precisa se empoderar para a gente poder debater, provocar.

Lembra lá no início, que falei: se a articulação dos alunos, acadêmicos e profissionais não tivesse provocado, será que tinha acontecido? Talvez, mas para tudo precisa de uma provocação. Então, a gente, também, precisa mudar, precisa ter conhecimento, precisa ter informação e não deixar mais que certos discursos fiquem na normalidade. Pega no laço, não! Olha, me desculpa, pega laço, não. Vou ter que falar a realidade, você tem um ancestral da sua família, estuprada, porque se foi pega igual cachorra, ela foi pega à força, ela foi estuprada, seu pai, sua mãe, você é fruto disso. Ah, não fala isso! Vamos mudar, mude, respeite. Vamos respeitar os povos indígenas, vamos respeitar as diferenças, vamos conhecer, vamos buscar informação, vamos mudar, vamos ensinar meninas a serem livres e a não terem medo, só que, para isso, os meninos precisam ser educados também.



Palestrante: Leticia Aparicio Soriano (México) – Liderança do Povo Nahua da região do Vale de Tahuacán, México. Membro da Rede Interdisciplinar de Pesquisadores dos Povos Indígenas do México.

Bom dia a todos e todas. Obrigada, colegas, pelo convite. Obrigada pelo esforço que fez o Conselho Federal de Serviço Social aqui no Brasil para me convidar do México. Para mim, é um prazer estar aqui no dia de hoje entre colegas, entre irmãs de povos originários e, claro, seguir estendendo as redes de apoio, as redes solidárias, as redes de trabalho, as redes de força que nos dão para seguir com o trabalho, com as nossas irmãs e irmãos dos povos originários.

Claro, agradeço também que, para essa atividade, tenha sido considerada a importância do trabalho social com os povos indígenas. São temas que, como concordamos com as colegas e os colegas, foram deixados de lado e claro que é importante recuperar.

Eu me descrevo então: eu sou morena de cabelo liso escuro. Eu uso uma roupa, uma das roupas do meu povo, são diferentes. Esta roupa, esta vestimenta é de cor dourada com rosa. Esta roupa é dada nos casamentos entre família, isto se compartilha. Então esta roupa me deu a família de uma nova tia, que chegou na família, nos deu esta roupa e também da minha família, nós também temos uma vestimenta. Então, eles deram um presente e eu dei um presente também.



Estou trazendo muita emoção por participar no dia de hoje. Eu estou muito emocionada, porque é uma honra, é um privilégio estar aqui. É claro que estou emocionada, porque estes espaços, nós devemos potencializá-los, devemos difundi-los, promovê-los, para que aconteçam ainda mais.

Obrigado uma vez mais a Wagner, por este momento mágico por meio da irmã Berta, irmã do povo Maia do México, e claro, estamos aqui no dia de hoje compartilhando entre colegas. Eu vou projetar algumas reflexões, algumas observações que eu estive trabalhando como docente na UNAM. Há uns dez anos. Estou há uns dez anos como docente na escola de trabalho social da Universidade Nacional Autônoma do México e, claro, tentando refletir, pensando: como seria esse trabalho dos povos indígenas? O que nós fazemos? Como nos dedicamos à nossa atividade?

E, assim, vamos avançar com a apresentação. Então, eu aqui coloco uma primeira, digamos, uma primeira premissa, que tem a ver com o trabalho social, os povos, mas também uma reflexão a partir do racismo e do decolonialismo. Porque, no México, não sei se é toda a América Latina, nos assusta falar do racismo. Esse é um tema que não queremos abordar, que não queremos ver, que deixamos de lado muitas vezes. E também a atividade dessa pesquisa que, para os povos, também é uma atividade que incomodou muito.

Por quê? Bom, é feito como roubo de informação. Então nos povos, nós discutimos qual é o papel da academia, qual foi-se a extração dos dados. E, bom, na universidade são obtidos graus,



medalhas, diplomas. Então, nos povos, a realidade segue sendo de desigualdade. Bom, como fazemos para colocar este tema sobre a mesa? De pesquisa ou trabalho social? Não somente como uma atividade meramente acadêmica, mas que contribuamos a partir da pesquisa da academia. Como fazemos isso?

Esse é um desafio, porque a academia tem, por um lado, interesses. E os povos têm, por outro lado, as suas visões, as suas agendas, os seus tipos e, claro, fala-se muito, bom, não muito, mas tentou-se falar muito da investigação. Mas não é fácil, porque, digamos, desigualdade entre a situação dos povos e a pesquisa acadêmica, ou seja, este tipo de atividade profissional diz: bom, eu me instituo como hegemônico, como branco, como superior diante de ti e essas questões que também têm a ver com o racismo nos impedem de colaborar academicamente.

Como eu faço então, como fazemos, como atuamos os acadêmicos? Que neste sentido, e eu falo de um posicionamento situado, que não é fácil para mim estar dentro e fora, e estar com pé no povo e com um pé na academia. Então, para mim foi um desafio imenso. Me emociona muito, me coloca muito nervosa. Para mim foram barreiras, foram obstáculos estas questões, que têm a ver com a ética, mas que também têm a ver com as lições dos povos, como fazemos também, outra reflexão.

Bom, dentro destas mesmas reflexões, para promover esse conhecimento científico verdadeiramente ao serviço das comunidades indígenas e que não fique no discurso, e que digamos: bom, sim, chegamos com essas promessas às comuni-



dades, vamos colocar então o conhecimento para o famoso desenvolvimento comunitário, desenvolvimento dos povos. E qual trabalho social devemos construir, que é o desenvolvimento segundo quem?

Um desenvolvimento que chegou, muitas vezes, a promover a saída de comunidades. O desenvolvimento que chegou às comunidades a romper com as lógicas, a romper com os esquemas, e claro, este conhecimento científico ao serviço. Nada mais fica nesse discurso. Bom, esse exercício profissional, como fazemos para que seja com/para/a partir dos povos indígenas? Se é *com* os povos, se é *para* os povos, ou se é *a partir de*. A famosa frase de “vamos dar voz aos sem voz”.

Então, como fazemos para promover, para fazer com que as mesmas vozes, as mesmas pessoas dos povos, tenham esta agência, tenham esta capacidade de atuar, que sejam atores e que deixemos de ser do paternalismo ao maternalismo dos povos originários. “Olha, eu venho pra te ajudar e eu venho para depositar, eu venho pra te educar, e a partir da minha ajuda então você vai se desenvolver”. E essa visão tem a ver com questões discriminatórias, racistas, digamos.

Este posicionamento de chegar como hegemônico, superior, não ajudou, perdão pela redundância, não apoiou, não promoveu a promoção, para que os povos tenham verdadeiramente um desenvolvimento. E sem trabalho social, não acabamos com essa visão assistencial. Então, estamos no perigo de que nós mesmos promovamos a pobreza, promovamos



a colonização, promovamos o racismo a partir do trabalho social. Se não paramos para refletir, se não paramos para construir, podemos chegar com esta visão paternalista, discriminatória e dizer «ah pobrezinho eu vou te ajudar, eu vou te trazer», mas, no fundo, essa visão é muito hegemônica, discriminatória e racista.

Então como romper com este romantismo a partir do trabalho social? E a partir destes posicionamentos, digamos, que não passam por uma desconstrução, que não passam por uma reflexão, ok? E a famosa intervenção. Então, bom, neste tempo que eu estive trabalhando com povos originários (a academia, a pesquisa, a docência), então eu fui percebendo as diferentes metodologias. E então, digamos, a partir dos que existem, o que eu mais recuperei seria o participativo - a copesquisa, a colaboração, o trabalho a partir do horizontal e, justamente, esse é um desafio. Porque na academia você tem lógicas diferentes e os povos têm epistemologias, lógicas, teorias, ciência, ciência dos povos que, claro, existe.

Então há outras cosmologias, outras cosmovisões. E então como vamos fazer para empatar, como vamos fazer para trabalhar de forma horizontal e que não fique outra vez no discurso acadêmico? “Não, eu trabalho participativamente, não, eu vou e faço coinvestigação”, quando na verdade você chega com sua agenda acadêmica, com os seus tempos, com seu orçamento, com o que estão exigindo na universidade, os teus produtos e, bom, você chega, e também você atropela a academia e diz: “não, eu fiz participativamente”.



Então, como fazer, como cuidar para que nós, como trabalhadores sociais, sejamos honestos, sejamos respeitosos diante de toda pressão que também temos dentro da academia, diante destes compromissos, diante destas exigências? E não somente no trabalho, na academia, mas também nas instituições do estado, do governo que tem toda uma agenda, um calendário, um tempo e interesses e, claro, termina caindo em fazer o trabalho dos povos indígenas, mas em nome do outro, em nome deles.

Então você diz, “bom, se eu quero participar em tal pesquisa, como romper e não cair nesta situação de que: eu faço trabalho em nome dos povos indígenas sem nem sequer ter autorização sem nem consultar, sem ter este diálogo?”. E isso é muito recorrente na academia, na pesquisa e, às vezes, as a pessoa quer desenhar a sua metodologia. Eu tentei fazer, mas as lógicas da academia são muito difíceis e, de repente, eu cito autores indígenas, eu cito sábios dos povos, mas como o conhecimento não está validado diante da academia, não aceitam.

Então quem é este senhor? É um sábio do povo indígena. Então não é aceito e eu digo “como eu faço então para colocar para posicionar?”. Porque esse é o conhecimento que não está validado pelas universidades, pelos entes hegemônicos da academia e, diante todos esses desafios, esta tentativa (eu não gosto da palavra incluir) mas fazer este cotrabalho, copesquisa, com os sábios, as sábias dos povos. Que eu sempre digo que foram, que são, as minhas professoras e os meus professores em todo esse caminho.



E bom, aqui já falei desse poder hegemônico da academia e que o que mostra as pessoas, povo e que, bom, isso não deixa que exista um diálogo. Há uma desvantagem entre os diferentes atores e há uma série de dilemas, de contradições, entre as diferentes posições de poder. Então aí estamos atravessados pelo poder que tem a discriminação, o racismo. A hegemonia, o poder que tem os conhecimentos já validados pelas universidades e, diante disso, é muito difícil recuperar os conhecimentos dos sábios indígenas e colocá-los.

Agora, nem sempre convém recuperá-los, é um perigo também colocá-los no papel. Como eu vou estar publicando informação dos povos, para que depois chegue também uma empresa, ou uma mineradora, uma hidrelétrica e diga “bom, aqui já nos disse que aqui este é o líder e isso funciona assim”. Então isso também implica em toda uma série de perigos, de riscos. Assim como consultamos entre os povos e o que está permitido colocar no papel? E o que não está permitido? Então isso é importante também. Ir avaliando no momento de tentar construir metodologia, esta investigação e depois as publicações. Se é importante refletir, ser crítico/crítica e, também, ter digamos, esta consciência social, ética para colocar na mesa todas estas diferentes situações e avaliar.

E bom, já falávamos dos objetivos da academia. Que são diferentes, têm finalidades diferentes, objetivos e estão relacionados aos interesses institucionais. E bom, sobre o trabalho social, os povos indígenas precisarão ou não dos nossos



serviços enquanto sejamos coerentes, respeitosos e façamos um trabalho politicamente comprometido com os povos. Mas isso não é alcançado em um semestre. Não conseguimos em uma pesquisa, que tem um calendário de um ano, dois anos. Isso conseguimos ao longo dos anos, pelo compromisso com o povo e que você vá, digamos, na luta e não somente como acompanhante, mas também sendo aprendiz dos mesmos povos. E talvez, se você tem essa anuência, sendo uma espécie de assessor incluso, de militante.

Há muitas possibilidades, dependendo do contexto em que acontece o trabalho com os povos originários. Isso também acontece no contexto rural ou em um contexto urbano. Bom, rural também é diverso, e entre os povos nós somos diversos. Nem entre um mesmo povo, meu povo Nahua do estado é diferente do povo Nahua de Veracruz, e é diferente do Povo Nahua do Norte de São Luis Potosí. E os Maias, a diversidade entre os Maias.

Então também não há uma fórmula de trabalho. Nenhuma metodologia marcada, digamos. Há pistas que o que eu encontrei, e é o que eu venho para compartilhar no dia de hoje, mas sempre com esta premissa de sermos críticos, de construirmos, refletirmos, e este compromisso político. E diante de todas essas contradições que existem, mesmo assim, eu sigo considerando que, nos espaços acadêmicos, há estas possibilidades de construir com os povos e a partir dos povos.

Porque há quem diria: bom, se você se encontra tanta contradição, se você encontra tantos desafios e obstáculos,



barreiras, então não é um espaço propício para trabalhar com os povos indígenas. Não, é um espaço, inclusive é um direito. É um direito acessar estes espaços na academia, porque, bom, principalmente os espaços públicos das universidades como a UNAM, no México, foi pago pelo povo.

Então, como não acessar estes espaços para trabalhar a partir daí com os povos indígenas? Os mesmos povos indígenas pagam seus impostos para que a UNAM exista. Por exemplo, outras universidades no país, então, bom, aí está uma possibilidade, uma trincheira, digamos dessa forma, para fazer este trabalho com os povos. E aqui (nos slides projetados) a colega Silmara Cordeiro, ela trabalha, é venezuelana, ela trabalha com povos originários e também afrodescendentes. Então, ela é do povo afrodescendente. Ela nos diz que, dentro da academia, há um discurso permeado por essa mistura, pelo racismo, então diz: para o caso do México, aparece para nós esta mistura que acaba com a diversidade.

Então, no meu país, há somente uma cultura à qual você deve se submeter, “você é mestiço, esses são seus valores nacionais, esse é o seu hino nacional, essa é sua cultura mexicana, sua música e toda a diversidade terminou”. Então aí teria que discutir essa mistura para o caso do México. Vocês vão compartilhar o caso da mistura nos seus países, das mesclas e, claro, discutir a colonialidade como transversa.

Esta possibilidade de trabalho com os povos indígenas. A colonialidade a partir do trabalho social. Como poderíamos



nos transformar em trabalhadores sociais promotores de colonialidade e como desconstruir essa possibilidade nos planos de estudo? Não consideramos a diversidade cultural, não consideramos a interculturalidade, não consideramos o trabalho com os povos. Então há uma espécie de sintoma e, claro, estas discussões também não são consideradas. E dizemos “bom então não existem os planos de estudo nas universidades” Então será que não estamos promovendo a colonialidade dentro das universidades? Será que não estamos promovendo o racismo? Eu me atrevo a perguntar.

Bom, então seria isso, toda essa análise eu coloco atravessada por uma série de categorias de abordagem: o privilégio, a desigualdade, a exclusão, a discriminação, questões de gênero, questões históricas. Eu não vou detalhar. E bom, esse exercício da profissão: como podemos ir construindo com os povos verdadeiramente através de um exercício político e de compromisso a longo prazo? E como podemos construí-lo a partir das Universidades? Aí seria um outro dilema.

(Mostrando slides projetados) E a colega Boliviana, trabalhadora social, eu a cito, e diz “o novo perfil profissional do trabalho social deve mostrar e ser parte das agendas de lutas dos nossos povos e não somente colocar-nos como simples acompanhantes, somente dizer que ‘eu vou te ajudar’; isso significa indignificar as culturas milenares”. Então, oferecer ajuda, caridade, isso é uma grande falta de respeito. Então aí também coloco uma pergunta: se existe verdadeiramente



um projeto acadêmico decolonial a partir da universidade que coincida com os projetos dos povos e nações indígenas originárias, camponesas das Américas. E me atrevo a dizer que não existe até agora esse projeto político de compromisso sério, digamos, com os povos.

E finalizo a minha apresentação com uma reflexão que coloco aqui e diz: “se questionou os indígenas, se tínhamos alma e foi demonstrado que sim, principalmente o catolicismo disse: sim, tem, em algum momento. Se tínhamos espírito, e sim. E agora se questiona se os indígenas, nós somos seres pensantes e ainda estamos nesse debate. Por isso não entramos na academia. E eu, com isso, finalizo a minha apresentação, as referências bibliográficas sugeridas e muito obrigada”.





SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO SOBRE SERVIÇO SOCIAL, POVOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS

Mesa 2: Movimentos indígenas e a luta por direitos, (des)
proteção social e retrocessos de direitos

Mesa 2: Movimentos indígenas e a luta por direitos, (des)proteção social e retrocessos de direitos

Palestrante: Joziléia Daniza Jagso - Indígena mulher do Povo Kaingang. Graduada em Geografia, Especialista em Educação de Jovens e Adultos profissionalizantes, Mestre e Doutoranda em Antropologia Social, Coordenadora pedagógica da licenciatura intercultural indígena. Antropóloga, vice-presidente do Instituto Kaingang (INKA). Membro cofundadora da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e da Articulação Brasileira de Indígenas Antropologes (ABIA)

Bom dia a todos, todas e todes. Primeiro quero agradecer e dizer que estou muito feliz com a possibilidade desse diálogo com tantas e tantos profissionais desta área das Ciências Sociais. Também o Serviço Social, que traz para nós, povos indígenas, muitos assistentes sociais, também parentas e parentes indígenas, que têm feito toda a diferença no debate sobre Políticas Públicas construindo dentro das comunidades indígenas e dentro do próprio movimento indígena, novos caminhos que podem levar a construções importantes para nós. Então, quero também agradecer ao professor Wagner e à parenta Jesus Kaingang, que foram quem me contataram.

Quero agradecer a partilha dessa mesa com as parentas indígenas e agradecer também a coordenação da mesa. Bom, eu vou me autodescrever. Eu sou uma indígena Kaingang, mulher. Eu tenho cabelos pretos, eu sou de estatura baixa. Também, sou



uma mulher gorda, eu uso batom escuro. Gosto muito de batom, preferencialmente de tom vermelho. Eu sou mãe da Isadora, mãe de coração da Isadora. Tenho cabelos cacheados. Bom, e sou uma mulher do Sul do Brasil. E como uma mulher do Sul do Brasil, eu gosto muito de comida quente e boa. E os povos Kaingang, que gostam muito de carne, então o churrasco é a minha comida preferida. Eu acho importante dizer isso, porque você conhece as pessoas a partir do que elas gostam e a partir do que elas não gostam.

Então, é importante eu me autodescrever para vocês, dizendo também que eu uso biojóias indígenas e esses brincos, esse colar não são só artesanatos, são biojóias e assim eles devem ser caracterizados. Quando eu fui convidada para falar nessa mesa “movimentos e a luta por direitos”, essa “desproteção social e retrocesso de direitos” eu fiquei pensando o que eu traria no início da minha fala e lembrei de uma parte de um livro que eu li recentemente e que tem também vários artigos de mulheres indígenas, que é da parenta Daiara Tucano. É o livro “Oboré”. E ela diz o seguinte: “a sabedoria nos brinda com a fertilidade e a fertilidade no mundo está justamente na diversidade. A diversidade de saber, reconhece, celebra e acolhe a diversidade. E com ela, em vez da monocultura, nós podemos ter a pluricultura e poderemos ter o diferente”.

Eu espero que a gente possa cada vez mais ter diferentes vozes, diferentes perspectivas nesses momentos de diálogos em seminários como esse. Eu dividi a minha fala em três momentos.



Então, no primeiro momento que eu vou trazer agora, é um pouco das lutas por direitos e os avanços que os povos indígenas do Brasil tiveram a partir da luta na década de 1970 no nosso país. No Brasil, hoje, nós somos 900 mil pessoas, de acordo com os dados do IBGE de 2010. Lembrando que a pesquisa foi feita em 2009. Em 2022, agora que teremos novamente o Censo.

Eu acredito, enquanto professora de geografia, que nós devemos ultrapassar um milhão de pessoas. E isso vai ser muito importante para nós, povos indígenas. Garantindo que nós conseguimos aí um revés de um momento em que tivemos com uma perda de números da população indígena, para um avanço e um aumento dessas populações.

Obviamente, isso também se dá pelo reconhecimento de vários povos que sofreram apagamento histórico pelo processo que nós vivemos no nosso país, de genocídio contra os povos indígenas. Bom, nas últimas décadas a ideia de aculturação dos povos indígenas, ela vai cedendo um espaço para uma outra noção. Então, ao invés de pensar que os povos indígenas foram aculturados - e isso foi algo que foi altamente disseminado - no nosso país.

Nós vemos que hoje os povos indígenas continuam resistindo e existindo. E no que nós temos aí agora, também, em torno do direito a posse das terras e a preservação das nossas culturas. A partir da constituinte, os indígenas se tornam protagonistas na luta democrática pelos seus direitos e, desde



então, houve uma significativa demarcação das terras indígenas. Então, depois da Constituição de 1988 é que nós tivemos o maior número de demarcações de terras que já estavam sendo reivindicadas. E uma das terras que eu vou falar é “Raposa Terra do Sol”, que demorou muitos anos para ser demarcada de 1993 até 2009, quando ela foi finalmente homologada.

A população indígena ela vem aumentando, mas os conflitos também. Devido a expansão da fronteira agropecuária e as atividades ilegais de garimpo, extração de madeira, principalmente no cerrado, na Amazônia, mas nós não podemos deixar de falar da Mata Atlântica, que hoje é um dos biomas mais reduzidos do nosso país. Então, é em função dessas expansões que nós vemos o conflito acontecer de uma forma muito violenta. E aí ontem eu recebi a notícia, infelizmente, de mais um parente indígena Guarani Kaiowa em Amambai, já perdemos outro no mês de junho, pelo conflito agrário.

É sempre interessante, porque, ontem inclusive, eu ouvia na primeira mesa essa reflexão acerca da morte violenta contra Dom Philips e Bruno, indigenistas. Mas a gente percebe que essas mortes ganharam uma visibilidade muito grande e que não acontece com os parentes indígenas. Então, será que seria falta de sensibilidade da sociedade em conseguir compreender que morte são mortes e todas as perdas são perdas? E nós precisamos sim, nos mobilizar e defender a vida, seja ela de populações brancas, negras ou indígenas. Bem, nesse primeiro momento, também, eu quero trazer um breve contexto histórico



(embora eu saiba que ontem a gente teve aqui um pouco disso). E aí pensar que quem tá nos acompanhando pelas redes, nesse momento, também vai ter a possibilidade de acessar essas introduções.

Então, quando nós falamos de povos indígenas, nós estamos falando sim de populações nativas desse território, que habitavam esse território que hoje nós chamamos de Brasil, muito antes de o processo da colonização iniciar. Quando houve a chegada dos povos colonizadores que vieram, lá no século XVI, esses povos nativos tiveram seus recursos explorados e foram utilizados, sim, como mão de obra escrava em um processo civilizatório violento. Nós fomos os primeiros povos escravizados por esses colonizadores. É difícil falar isso, porque sempre se remete à escravização dos povos e população negra, mas é importante a gente sempre lembrar que os povos escravizados primeiro foram os povos indígenas. Bom, os colonizadores viam os povos originários como primitivos e exóticos, que deveriam ser educados aos moldes da vida europeia.

Então, se queria fazer já um assimilacionismo desde o princípio. Assim, houve uma imposição cultural de dominação étnico-racial, que sofreu a escravização e a exploração durante o período colonial de 1500 até 1822. O fim da escravização indígena no país, ele aconteceu com um documento que se chama “diretório índios”. Esse documento não é quase falado, quase não é conhecido. Ele é de 1757, eles tiveram uma lei que determinava a liberdade dos indígenas nos territórios dominados



por Portugal. Mas Portugal exigiu uma contrapartida, em que estabeleceu medidas pelas quais forçavam os indígenas à vida na colônia. E isso sugere algo que nós vivemos nesse momento atual, em que nós temos ouvido muito sobre assimilar os povos indígenas novamente à sociedade nacional. Então, vejamos, lá em 1957 nós já tivemos essa medida, e agora em 2022 nós a temos novamente, retomada pelo governo brasileiro.

Bom, os novos modos de lidar com os povos indígenas naquela época eram forçar eles nessa inserção, mas, nesse sentido, os indígenas não tinham, naquele momento, os direitos fundamentais reconhecidos e eles eram vistos como ignorantes e ingênuos, e por isso, precisavam ser catequizados e houve todo o processo de catequização dos povos indígenas. No Brasil República, a gente vê também que houve um serviço de instituição ao índio. E aí eu já dei um salto temporal pra 1910, mais ou menos, que foi um órgão que marcou o início da responsabilização do Estado brasileiro, para com as questões indígenas. Mais tarde, nós tivemos, lá na década de 1930, os direitos indígenas assegurados na Constituição Federal, e isso poucas pessoas sabem, em que a Constituição reconhece aos indígenas o respeito da posse das terras permanentemente ocupadas por eles. Assegurando que essas terras não poderiam ser alienadas, transferidas, vendidas, cedidas ou qualquer outra forma que pudessem requerer esses territórios.

Bom, nós tivemos avanço, e isso é muito interessante, na ditadura militar. Na ditadura militar, nós tivemos novas



adições aos direitos indígenas, que foram instituídas ao país. Mas, naquele momento, também, nós lembramos aqui a fala da parenta Xavante ontem, sobre as práticas de tortura que foram imputadas pelos servidores do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) aos indígenas durante a ditadura militar. Identificadas e divulgadas no relatório Figueiredo sobre o meu povo, por exemplo, nós temos vários relatos, dentro do relatório, sobre as crianças que morreram por desnutrição, das terras arrendadas e os arrendatários cercando e expulsando os parentes indígenas do território Kaingang, lá na década de 1960. A Constituição de 1977, ela vem e estabelece que as terras indígenas integram então o patrimônio da União, sendo que apenas os indígenas que ocupavam a terra poderiam fazer uso dela, seja para britar, seja para plantar, seja para colher. E na ditadura militar, infelizmente, arrendar todo o território e as famílias indígenas e as crianças indígenas morriam de desnutrição.

Bom, foi também nesse período, na década de 1960 que o SPI foi então substituído pela FUNAI. E a FUNAI continua aí até hoje como principal órgão indigenista, responsável pela proteção dos povos indígenas, na promoção de seus direitos em todo o território nacional. Mas, infelizmente, nós temos hoje uma FUNAI sucateada e atualmente ela é dirigida por anti-indígenas e tomadores de direitos conquistados. Bom, em 1973 foi elaborado o Estatuto do Índio, que também é algo que a gente deve conhecer, porque ele representa e representou naquela época o maior avanço dos direitos indígenas, até então. O estatuto tinha, então, a primeira lei, que era defender e, logo no seu primeiro artigo,



a preservação das culturas, das comunidades indígenas. No entanto, a lei também dispõe sobre o dever do Estado de integrar os indígenas à comunhão nacional.

Então, continua aí esse projeto de acultramento dos povos indígenas. Na segunda metade da década de 1980, nós vimos a emergência do povo indígena, que iniciou lá na década de 1970, mas que vem com uma emergência muito forte, porque nesse momento houve um palco que foi a Assembleia Nacional Constituinte e o movimento indígena fez parte dela.

Então, participaram ativamente organizações ligadas aos povos indígenas, com destaque para UNI, que é a União das Nações Indígenas e o Conselho Indigenista, que era ligado à Igreja Católica, também foi um dos promotores da organização desse movimento.

A questão indígena foi tratada numa subcomissão de negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias. Nós garantimos, durante a Assembleia Nacional Constituinte, o capítulo oitavo dos índios, que vai ter os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Nós tivemos alguns avanços dentro das legislações, com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a Convenção 69 da OIT (que trata sobre povos indígenas e tribais em países independentes) e a Declaração das Nações Unidas dos direitos indígenas, na qual nós tivemos a representação de uma mulher indígena Kaingang (54:50), que fez o debate dentro das Nações Indígenas na construção da declaração das Nações Unidas sobre os povos indígenas. A redemocratização do país,



que trata da autonomia dos povos indígenas, foi reconhecida legalmente e esse respeito veio com a Constituição Federal. Eu vou dar um salto aqui, porque ontem a gente já tratou da Constituição Federal. Eu ouvi as meninas falando, mas nós tivemos alguns avanços que são significativos na luta emblemática, por exemplo de Raposa Serra do Sol, em 1993. Nos anos 1990, nós tivemos a Lei de Diretrizes e Bases da educação, a LDB, que contemplou, pela primeira vez, educação escolar indígena no nosso país.

E na saúde, nós tivemos a aprovação da chamada Lei Arouca, em 1999, que criou o SUS e, dentro do SUS, hoje nós temos o Sistema de Saúde Indígena, com a Secretaria Especial de Saúde Indígena. Nós tivemos muitos avanços depois dos anos 2000, lembrando da criação de espaços de interlocução com representantes indígenas e não indígenas, a sociedade civil e o governo. Em 2004, nós tivemos a criação da APIB, que é a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que veio criada com organizações de bases das regiões, principalmente naquele momento da Cohab, e também da organização da Apoini, que é da região nordeste e da região norte e se somou ao movimento da articulação dos povos indígenas da região sul do Brasil. Então tivemos, depois da criação da APIB, várias mobilizações que essa articulação promoveu na disputa de fala, na disputa de narrativas.

Naquele período que nós tivemos até os anos de 2011, mais ou menos. Porque, em 2012, na Cúpula dos Povos na Rio+20, nós tivemos várias discussões sobre o ingresso de



construções de usinas hidrelétricas nos territórios indígenas, que afetavam muito a vida dessas populações. Os embates foram, principalmente, naquele período, sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Na educação, nós tivemos também avanços com a Lei de Cotas em 2012, com o programa Bolsa Permanência em 2013, na parceria com o Ministério da Educação e a Fundação Nacional do Índio. Mas os estudantes indígenas e as lideranças começam a incidir na luta para permanência dos estudantes indígenas nas universidades, porque nós percebemos que não era suficiente o ingresso.

Era necessário garantir a permanência e a conclusão êxito dos graduandos e que iam resultar em profissionais para as comunidades. Nós tivemos o programa Mais Médicos, também, que foi levado às terras indígenas. Isso foi importante. Aí fazendo um resumo, tivemos LDB em 1996, o debate das Ações Afirmativas em 2004, Cesar em 2010 e a Lei de Cotas em 2012. E posso resumir nesses quatro apontamentos que nós tivemos um grande avanço. Mas o respeito indígena atualmente, ele passa por um momento que eu chamo de “momento de ruínas”, os direitos indígenas, como diz a APIB, nas suas marcas que têm trazido vários debates, os direitos indígenas são inegociáveis. Terra indígena precisa ser demarcada, precisam estar os direitos indígenas garantidos.

Então, se vivemos um constante movimento para a construção e garantia de direitos e políticas públicas para os povos indígenas a partir de 2010, há um crescente na força



construída no Congresso Nacional e na Câmara Federal da bancada anti-indígena, que elege um bloco de deputados, a partir de 2010, deputados e senadores, que atuarão na retirada de direitos, o que é chamado por nós de bancada do BBB, Boi, Bala e Bíblia. A APIB tem várias atuações importantes.

E aí destaquei aqui a entrega de uma motosserra de ouro. Essa motosserra foi entregue num evento das Nações Unidas à então ministra Kátia Abreu, como prêmio pelo desmatamento do Brasil, entregue pela Sônia Guajajara, que é uma liderança indígena, também coordenadora executiva da APIB. Mas isso era só o início do que poderia se tornar os grandes embates, mesmo com todas as conquistas jurídicas e legais alcançadas, a realidade dos povos indígenas no Brasil é de muita vulnerabilidade e desigualdade. E esse terceiro momento então, pra fechar, já fechando a minha fala, é transformando essa dor e esse choro em luta e que faz menção então aqui às perdas que nós tivemos durante a pandemia de Covid-19. Nós temos enfrentado o machismo e o racismo do Estado contra os povos indígenas e contra as mulheres indígenas. E as mulheres indígenas, dando visibilidade a esse enfrentamento, realizaram a primeira marcha das mulheres indígenas em 2019 com o tema “território, nosso corpo, nosso espírito”.

Em relação à violência, nós temos alguns dados do SINE do ano de 2019, que há aí uma amostra da constante desapropriação de terras indígenas no país, com grilagens, invasões, loteamentos, etc. O relatório também apontou os casos



de violência utilizadas. Então, nós temos incidência de violência contra povos indígenas. Também, os conflitos por terra, que, de 11 casos em 2018, passou para 35 casos em 2019. Então, vejam que houve realmente um salto desse número de violências. Assim como as invasões possessórias, a exploração ilegal dos recursos e danos ao patrimônio, que aumentam de 108 casos em 2018, para 256 casos em 2019.

Tudo isso apontado no relatório do SINE. As organizações indígenas fizeram uma grande mobilização para enfrentar tudo isso, essas violências no campo (principalmente na região centro-oeste) e realizaram, em 2019, a “jornada sangue indígena: nenhuma gota a mais”, em que as lideranças indígenas foram até a Europa conversar com governos e empresas que consomem produtos de terras indígenas ou de terras em disputas e que se alimentam de produtos que vêm de territórios em conflitos. Então, são produtos manchados de sangue indígena. Nós tivemos, também no subsistema de atenção à saúde, em que funciona uma rede de serviços implantada nas terras indígenas, dados preocupantes. Como o déficit de peso das crianças Yanomami, menores de cinco anos. Então, ultrapassa o índice de 50%. Isso dados de 2016.

E agora sim, fechando aí com a pandemia de Covid-19. A pandemia representou um grande desafio para as populações indígenas. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, os dados que nós temos agora, mais de 40 mil pessoas foram infectadas, 40 mil indígenas. E mais de 880 mortes pelo novo



coronavírus. O movimento indígena foi quem fez o combate da pandemia da Covid-19, porque o governo se isentou totalmente. Então, o movimento indígena levou as informações, traduziu para as línguas indígenas, fez diálogos por meio da frente parlamentar da deputada Joênia Wapichana, pelos direitos dos povos indígenas, com as instituições do governo, para que o governo pudesse fazer as intervenções nas comunidades. Mas as articulações dos povos indígenas do Brasil tiveram que entrar no Supremo Tribunal Federal com ações, para poder garantir que os povos indígenas tivessem, minimamente, as considerações necessárias para enfrentar a Covid-19.

Como consequência, a Fundação Getúlio Vargas demonstrou que os povos indígenas foram os mais impactados pela pandemia, especialmente no mercado de trabalho, perdendo 26% da sua renda durante a pandemia de Covid-19. Nós precisamos sair das nossas aldeias, ir a Brasília em 2021 e fazer um enfrentamento, porque, se nós não morrêssemos pelo vírus nas nossas comunidades, nós morreríamos pela mão do capital, pela mão do poder. E fizemos, então, o acampamento “luta pela terra”.

O acampamento “luta pela vida” e a segunda Marcha Nacional das Mulheres Indígenas no ano passado, aqui em Brasília. E realizamos, neste ano, o evento do 18º acampamento “guerra livre”, organizado também pela APIB, que trouxe como tema “retomando o Brasil, demarcar território e aldear política”, já que nós vamos viver, nesse ano de 2022, esse momento político



no nosso país, que está bastante sensível, mas nós, povos indígenas, temos tentado aí aldear política e ter uma bancada do cocar em 2023. Então, vários chamados para que, não só nós, povos indígenas, sejamos respeitados, mas a vida no planeta com a biodiversidade preservada e sempre lembrando que o futuro do nosso planeta depende sim desses 80% de biodiversidade, que são protegidas por menos de 5% da população mundial, que são os povos indígenas. O futuro é indígena!

Palestrante: Mtra. Norma Angélica Gómez Ríos - Comisionada de Derechos Humanos de FITS para la Región de América Latina y el Caribe. Integrante del Grupo de Teoría Social, Estudios Descoloniales y Pensamiento Crítico. Licenciada en Trabajo Social Maestra en Sexualidad y Equidad de Género por la Universidad de Posgrados Maestrante en Sociología por la Universidad Nacional Autónoma de México Doctorante en Trabajo Social por la Universidad de Mar del Plata normagr2022@gmail.com Norma Angélica Gómez Ríos en Facebook Cel. 5528825404

“Los DDHH son ejes transversales en la actuación y defensa de las personas profesionales del trabajo social” Los DDHH son ejes transversales en la actuación de las personas profesionales del trabajo social y es necesario reconocer el contexto, los desafíos y las propuestas que conlleva el ejercicio de la profesión. Con respecto al contexto, observamos diversas formas de realizar el trabajo social, varios espacios

de intervención desde los cuales el trabajo profesional se vive, estamos en directa vinculación con los DDHH de la población, por lo que a veces se dificulta identificar o separar los nuestros.

Las imágenes que construimos de nuestra intervención, van dejando huella en nuestra memoria y nos instan para actuar directamente con la población, les encontramos en lugares ocultos dentro de las instituciones, sin privacidad para atender dignamente a la población, para desarrollar sus procesos de intervención, a veces no cuentan con los recursos básicos para realizarlo, las computadoras, una mesa una silla adecuadas para estar bien. Así mismo la población refiere que sus DDHH básicos no se respetan ni se consideran, es posible ver a niñeces sin tomar agua, aun cuando su pueblo posee ojos de agua o ríos, encontramos a personas viviendo en calle cuando su derecho humano básico es el derecho a la vivienda, la escuela es otra limitante para sus vidas, en general los derechos básicos no se ven reflejados en la vida cotidiana de la mayoría de la población ni de las profesionales del trabajo social. Es así que presentar los procesos sociales que viven los pueblos y las personas profesionales del trabajo social en los países de América Latina y el Caribe, son de gran diversidad y enriquecen la toma de decisiones, cambios y transformaciones.

Reconocer estos procesos para acompañar, facilitar, fortalecer todas y cada una de las experiencias comunitarias latinoamericanas y del Caribe, para que se conozcan y les promovamos. Dar a conocer estas experiencias es una forma



de visibilizar el potencial de las comunidades autónomas sean o no profesionales. 2 Por esto es necesario escuchar a las compañeras que se encuentran en pleno laborando y que tienen experiencias importantes para contarse, que ellas mismas aporten a la formación de los estudiantes y que podamos generar un diálogo con la academia, respetuoso y de intercambio que enriquezca al gremio en general.

Durante la Pandemia encontramos que las condiciones de vida de la población se vieron afectadas, en sus hogares y por ende en los profesionales de trabajo social. En este período nos movilizó la exigencia del cuidado de nuestras compañeras y compañeros que se encontraban expuestos al Virus, porque al principio se negó la atención y protección con equipo porque se argumentó que no estaban directamente con los pacientes, sin embargo no se consideró que son los profesionales que se vinculan con la familia, que acuden a la comunidad y que también se relacionan con los pacientes antes del diagnóstico, esto generó que el gremio se movilizará que a través de los colegios se apoyará en la defensa de sus derechos, con víveres, representación formal. En la Asamblea General de la Organización Mundial de la Salud (OMS) en noviembre pasado, los estados miembros declararon por unanimidad el 2021 como el Año Internacional de los Trabajadores de la Salud y los Cuidados.

Esto también incluye a las/os trabajadoras sociales (FITS) Durante este proceso de crisis nos vimos en algunos países sin del equipo de salud suficiente en los hechos porque



se nos consideraba que estábamos solo en los ámbitos administrativos, por las actuaciones instrumentales que también existen en algunos ámbitos laborales. Los salarios no aumentaron, se excluyó a la mayoría del personal de TS, de los beneficios como los bonos y se evitó contratar a más personal para atender las demandas de atención que aumentaban cada día, que los colegas se contagiaban o enfermaban y en algunos casos lamentablemente también murieron. Según los datos de la ONU para la oficina del Comisionado, la región de las Américas comenzó en 2020 como la más desigual del mundo, y las repercusiones de la pandemia de COVID-19 agudizaron esa desigualdad.

Parte de la población más afectada pertenecía a comunidades marginadas y al concluir el año, se preveía un aumento vertiginoso de los niveles de pobreza, el profesional de trabajo social no dejó de hacer el trabajo comunitario en estas zonas, innovaron los medios de comunicación y las formas de vinculación con la población, en la mayoría de los casos en los que se encontraban en la atención primaria, no dejaron de ir a la comunidad para informar.

Las restricciones impuestas a causa de la COVID-19 afectaron gravemente a la extensa economía informal de la región, y las medidas gubernamentales socavaron con frecuencia los derechos económicos, sociales y culturales de quienes se encontraban en situación más precaria. En toda la región, las medidas de confinamiento por la COVID-19 dieron lugar a un



considerable aumento de la violencia contra las mujeres. Cada una de estas circunstancias significaban un espacio de trabajo para profesionales de TS, no podíamos dejar de atender cada una de éstas demandas, a pesar de que nosotres estábamos también siendo víctimas de la precarización laboral, en algunos casos contrataciones temporales sin ninguna seguridad en el empleo, permeaban la vida de la persona y su familia, al no ser contratadas con los derechos de la ley y vivir una subcontratación por horas, el outsourcing profesional existe y lo vivimos en muchos países de ALC.

Por estas condiciones, el acceso a la atención médica era limitado y desigual. Según datos de la ONU más de 750.000 personas murieron durante el año en Latinoamérica y el Caribe a causa de la COVID19. En junio el 40% de la población en Argentina vivía en la pobreza. En Julio, el 96% de los hogares venezolanos estaba en situación de pobreza y el 79% está en situación de pobreza extrema por sus ingresos y no podían adquirir alimentos básicos. El acceso a la atención médica era limitado y desigual. Más de 750,000 personas murieron durante el año en Latinoamérica y el Caribe a causa de la COVID-19.

En términos de las muertes debidas a la COVID-19 registradas. En términos de las muertes debidas a la COVID-19 registradas por millón de habitantes, los países más afectados fueron Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, México y Perú. La Pandemia que en realidad puede llamarse Sisdemia porque es la consecuencia de varias pandemias y no solo una, tuvo



consecuencias devastadoras para el personal sanitario de la región; al menos 8000 personas de este colectivo murieron por COVID-19. El 2 de septiembre la Organización Panamericana de la Salud notificó que más de 570 000 profesionales de la salud habían contraído la COVID-19 en ALC lo que representaba el mayor número de trabajadores de salud infectados en el mundo.

Aunado a lo anterior la violencia hacia las mujeres fue una pandemia adicional y no queda ajena a la vida de las compañeras profesionales del trabajo social, considerando además que la violencia laboral estuvo presente, al confundir el trabajo en casa como una disposición de tiempo permanente y de 24 horas por 7 días, la vida privada se hizo vida laboral y se perdió en muchos casos la intimidad y seguridad de la casa, confundiendo los empleadores la disposición para el trabajo con la esclavitud. En otro eje la profesión es mayoritariamente representada por mujeres y esto conlleva una condición de género que debe analizarse a profundidad.

México fue uno de los países más afectados: En 2020 se habían registrado 3752 homicidios de mujeres, de los cuales 969 se investigaron como feminicidios. Se preveía que las denuncias de incidentes de violencia contra las mujeres en el país superarían durante el año las 197.693 documentadas en 2019. En República Dominicana, la policía practicó unas 85,000 detenciones entre el 20 de marzo y el 30 de junio por presunto incumplimiento del toque de queda nocturno impuesto en respuesta a la pandemia. Entre los detenidos había quienes se dirigían a comprar alimentos y



otros artículos básicos. En Guatemala, después de que en marzo se estableciera un toque de queda obligatorio, se afectaron más de 40,000 detenciones, entre ellas de personas que trabajaban en la economía informal. 4 El instituto Nacional de Derechos Humanos de Chile expresó su preocupación por la lentitud de las investigaciones sobre las violaciones de derechos humanos cometidas durante las manifestaciones masivas de octubre de 2019.

Es muy importante considerar que a las personas profesionales de T.S. se les discriminó en el ámbito público por miedo al contagio, tuvimos casos de compañeras que fueron agredidas al salir del trabajo porque se le identificaba con el hospital, quienes trabajaban en los hospitales a veces era mejor no ir a casa por el miedo a contagiar, varias compañeras regresaron por el riesgo de contraer COVID-19 ante las condiciones de salud preexistentes, esto obligo a cubrir los servicios de un número limitado y con ello la carga laboral significativo, no dormir, no comer, no ir a casa y la violencia ejercida en la calle, el estacionamiento, el vecindario, etc.

Evidentemente ante los toques de queda y las restricciones de movimiento y la libertad de tránsito, se violaron un sin número de derechos humanos para la población y para los equipos profesionales del área de salud, vivimos un estado de guerra sin guerra, un estadio de sitio y un control del cuerpo. Como efecto de la Pandemia COVID-19, las condiciones humanas de los pueblos en ALC se ven con más crudeza, la desigualdad



se profundiza, los efectos en las pandemias preexistentes se revelan claramente como la violencia contra las mujeres, las prácticas de desigualdad entre los pueblos, la vulnerabilidad a las personas que buscan mejores condiciones de vida a través de la migración y los desplazamientos forzados, que les pone en circunstancias deshumanizantes. Cuáles pueden ser los desafíos ante estas realidades.

Primero recuperar nuestro lugar en el equipo de salud, como una profesión que aporta a través de la coordinación de procesos en cualquier nivel y que tiene una voz autorizada para construir propuestas de intervención, con salarios dignos, espacios adecuados para el trabajo, contrataciones formales de las colegas que quieren empelarse y la posibilidad de ejercer una profesión que es tan cercana al pueblo y que de él emana nuestro sentido ético-político de actuación profesional. Así mismo la población tiene al frente un sin número de experiencias que recuperar de solidaridad y construcción colectiva de posibilidad para caminar juntos ante los desafíos de la realidad social a través de la comunalidad. Lo observamos si reconocemos los procesos de emancipación tanto profesional como social, en cada país se pueden contar historias de independencia, como las de Trabajo Social de otras profesiones y de la constitución de espacios dirigidos por T.S. y para T.S.

De acuerdo a Zibechi, (2003, P. 94) “Los movimientos que protagonizaron la década de 1990 son de base territorial, representan a los excluidos por el neoliberalismo, a los



desocupados, los sin techo, sin tierra y sin derechos, a los que habitan el sótano de las sociedades, tienen una fuerte impronta cultural e identitaria y un papel protagónico de las mujeres y las familias”. Continúa diciendo que esta etapa se profundiza a través de la minería transnacional a cielo abierto, los monocultivos de soja, caña de azúcar y palma, del complejo forestación-celulosa. Y los emprendimientos, conducidos siempre por grandes multinacionales, se apropian de los bienes comunes –en particular agua y territorios– para convertir la naturaleza en mercancías, exportadas a los países centrales o emergentes como China e India. 5 Esto ya plantea un punto de conflictividad en cual hay varios puntos, los que se producen alrededor de las desigualdades sociales, son un conflicto casi global. Otros entornos como la profundización de la democracia, que tiene más impacto en este momento en América Latina y el Caribe (ALC), el conflicto alrededor de la tierra y de los recursos naturales. Como trabajadoras sociales no podemos estar ajenas en la reflexión del contexto, principalmente cuando las ciudades crecen sin orden, las formas tradicionales para disciplinar aplicadas por el Estado ya no funcionan.

Es necesario que como trabajadoras sociales nos actualicemos constantemente y no demos nada por hecho, todo cambia así que profesionalmente debemos actualizarnos. Y para quienes viven en la zona del “no ser”, donde los derechos y la humanidad no son respetados, empiezan a tallarse otras formas de violencia para controlar: Paramilitares, narcos,



feminicidios. La violencia contra las mujeres no es sólo material sino simbólica, es hacer en una y enviar un mensaje a todas. La profesión de trabajo social en muchos sentidos se invisibiliza por ejemplo a través de la usurpación de puestos, porque dicen que es fácil y cualquiera lo puede hacer, porque imitan el trabajo y lo adaptan sin ninguna revisión de lo que significa, esta violencia no se visibiliza solo se vive desde el lugar del trabajo, la constante pérdida de nuestro hacer con la firma de otros, porque ellos son los jefes o porque son personal de mayor jerarquía.

Tenemos también la experiencia de asumir puestos de trabajo de directivos, pero no se reconocen del todo como trabajo social, son muy pocos los casos en los que la persona logra establecer una jerarquía y respeto de la profesión, porque no se nombra. Ante esta circunstancia no debemos olvidar que todo cambia y que en la región de ALC se han visto cambios vertiginosos en cuanto a la elección de presidentes, los pueblos han hecho manifiesta su voluntad a través del voto, movilizaciones, exigencias colectivas, etc.



SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO SOBRE SERVIÇO SOCIAL, POVOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS

Mesa 3: A formação e a intervenção profissional e os povos indígenas: desafios para o fortalecimento do projeto ético político.

Mesa 3: A formação e a intervenção profissional e os povos indígenas: desafios para o fortalecimento do projeto ético político.

Palestrante: Elizângela Cardoso de Araújo Silva - Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, coordenadora de pesquisa da FACEPE, PE e Coletivo Aroeira

Ementa: Pesquisa, produção do conhecimento e formação profissional em Serviço Social a partir das lutas dos povos indígenas na América Latina e Caribe. As trajetórias indígenas no âmbito da formação e do exercício profissional. Elementos para formulação da agenda política para a formação e exercício profissional no Serviço Social.

Olá, boa tarde todos, todas, todes! Espero que estejam me ouvindo bem, minha internet hoje não está muito solidária conosco, mas já tem um passarinho cantando aqui do lado, então espero que a gente possa ter uma conversa muito boa. Estou em um processo de recuperação, depois de tanto tempo de convite, de luta, de perdas, de dores, de acolhimentos, recentemente eu precisei suspender muitas atividades para ficar em casa em isolamento, e agora estou me recuperando, por isso, estou aqui. Ao mesmo tempo longe, mas me sinto muito perto com companheiros e companheiras de luta, muitas parentes.



Fico muito feliz de ter ouvido desde ontem, emocionada, não tem como não ficar. A gente fica numa alegria, ao mesmo tempo com aquela dor imensa diante das perdas que nos acompanham, mas ouvir ontem a Josiléia, Tsitsina, Letícia, Jenifer foi muito e tem sido muito importante. Esse momento é um momento extremamente especial, extremamente novo para nossa profissão.

Eu sou indígena, eu sou Pankararu do sertão de Pernambuco. Eu sou assistente social e pesquisadora atuante com as famílias indígenas com o meu povo no sertão de Pernambuco, onde nasci, cresci e lutei na juventude, até a vida adulta. Trabalhei em diversas áreas, na saúde, na educação, na assistência. Depois de uma jornada, sou formada em 2009, minha graduação concluí em 2009, aí veio o mestrado, o doutorado em Serviço Social e, na atuação profissional, o trabalho na assessoria a comunidades, assessoria e consultoria a municípios na área da defesa dos direitos infantojuvenis, eu volto a trabalhar, agora com uma formação profissional, no sertão após passar um tempo fora, onde me formei e trabalhei, pois sou pernambucana, mas sou filha adotiva do Rio Grande do Norte. Já vi que tem muitos companheiros e companheiras estudantes também aqui. Fico muito feliz também hoje de acompanhar e viver esse processo de formação em Serviço Social com indígenas do meu povo, parentes Pankararu e de outras etnias. Muito feliz de ver Gilza também, me sinto muito representada, intelectualmente, espiritualmente, como mulher também, uma grande guerreira. Agradeço demais



o chamado, o convite. É uma trajetória, um diálogo que a gente vem realizando há algum tempo e cada vez mais espero uma aproximação bem maior, esse encontro, essa presença indígena no Serviço Social e o Serviço Social na luta indígena. Então agradeço muito à comissão organizadora, toda a equipe, um aprendizado constante estar nessa janela sentindo muitos muros e janelas por aqui, conosco, comigo desse lado, do outro lado.

Espero pontuar elementos, depois de tantas falas poderosas, trazer alguns elementos da vivência, da experiência, principalmente eu vou tentar enfatizar questões da atuação profissional e não posso deixar de agradecer à comissão organizadora, muito lutadora com múltiplas demandas na vida profissional na gestão do CFESS, a professora Elizabete, a professora Ruth, a Cristina, são muitos nomes, Esther, Ramiro, professor Wagner, meu companheiro de luta, que estão todos compondo, organizando e lutando. Então a gestão ABEPSS, a gestão CFESS, pelos diversos momentos que a gente já vem contemplando, vivendo e, para conhecer, problematizar e avançar no conhecimento sobre a vida indígena. Porque há uma presença de muito sofrimento, mas de muita luta e resistência em toda a América Latina.

A gente precisa sim, cada vez mais aldear o Serviço social, a universidade e realizar cada vez mais grandes encontros na luta, na conquista e na construção de políticas públicas, em diversas áreas sociais, mas que parte dessa compreensão do Conjunto no processo, desde o processo de



formação, aí nos eventos das atividades eventuais, que é de estudo de todo o processo histórico, que é de expropriação que a primeira e segunda mesa já trouxeram aí elementos incríveis das trajetórias e das lutas, tanto do avanço da expropriação e exploração da lógica do capital, que ocorre desde as formas de organização e exploração econômica e extinção e exploração de trabalhadores indígenas exploração compulsória do povo indígena em toda América Latina, para saquear e se apropriar da forma mais violenta possível da riqueza de todo território latino americano.

Uma emoção muito grande, grande agradecimento tenho aqui também pelos companheiros e companheiras indígenas assistente sociais que fazem parte da Articulação Brasileira Serviço Social e povos indígenas, que é também uma tarefa e compromisso que a gente vem construindo desde 2020. Espero que esse evento também tenha essa ampliação e fortalecimento das diversas redes de diálogo que a gente tem que promover realizar e aproximar, porque com certeza a gente tem muito, muito trabalho enquanto indígenas, enquanto profissionais com formação e atuação em Serviço Social, pesquisadores em Serviço Social.

Eu vou trazer algumas questões, espero, aqui. Vou conferir meu tempo e agradeço à mesa o apoio nessa questão, para agilizar e termos esse tempo pós a minha fala.

Bom! Como já coloquei, já estive em outros espaços e sempre fico muito emocionada e bastante nervosa, com muito



cuidado para não esquecer de pontuar questões muito importantes, mas também ciente de que sou uma aprendiz e o mundo acadêmico, o espaço acadêmico, eu lembro muito o que Letícia dizia e outras companheiras de mesa, e parentes também colocam nosso cotidiano de pensar e estar na universidade, construir nosso papel, nosso trabalho, nosso compromisso de pesquisa, alinhados e com muito cuidado com o que é nossa vivência, nossa trajetória cosmológica ancestral. Então é sempre um desafio, mas é um aprendizado constante, depois de muitas dificuldades de falar, está dando para aprender. Agradeço ao público pela solidariedade de quem está ouvindo e vamos utilizar outros espaços para continuar conversando.

A nossa vida indígena Pankararu, da nossa família, rede de parentesco de Elizangela, Eliz, a gente é dessa vida de constantes processos migratórios, saídas, idas e voltas, idas temporárias, vidas em trânsito. A particularidade da vida indígena no Nordeste, é fundamental no estudo, na aproximação, mesmo quando a gente tem uma formação, uma vida indígena na aldeia, onde eu cresci até meus 24 anos, mas passo a estudar e ter acesso ao conhecimento, porque na infância mesmo a gente não tinha livro, é a universidade como espaço ímpar, assustador, aterrorizante, encontros e desencontros, mas é quando a gente tem encontro a diversas produções.

Hoje, nós temos uma condição, uma história, pelo avanço da luta de companheiros e companheiras do movimento indígena de uma oferta diferenciada, de uma construção de espaços de



uma formação política e acesso a conhecimentos sistemáticos, e espaços de problematização e debate muito mais amplos do que na minha infância, lá mais umas três décadas atrás.

Então, mesmo quando a gente vive na aldeia, o acesso a esse conhecimento e até o entendimento daqueles territórios por onde transitam nossas famílias exige debates, exige leituras, aproximação com os detentores de conhecimentos tradicionais, o que vai trazer, a partir da história de vida, como foi a chegada, o estabelecimento da vida aqui.

Sou do sertão de Pernambuco, e nossa vida foi muito isso, da aldeia à margem do rio São Francisco, inclusive na tese de doutorado: “Indígenas Pankararu no Sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho”, a gente vai abordar esse processo que foi de arrancada de um povo que não tinha um direito de propriedade, porque não tinha um documento, mas que ocupava a margem do rio pela riqueza grandiosa que representava isso para a vida numa condição que o semiárido, num processo de extrema estiagem, muitas famílias não conseguiam manter-se na aldeia e aí migravam para viver temporariamente na margem do Rio São Francisco.

Importante retomar na história o significado das aldeias. O que significaram historicamente as aldeias, qual a função política, econômica, de controle, exploração e disciplinamento que cumpriram as aldeias? As aldeias que significam fixação de grupos em determinados territórios e como, no decorrer da história, aldeias passam a se recompor no significado de

convivência, de organização social, de proteção de grupos, da relação intergeracional, da produção familiar, do cuidado familiar com as plantas, com os animais, com os alimentos, com a água, com os bens comuns. A gente vai conhecendo aí, nesse processo de compromisso de aproximação com o conhecimento da história indígena na América Latina, cada país, cada território, cada região, a gente vai encontrar características e elementos de organização social particulares, diferentes.

Esqueci de me apresentar, perdão! sou Elizangela, mulher indígena de pele negra, tenho cabelo bem cheio, encaracolado e estou vestindo uma blusa com vários traços, que lembram muito o grafismo indígena vermelho e com brinco de penas, adquiri de parentes do norte do país Brasil.

Falar do conhecimento de diversas culturas indígenas é estudar e conhecer o processo histórico de expropriação e constituição de ocupação dos territórios, de exploração, que impactaram diretamente na resistência de recriar vários elementos das identidades coletivas, étnicas que a gente vai hoje conviver e interagir no contexto contemporâneo.

Importante retomar o que é a proteção ao direito à autodeterminação, a autoidentificação no contexto quando houve o esmagamento radical de vidas, fisicamente, culturalmente, etnicamente, e com espraiamento, urbanização e avanço das fronteiras de produção agrícola, na história de diversos países e territórios, embora a recriação e fortalecimento de elementos de unidade étnica, há uma larga presença indígena em contexto urbano.



Fala-se muito da luta e, com certeza, é entender a realidade dos povos indígenas na América Latina, é entender a luta pelo acesso, distribuição e desigualdade do direito à terra. Que é o estudo da questão agrária, da ocupação, distribuição, e a presença indígena em contextos urbanos. Importante discutir a larga presença de famílias indígenas nas periferias dos contextos urbanos, contextos precários, com os altos índices de não acesso à educação escolar, escolaridade, formação para o trabalho, e presença larga também de famílias indígenas em relações de extrema precariedade nas relações de exploração do trabalho em contexto urbano. Uma frase que eu escutei ontem: “Você não consegue me olhar e quando me olha não consegue me ver”, do grupo Guarani Kaiowá BroMc’s (BroMc’s. Eju Orendive)¹.

Quando a gente vai tratar do compromisso nosso de viver e assumir como responsabilidade a luta e a defesa dos direitos humanos dos povos indígenas “é olhar e ver”. Eu lembro que tinha uma pergunta “se não existem famílias, povos indígenas, comunidades indígenas, onde eu estou, qual é meu compromisso na formação e na atuação profissional?”. Então, primeiro dizer que sim, muitas famílias indígenas estão em diversas regiões, mas são invisíveis, tanto porque historicamente era mais seguro ser invisível, hoje a gente sabe quanto é importantíssimo ser visíveis, levar a cena pública a demanda, a luta, mas mesmo quando presentes em regiões próximas, mesmo fora da jurisdição em que eu trabalho, situação que contribuiu com a não defesa dos direitos dos povos indígenas.

¹ Disponível em <https://www.vagalume.com.br/bro-mcs/eju-orendive.html>.



Acho interessantes as respostas que as companheiras trouxeram sobre o compromisso independentemente de estar no Nordeste, e acontece um crime que acontece todos os dias, como ontem aconteceu, a gente assistiu mais uma notícia de mais uma grande perda, uma violência, então como a gente trabalha pedagogicamente, educativamente com nossas redes comunitárias de familiares, na docência, na sala de aula no cotidiano em defesa dos povos indígenas, do Peru, da Colômbia, do Equador, qualquer outro lugar do mundo em que estão lá sendo atingidos, e profissionalmente também há demandas técnicas minimamente teóricas e técnicas, que vão exigir nossa posição, seja lá onde estivermos na defesa.

“Você não me conhece, não consegue me olhar e quando olha não consegue me ver” é uma denúncia do que acontece. Eu indígena, eu indígena profissional de Serviço Social e nós, profissionais de Serviço Social, indígenas ou não indígenas, como profissionais temos compromissos éticos que já foram muito bem colocados aqui, que temos que “ver”, entender e nos posicionar, não só olhar e deixar passar, deixar a “boiada passar”, como estamos não só deixando, mas criando condições estratégicas de passar e continuar esmagando.

A questão indígena é isso, o entendimento do acesso à terra, a expropriação, e da configuração de diversos grupos e quadros de trabalhadores explorados, pauperizados em contextos de esmagamentos de expansão das cidades, da vida urbana.



Na formação em Serviço Social, já que a gente tem várias disciplinas que tratam das questões estruturantes da sociedade, da formação histórica, do nosso país, do nosso continente, ao estudarmos questão social, exploração, resistência, violência, não podemos deixar fora uma pauta aprofundada do estudo da política indigenista, indigenismo do estado, assimilacionismo, integracionismo, São questões que devem compor, nos acompanhar, não só nos núcleos, nos grupos, mas nas disciplinas obrigatórias. Tem que haver uma colaboração participação dos movimentos, de indígenas nos debates.

Quero parabenizar o CFESS e ABEPSS, essa gestão que, desde ano passado, estamos ocupando e, eu enquanto indígena e atuante no Coletivo Aroeira, que é um coletivo de famílias indígenas que trabalha cumprindo funções que são da gestão pública, diante da omissão do Estado, a gente tem também tarefas, aí mistura um monte de coisa de uma vez só, mil perdões. Nós, profissionais, findamos ocupando espaços das organizações da sociedade civil para cumprir funções que são da política pública, como da assistência social, da saúde, de realizar diagnósticos, mapeamentos identificar, dialogar, garantir a presença de indígenas em espaços de deliberações, são questões que com certeza espaços como esse, por isso, parabenizo a gestão CFESS, ABPSS e articulação de que faço parte, porque temos que cada vez mais promover mais, como compromisso, ético, político, social, teórico e, em âmbito local, devemos garantir funções mínimas técnicas da política pública,



e nessa tarefa, que é propositiva de exigência, de cobrança dos movimentos, das organizações. Porque, de fato, há muito essa ausência da leitura, do entendimento da história da América Latina, da questão agrária, da questão urbana, da presença, da luta do esmagamento dos povos indígenas na formação social da nossa grande mãe, a América Latina e a presença de indígenas em contexto urbano, quais têm sido as condições de vida, de trabalho. Agradeço muito e, para concluir, vou ler aqui um trecho do livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak:

“A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos”.

A vida indígena, que é de resistência e enfrentamentos para enfrentar esse, que é um projeto capitalista racista, sempre será ameaçada de esmagamento. Obrigada pelo espaço, estou aqui à disposição para continuarmos dialogando, grande abraço!



INFORME DEL TRABAJO DE COORDINACION DEL COMITÉ INDÍGENA Y PUEBLOS ORIGINARIOS

PROYECTO EDUCATIVO SOCIAL INTERVENCIÓN CON COMUNIDADES INDÍGENAS LATINOAMERICA Y EL CARIBE FITS ALC

El presente trabajo desarrolla una Investigación Vivencial, en las comunidades originarias indígenas de América Latina y el Caribe, y ejecutar el Proyecto Educativo Social, como modelo, aplicado para trabajar en la población de comunidades originarias, recuperando la experiencia de los pobladores y testimonios de actores sociales en estas comunidades.

Se desarrolló visitas a las comunidades originarias que permitieron recopilar información, a través de hechos vivenciales, observaciones, entrevistas, videos a los diferentes actores involucrados ¿Qué esperan los dirigentes indígenas de estas comunidades del rol del Estado? ¿Se sienten satisfechos con lo que reciben? ¿Desean un cambio a la sociedad civil o permanecer con su cultura?



¿Valoran la intervención de los Trabajadores Sociales en su contexto educativo de prevención y promoción? ¿Todavía esperan algo de la vida?

La necesidad de investigar estas interrogantes, ha conllevado a sistematizar un trabajo de investigación y seguimiento para ejecutar el Proyecto Educativo Social de aplicación y construcción de cambio, con una mirada de humanización y respeto por sus derechos sociales, y humanos, sin discriminación ni violencia, para difundir su etnia cultural, al educar, promover y difundir la cultura de los pueblos originarios indígenas, para desarrollar sus roles sociales en su contexto.

INTRODUCCION

Los Trabajadores Sociales debemos incursionar en el campo de las Comunidades Originarias y/o Indígenas para validar el presente trabajo que desarrolla una Investigación Vivencial, en las Comunidades Originarias y /o indígenas de América Latina y el Caribe, y ejecutar el Proyecto Educativo Social, además creemos que la International Federation of Social Workers, FITS ALC, por ser Organismos a nivel Mundial, y vinculantes con otras organizaciones, deben ser : Asesores, Consultores y Vigilantes que se cumplan y se respeten las normas y los decretos en los países, para la defensa de los derechos humanos, la búsqueda de la justicia y la no exclusión de las personas y agrupaciones, para emitir Pronunciamientos y Defensa para las Comunidades Originarias y/o indígenas.



CAPITULO I: VISIÓN Y MISIÓN

VISIÓN

Los pueblos originarios y/o indígenas son pueblos autónomos para determinar de manera libre sus expresiones, estructura de vida, elegir a sus autoridades y continuar con la tradición que deseen tener sus pobladores.

La FITS - ALC, y los Colegios Profesionales de Trabajo Social, consideran que como organismos representativos a nivel mundial, debemos ser un ente consultivo, asesorar y vigilar, que se cumplan normas leyes dadas a favor de los Pueblos Originarios con la finalidad de preservar su cultura, desarrollo, en pleno ejercicio de sus derechos humanos, según Declaración de Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Originarios y/o Indígenas con el fin de fortalecer el control y garantizan la seguridad territorial, así como los recursos naturales, y promover permanentemente sus cosmovisiones, la espiritualidad propias que definen necesidades prioritarias y las estrategias de desarrollo con una identidad, en cooperación con el Estado.

MISIÓN

El Proyecto Educativo Social debe obtener un desarrollo social igualitario inclusivo, político, socio económico sostenible, no discriminatorio, para los pueblos originarios y/o indígenas.



Es necesario también fortalecer la unidad, sus sistemas de gobierno autónomos, garantía de la seguridad territorial, identidades, lenguas, cosmovisiones y el establecimiento de espacios de participación efectiva y democrática en la vida política, social, judicial y económica del País.

CAPITULO II: OBJETIVOS

Identificar Políticas Públicas en los estudios de Investigación y Proyecto Educativo Social, para identificar las políticas públicas, que sean de beneficio a este grupo humano y que en ejemplo aplicado en Perú, y así como la sistematización del levantamiento de información en la comunidad originaria y/o Indígena de Panamá y los países de América Latina y el Caribe.

Proponer que este Proyecto se ejecute y Promueva:

1. Puesta en Valor de sus pertenencias consistentes en Cultura, Lengua, Territorio, Artesanía y Gastronomía, Costumbres Tradicionales y originarias de sus pueblos, proponerlo para acciones conjuntas con las instituciones empresariales, es decir buscar un compromiso de Responsabilidad Social Empresarial.

2. Promover la Responsabilidad Social y el Turismo Vivencial en las Comunidades Originarias y Pueblos Indígenas, incentivar el conocimiento de su cultura, arte, tradiciones medicinales y danzas, etc.



PUEBLOS INDIGENAS PERU

El Perú es un país pluricultural. Desde tiempos antiguos, el territorio ocupado ahora por los peruanos fue habitado por diversos pueblos, con diferentes prácticas, costumbres y formas de concebir la vida y el bienestar.

Sin embargo, la existencia de diversas culturas en nuestro país, lejos de valorarse como un aporte, evidencia diversos modos de discriminación y exclusión, expresados en el escaso ejercicio de sus deberes y derechos, escasa participación en la toma de decisiones, aun por factores que afectan a su desarrollo.

La carencia de una política integral que tome en cuenta los derechos de los pueblos indígenas debe ser una prioridad en el país.

TEMAS Y GRUPOS RELACIONADOS A PROBLEMAS DE COMUNIDADES ORIGINARIAS Y/O INDÍGENAS

Medio Ambiente

Conflictos Sociales

Salud

Educación

Discriminación



SALUD

Es indispensable aprobar el Plan Sectorial de Salud Intercultural para el período 2017 - 2021. Ante la grave situación de salud que enfrentan los pueblos indígenas y las altas brechas sanitarias a diferencia del resto de peruanos.

En febrero de 2016 el Ministerio de Salud creó la Dirección de Pueblos Indígenas para incorporar un órgano de alto nivel con capacidad normativa, funcional y administrativa encargado de implementar el enfoque de interculturalidad en todos los niveles del sistema de salud, así como en las políticas, programas y estratégicas del sector. Sin embargo, en marzo del presente año la institución consideró su eliminación significando un retroceso en la protección de los derechos fundamentales de los pueblos indígenas

Existen pueblos en aislamiento voluntario y contacto inicial, en estado de mayor vulnerabilidad inmunológica, demográfica y territorial.

Las acciones deben emprenderse con la participación de organizaciones representativas y con respeto a sus identidades socioculturales, formas de vida, tradiciones y planes de desarrollo.

EDUCACIÓN

En los últimos años el Estado ha realizado reformas en el sistema educativo, permitiendo una cobertura de la educación



primaria y reducir el analfabetismo. Pero, sin embargo, no han beneficiado a los pueblos indígenas.

Las políticas deben garantizar que estudiantes indígenas accedan a un servicio educativo, pero no tuvieron un apoyo decidido y se desarrollaron de manera precaria. Es más, la educación intercultural bilingüe no era vista como un derecho fundamental que el Estado debía respetar, asegurar, proteger y promover sino como una concesión o liberalidad hacia los pueblos indígenas.

Medidas, como el incremento del presupuesto, la reformulación de la actual política nacional, la construcción del plan nacional de EIB, de manera conjunta con los pueblos indígenas en el marco de un proceso de consulta previa, la formulación de una nueva propuesta curricular para la formación inicial de docentes de EIB, la implementación de un modelo de acompañamiento pedagógico específico, los estímulos económicos para los docentes de escuelas de EIB, entre otros, son avances muy importantes.

Incorporación de saberes propios de la cultura

La EIB debe promover la valoración y enriquecimiento de la propia cultura, el respeto a la diversidad cultural, el diálogo intercultural y la toma de conciencia de los derechos de los pueblos indígenas y de otras comunidades nacionales y extranjeras. La EIB incorpora la historia de los pueblos, sus

conocimientos y tecnologías, sistemas de valores y aspiraciones sociales y económicas

Artículo 20, inciso a) de Ley General de Educación, Ley 28044. Informe Defensoría N.º 174 150

Principios del Plan de Desarrollo de los Pueblos Originarios de América Latina y el Caribe

El bienestar colectivo y comunitario, promover una económica colectiva, participativa y compartida en los pueblos originarios.

La construcción de capacidades para mejorar los niveles educativos y profesionales de los pueblos originarios

Los estándares internacionales de los derechos humanos de los pueblos en el Convenio No 169 de la OIT sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes de 1989, la Declaración de Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de 2007, la Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos y de los Órganos de Control y Seguimiento del Cumplimiento de los Tratados Internacionales de Naciones Unidas.

Seguridad y Garantía Territorial y del desarrollo sostenible con identidad para proteger las futuras generaciones.

El acatamiento de las Cosmovisiones y espiritualidad propias de cada Pueblo Indígena de Panamá.



El Consentimiento previo, libre e informado y la participación como garantía de los derechos políticos y territoriales de los Pueblos Indígenas de Panamá.

El principio de buena fe y transparencia en las relaciones entre el Estado y los Pueblos Indígenas.

El principio del Respeto a la diversidad de los pueblos indígenas.

Principio de desarrollo con identidad como forma de respeto de la identidad cultural de los pueblos indígenas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

El Plan de desarrollo de los Pueblos Originarios y/o Indígenas de América Latina y el Caribe, servirá para mejorar la calidad de vida de los pueblos en los diversos ámbitos, económico, social, educativo, cultural, espiritual y salud, respetando la medicina tradicional que practican al interior de la comunidad.

Es importante, garantizar la seguridad territorial, el control sobre los recursos naturales de los territorios originarios y/o indígenas, la sostenibilidad del medio ambiente, la soberanía alimentaria, y la diversidad cultural de cada territorio.



CAPÍTULO III: MARCO LEGAL DE LOS PUEBLOS ORIGINARIOS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE.

MARCO LEGAL Y JURIDICO DE LOS PUEBLOS INDIGENAS

Respetando los derechos de los pueblos originarios y/o indígenas en su cultura, promover derechos, estructuras políticas, económicas, sociales y de sus culturas, tradiciones espirituales, historia, filosofía de vida, especialmente los derechos a sus tierras, territorios y recursos.

Que puedan expresarse con libertad frente a la discriminación, exclusión social, marginación, por las injusticias históricas, entre otras cosas, de la colonización y de haber sido desposeídos de tierras, territorios y recursos, lo que ha impedido ejercer, en particular, el derecho al desarrollo de conformidad con nuestras propias necesidades e intereses dentro de nuestra visión y cosmovisión.

Convenio 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes.

El 27 de junio de 1989 en Ginebra se celebró el convenio 169 sobre Pueblos Indígenas por la Organización Internacional del Trabajo, esmenester mencionar que es el primer tratado internacional sobre la materia.



Dentro de los objetivos que la OIT pretende con este convenio, es la conservación de la cultura indígena y tribal puesto que regula materias relacionadas con la costumbre y el derecho consuetudinario de los pueblos originarios, la Declaración de los Derechos de los P.I. establece principios indispensables referentes a la tenencia, uso y transferencia de las tierras indígenas y recursos naturales.

Convenio Constitutivo del Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe.

El Convenio Constitutivo del Fondo para el Desarrollo de los P. I. de América Latina y el Caribe fue creado en la segunda Cumbre Iberoamericana, el cual le dio origen a un organismo sui generis encargado de promover el desarrollo de los P.I. de América Latina y el Caribe.

Para lograr el propósito de la presente convención el fondo indígena trabajando en conjunto con los Estados miembros, deben de formular políticas de desarrollo, operaciones de asistencia técnica, programas y proyectos de interés para los P.I. así mismo, canalizar recursos financieros y técnicos para proyectos de los P. I. y proporcionar recursosde capacitación y asistencia técnica para apoyar el fortalecimiento institucional.



Convención sobre la protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales.

Con el propósito de crear un entorno adecuado para diversidad de las expresiones culturales mundiales se crea la Convención sobre la protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales la cual fue aprobada en el 2005 por UNESCO.

CAPÍTULO IV: SITUACIÓN DE LOS PUEBLOS ORIGINARIOS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, RECONOCIMIENTO E INSTITUCIONALIDAD, A NIVEL NACIONAL E INTERNACIONAL.

Trece países han ratificado el Convenio 169 de la OIT sobre derechos de los P.I. y tribales adoptado en 1989.

Otros los avances: la Declaración de Río (1992), la Convención sobre la Diversidad Biológica y las deliberaciones en la OEA sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas

Las Comunidades Originarias tienen grandes potencialidades de articularse, con su identidad propia y en el ejercicio de sus derechos, a la sociedad y a la economía global, aportando al desarrollo. Requieren ser visibilizados y debe crearse conciencia de sus necesidades en el marco de sus especificidades culturales.



CAPÍTULO V: PLAN DE DESARROLLO DE LOS PUEBLOS ORIGINARIOS: NIVEL: POLÍTICO Y JURÍDICO - TERRITORIO

El Territorio Indígena, en su integridad, constituye un tema de máximo interés para los P.I. y uno de los elementos centrales de su existencia colectiva. Los derechos sobre sus tierras y territorios constituyen la preocupación central de muchos pueblos indígenas. Asimismo, uno de los derechos fundamentales de los P.I. es el derecho sobre los territorios que éstos ocupan, en tanto que, su reconocimiento legal y demarcación son considerados como base de su supervivencia física y cultural.

Económico

Referente a la economía de cada país, y del apoyo que se da a los Pueblos Indígenas será el desarrollo económico de estos territorios.

Social

Es importante el desarrollo social de estos pueblos, pero respetando su interculturalidad, creencias y costumbres propias de cada Pueblo Originario



CAPÍTULO VI: MODELOS DE IMPLEMENTACIÓN, SEGUIMIENTO Y EVALUACIÓN

Se coordinara con los Presidentes de los Colegios Profesionales de América Latina y el Caribe para el seguimiento y monitoreo, en cada país.

CAPÍTULO VII: METODOLOGÍA Y PROPUESTA

En Agosto 2016, en Panamá, se lleva a cabo las elecciones para elegir la representante de Pueblos Indigenas y con Agenda definida por FITS ALC, mediante voto de los países de América Latina y el Caribe, se designa por votación unánime en el cargo de Coordinadora de Pueblos Originarios Indigenas a Mag. Jenny María Linares Vera, Presidenta del Colegio de Trabajadores Sociales del Perú Región III – Lima.

Para dar inicio al cargo de Coordinadora se propone desarrollar un trabajo de Investigación Social, contando en autoría con la Asesoría de la Dra. Silvana Martínez, Presidenta de la FITS –ALC, y Lic. Haydee Barrera LlajaAsesora Técnica del CDR III LIMA, quienes elaboramos el trabajo. Luego se invita a participar a las siguientes colegas, Lic. Rocio Cuba Manrique, Secretaria del Consejo Directivo, Lic. Giovanna Yalán Cabello y Lic. Angela Taquire Palacios, Coordinadoras de Reportajes Educativos, Lic. Katty Mori García, miembro integrante del Equipo de Facilitadores de Dinámicas del CTSP RIII LIMA. En Panamá país de inicio del levantamiento de información y de bosquejo del



proyecto, contamos con el apoyo de Lic. Kenia Batista, Presidenta de la Asociación de Trabajadores Sociales de Panamá, Lic. Chanita Chamarra, Delegada del Comité de Pueblos Originarios en Panamá, Lic. Rita Corella, Coordinadora Guía y soporte técnico en las Comunidades Originarias de Panamá, y Omayra Casamá, Líder de Mujeres de la Comunidad Petit Emberá, para permitir levantar los indicadores y la situación en la que se encuentran estas comunidades y participar en el fortalecimiento y políticas de reconocimiento e inclusión de las comunidades nativas en las regiones.

En el mes de octubre de 2016 se tuvo una reunión de coordinación con el Presidente del Congreso de los Pueblos Originarios de la Comunidad Emberá, el Señor Chenier Carpio, Lic. Kenia Batista, Presidenta de la Asociación de Trabajadores Sociales de Panamá, Lic. Chanita Chamarray Lic. Rita Corella, se entablo una comunicación sobre la importancia de la participación de los Trabajadores Sociales en las Comunidades Originarias y/o Indígenas.

Se expuso la iniciativa que los Trabajadores Sociales de América Latina y el Caribe tenemos para desarrollar y participar en el Proyecto Educativo Social en los Pueblos Originarios, respetando la interculturalidad de cada uno de ellos.



PROYECTO EDUCATIVO SOCIAL PROPUESTA DE TRABAJO DEL COMITÉ INDÍGENA FITS – ALC

Fundamentación

El establecimiento de un Comité indígena dentro de la estructura de la FITS es una extensión de la decisión adoptada en la reunión de la Asamblea General en Adelaide en octubre de 2004, donde la Asamblea General adoptó una política sobre pueblos indígenas. Esta decisión fue ampliamente celebrada entre la comunidad indígena de T.S.. Se sostuvo que los trabajadores sociales no deben asumir ideales o las normas de las culturas dominantes que occidental/colonial, para trabajar con los pueblos originarios.

Se afirmó que los trabajadores sociales indígenas pueden jugar un papel esencial en la definición y resolución de los problemas que preocupan a los pueblos originarios. También se declaró que los trabajadores sociales indígenas deben tomar la iniciativa en el desarrollo de iniciativas y servicios para los pueblos originarios. El movimiento para formar a Comité trabajadores sociales indígena fue apoyado y aprobado por la Asamblea General de la FITS en 2014 en Melbourne, Australia.

El Comité Indígena de Trabajadores Sociales se propone trabajar en Colaboración con la FITS en la siguiente cuestión: fomentar y promover el Desarrollo Social y el Trabajo Social de los pueblos indígenas; aconsejar y desarrollar políticas



de procedimientos acerca del impacto de los conocimientos y prácticas de los pueblos originarios en todo el mundo. Para nuestra Región este tema es de suma importancia ya que en nuestra América profunda contamos con muchas etnias y pueblos originarios que han sido invisibilizados históricamente y esto nos da la oportunidad para ponerlo como tema de agenda y generar acciones conjuntas a los fines de trabajar las interculturalidades desde una perspectiva decolonial.

A partir de la designación de Lic. Jenny Linares Vera, como Coordinador del Comité Indígena de América Latina y El Caribe, se inician coordinaciones para trabajar en la elaboración de una propuesta de trabajo a los efectos de comenzar a recabar información que nos permita conocer y visibilizar las prácticas profesionales con pueblos originarios y comenzar a establecer un diálogo con otras experiencias del mundo a los fines de pensar estrategias de fortalecimiento y políticas de reconocimiento e inclusión de las comunidades nativas en nuestra región.

El trabajo contará con etapas sucesivas:

Primera etapa descriptiva y de observación

Segunda etapa comparativa

Tercera etapa analítica

Cuarta etapa de elaboración de propuestas de acción



En una primera etapa se comenzará con el relevamiento de información en cada uno de los países miembros de FITS-ALC a los efectos de elaborar un diagnóstico de situación. Para ello los Miembros de FITS- ALC deberán enviar la siguiente información

Nombre de su organización

País al que pertenece

Mencionar y describir brevemente las Comunidades Indígenas o Pueblos Originarios en su país: cultura, cantidad de población, distribución en el territorio nacional, principales problemas detectados en la población.

Identificar las políticas públicas destinadas a estas comunidades indígenas o pueblos originarios

Identificar Trabajadores Sociales que estén trabajando con comunidades indígenas o Pueblos Originarios a los efectos de poder llevar a cabo entrevistas para que puedan comentar su trabajo

Las realizaciones de las entrevistas deberán tener en cuenta las siguientes dimensiones a abordar:

Características de la población originaria con la que trabaja. caracterización cultural y socio-histórica y ubicación geográfica de esta población.

Descripción del Trabajo que realiza con las comunidades indígenas o pueblos originarios: metodología, objetivos, estrate-



gias de intervención, tipo de problemáticas que abordan, perspectiva teórica que utiliza, instituciones desde donde se trabaja, actores involucrados, debilidades y fortalezas de las prácticas profesionales, legislaciones específicas para estas comunidades, etc.

Por último, identificar los desafíos y retos pendientes.

En una segunda Etapa se elaborará un análisis comparativo entre los países miembros de FITS-ALC. Se elaborará un informe que será elevado a todos los miembros de la FITS-ALC y al Comité Indígena de la FITS Global, para los Pronunciamientos y modalidad de coordinación a nivel de otros organismos Mundiales.

CONCLUSIONES

Fortalecimiento de las capacidades, para la atención a comunidades para la elaboración de Planes de Gestión Comunitarios y Territoriales, para una política hacia el desarrollo integral de los Pueblos Indígenas.

Aumento de recursos financieros y mejorar la calificación de los recursos humanos disponibles

Mejorar la articulación y focalización institucional y la Transversalización de la temática indígena.



Tener un Enfoque intersectorial.

Instancia coordinadora de alto nivel, IFSW, FITS.

Potenciamiento de recursos humanos y financieros

Mejora en el acceso a la información de las Comunidades Indígenas.

Generar un proceso planificado de los asuntos indígenas.

Facilitar y fomentar la cohesión social de las comunidades

Propiciar vinculación y participación de las familias y comunidades indígenas, a través del acceso a la información de la realidad social y cultural.

Permitir adecuar instrumentos de atención en base a pertinencia cultural de manera permanente.

El Proyecto Educativo Social busca empoderar a las comunidades originarias e indígenas desde el Trabajo Social para que se diseñe un plan que permita crear, un mejor nivel de condiciones de las familias, con un soporte institucional adecuado para que sean respetados sus derechos y los bienes y servicios que otorga el estado en cada país y que las comunidades fortalezcan su cohesión y capital social, a través de actividades que contribuyan a su autogestión, incentivadas por la RESPONSABILIDAD SOCIAL, priorizándose como primer punto LA PUESTA EN VALOR DE SU ARTE para difusión y conocimiento a nivel latinoamericano y mundial, permitiendo así



mejorar su economía, con una mejor calidad de vida para su bienestar social.

BIBLIOGRAFÍA

Derecho Positivo Indígena, Isaías Rivera Rodríguez

http://www.pa.gob.mx/publica/rev_26/Isa%C3%ADas%20Rivera.pdf

Hacia Una Política Pertinente Para El Desarrollo Integral De Los Pueblos Indígenas. Fondo de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. <http://www.fao.org/docrep/019/i3001s/i3001s.pdf>

Aportes bibliográficos de cada país





Dra. Silvana Noemí Martínez, Presidenta Global IFSW

Jenny María Linares Vera, Coordinadora del Comité de Pueblos Indígenas FITS - ALC

Presentación del Proyecto Educativo Social Intervención con Comunidades Indígenas desde el Abordaje del Trabajo Social una Mirada Hacia la Humanización, Dublin 06 de Julio 2018



ANEXOS FOTOS CON MIEMBROS DE COMUNIDADES INDÍGENAS PANAMÁ



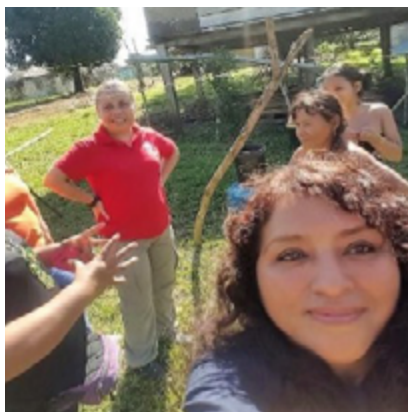
Mag. Jenny Linares Vera, el Sr. Chenier Carpio Presidente del Congreso de Comunidades Indígenas, Mag. Kenia Batista, Lic. Chanita Chamarra



Mag. Jenny Linares Vera acompañada de Mag. Kenia Batista, Lic. Chanita Chamarra, Lic. Rita Corella y el Miembro de la Comunidad Arimay.



Reunión de Trabajo con Miembros de la Comunidad Darien Arimay



EXHIBICIÓN DE ARTESANÍA EN LA COMUNIDAD ARIMAY PANAMÁ



Lic. Jenny Linares Vera, Lic. Kenia Batista, Lic. Chanita Chamarra, Rita Corella, Comunidad de ARIMAY



Lic. Chanita Chamarra y Miembro de Comunidad ARIMAY



Lic. Jenny Linares Vera, Lic. Chanita Chamarra en DARIÉN ARIMAY,



Lic. Kenia Batista, Presidenta de la Asociación de Trabajadores Sociales de Panamá





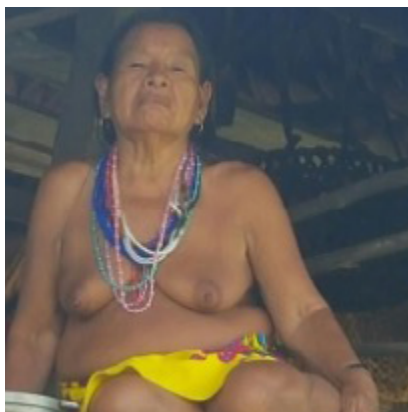
Lic. Rita Corella, y Omayra Casama Líder de Mujeres de Comunidad Petit Emberá



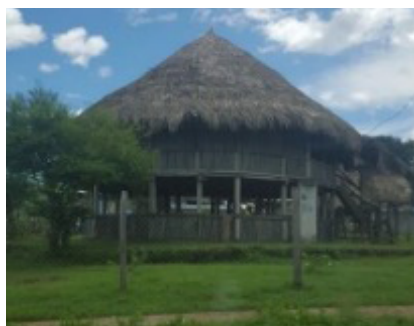
Lic. Jenny Linares Vera, Lic. Chanita Chamarrera, Lic. Rita Corella, y Omayra Casama Líder de Mujeres de Comunidad Petit Emberá



Miembro Comunidad Arimay Panamá



Mujeres Miembros Comunidad Arimay Panamá



Casa Comunidad Petit Emberá Panamá



TALLER DE LIDERAZGO CON COMUNIDAD NATIVA EMBERA PANAMA

Mag. Jenny María Linares Vera, Presidenta del Colegio de Trabajadores Sociales del Perú, Región III Lima, Coordinadora del Comité Indígena y Pueblos Originarios, FITS ALC, en compañía de Lic. Kenia Batista Presidenta de ATSOP y las delegadas por el gremio de ATSOP Panamá, Lic. Imelda Flores - Secretaria General y Lic. Chanita Chamarra - miembro de ATSOP para el tema Indígena, quienes acompañaron en la coordinación y gestiones con la comunidad Embera en Ipeti- Chepo al equipo técnico del Comité Indígena CTSP RIII - LIMA, FITS - ALC, en el Taller de empoderamiento y liderazgo a 30 mujeres con la intervención de la Estudiante de Trabajo Social Omayra Casama de la Universidad de Panamá, para la convocatoria, asistencia y participación del taller.



Mag. Jenny Linares Vera, Lic. Katty Mori García, Mag. Kenia Batista, Lic. Chanita Chamarra, Lic. Rita Corella, y Omayra Casama Lider de Mujeres de Comunidad Petit Emberá





CON REPRESENTANTES DE COMUNIDADES NATIVAS EN EL CONGRESO DE LA REPUBLICA DE BUENOS AIRES - ARGENTINA



Mag. Jenny Linares Coordinadora Comité Indígena FITS - ALC, Lic. Gloria Luoni, Presidenta FAAAPS - ARGENTINA



Mag. Jenny Linares Coordinadora Comité Indígena FITS - ALC, Lic. Gloria Luoni, Presidenta FAAAPS - ARGENTINA

CON REPRESENTANTES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE MAR DEL PLATA, INVESTIGADORES DEL TRABAJO CON MAPUCHES - ARGENTINA



VISITA EN LA RECONSTRUCCION DE VIVIENDAS DE PUEBLOS ORIGINARIOS COMUNIDAD HUEYAPAN MORELOS MEXICO



Mag. Jenny Linares Coordinadora Comité Indígena FITS - ALC, Lic. Katty Mori García, Mag. Norma Angélica Gómez Rios Docente Investigadora UNAM - Mexico



Mag. Jenny Linares Coordinadora Comité Indígena, Mag. Norma Angélica Gómez Rios Docente Investigadora UNAM - Mexico, Lic. Gabriel Tun México



Lic. Gabriel Tun, Comunidad Hueyapan Morelos



PRESENTAN INVESTIGACIÓN PARA DIFUNDIR LOS DERECHOS HUMANOS Y SOCIALES EN LOS PUEBLOS ORIGINARIOS DE AMÉRICA LATINA



Maestra Jenny María Linares Vera, del Colegio de Trabajadores Sociales de Perú, Región III Lima presentó un avance de investigación con el que buscan difundir los derechos humanos y sociales de las comunidades originarias de los pueblos de América tanto en el Centro, Sur y el Caribe (Foto: Merari Martínez).

Sobre el tema de la atención a grupos originarios, la maestra Jenny María Linares Vera, presentó un avance de investigación con el que buscan difundir los derechos humanos y sociales de las Comunidades Indígenas y Pueblos Originarios de los pueblos de América tanto en el centro, sur y el Caribe.



La también representante en América Latina de la Coordinación de las Comunidades Originarias de la Federación Internacional de Trabajadores Sociales, cuya Presidenta Mundial es la Doctora Silvana Martínez, y el Presidente de la FITS - ALC Doctor Larry Alicea un trabajo de investigación en las comunidades originarias de los diferentes países de América.

Señaló que en Perú, Panamá y México se inició la investigación social como parte del Proyecto Educativo Social.

“Este proyecto de investigación nos ha permitido tener una convivencia directa con los pueblos originarios para poder comprender mejor su cultura, su etnia, respetando siempre la parte de la culturalidad, o de las costumbres. Sabemos que en el área de salud ellos tienen una marcada distancia con los profesionales, pues en ocasiones, no atienden las atenciones de los partos donde el médico tiene que tocar a la mujer, por lo que prefieren que sean las matronas las que ayuden en el nacimiento”, refirió.

Expuso que realizan el proyecto y este que consta de distintas partes, entre ellos el de educación, de salud y el área de empoderamiento a la mujer, por lo que comentó que en muchas de las etnias las mujeres son quienes realizan las artesanías y el arte a través de collares, pulseras, aretes, entre otros, donde se buscan que sus productos sean Puestos en Valor.

Asimismo, subrayó que se ha enseñado a través de dinámicas participativas, información sobre la no violencia hacia



las mujeres; que en ocasiones son los esposos los que administran los ingresos, por lo que buscarán que ellas se empoderen para que sus productos puedan tener mayor amplitud.

A través de las áreas de capacitación de Liderazgo y empoderamiento y de Defensa de los Derechos Humanos, y defensa de la justicia social, para que ellas conozcan cómo deben ser el comportamiento de las familias, sin violencia dentro del hogar, así como el compromiso de igualdad de género entre la mujer y el hombre.

“Al mismo tiempo empoderándola de un liderazgo para que se sienta autosuficiente y valorada como mujer indígena, y que no se sienta ni discriminada o disminuida por la ropa o por las costumbres, así como por el arte que tan ingeniosamente han desarrollado con esas habilidades que tienen con sus ancestros”, finalizó la Mag. Jenny Linares Vera.

Por último, en el caso de México, y cómo consideran que se vive en las comunidades originarias, la maestra Linares Vera mencionó que también han visitado el país para destacar la participación de los colegas de Trabajo Social. pues ya han marcado áreas de trabajo con proyecto internacionales con apoyo de otras organizaciones, realizando actividades para levantar la construcción de casas afectadas en los terremotos del 2017, utilizando técnicas innovadoras para que incluyan a los propios pueblos para que participen en la construcción de las viviendas. Destacándose la participación de Lic. Gabriel Tun en



el Estado de Hueyapan, Morelos, quién ha logrado que a través de la participación comunitaria de sus mismos pobladores de la zona hayan adquirido la destreza de habilidades para construir y reconstruir sus viviendas con un método que utiliza los productos de la naturaleza conservando así el medio ambiente, este trabajo es felicitado y reconocido por sus colegas y su comunidad.

PRESENTACIÓN DEL PROYECTO EDUCATIVO SOCIAL EN INTERVENCIÓN CON COMUNIDADES INDÍGENAS EN CHIAPAS MEXICO



Congreso Trabajo Social Contemporáneo y su Intervención en el Marco de las Políticas Públicas Chiapas México Octubre 2019



Mag. Jenny María Linares Vera Coordinadora Pueblos Originarios FITS ALC Chiapas

EXHIBIÇÃO DE ARTESANIA COMUNIDADE EMBERÁ PANAMA



Mag. Jenny Maria Linares Vera Lic. Katty Mori Garcia, Lic. Ângela Giovanna Taquire Palácios, Bach. T.S. Omayra Casama Líder de Mujeres de Comunidad Petit Emberá

EQUIPO DEL COMITÉ INDÍGENA FITS - ALC / CTSP RIII LIMA



Mag. Jenny Maria Linares Vera Lic. Katty Mori Garcia, Lic. Ângela Giovanna Taquire Palácios



CAPACITACIONES Y TALLERES PANAMÁ



Lic. Ángela Giovanna Taquire Palácios, Capacitadora en Prevención De Violencia Contra La Mujer



Lic. Katty Mori García Facilitadora de Dinámicas



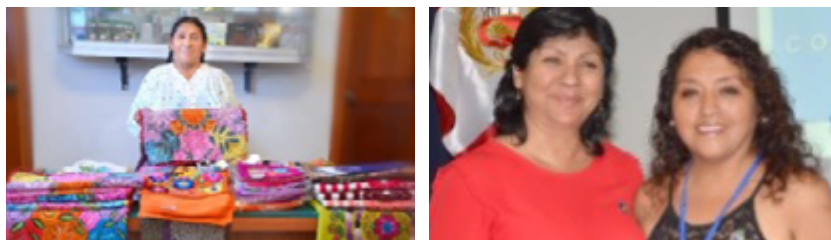
Lic. Katty Mori García Facilitadora de Dinámicas



Mag. Jenny Maria Linares Vera Lic. Katty Mori García, Lic. Ángela Giovanna Taquire Palácios

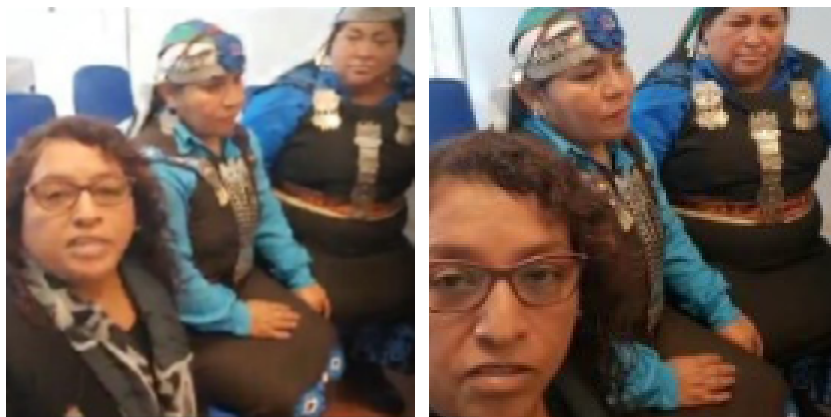


COMUNIDAD ORIGINARIA AYACUCHO PERU



Sra. Mama Teo Artesana en la Región de Ayacucho, Mag. Jenny María Linares Vera. y Mag. Socorro Ochoa Rojas, Decana Región VIII Ayacucho CTSP, Exposición de su Arte Originario de la comunidad Quechua de Ayacucho en el Congreso Realizado en el CTSP RIII LIMA FEBRERO 2019.

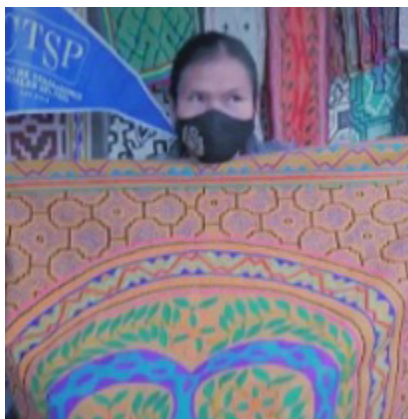
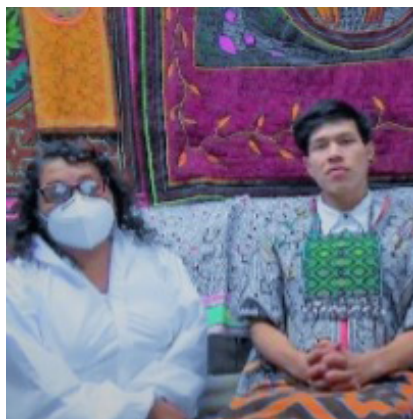
COMUNIDAD MAPUCHE CHILE



Mag. Jenny María Linares Vera Coordinadora Comité Indígena Fits – Alc



FOTOS COMUNIDAD SHIPIBO CONIBO PERU



Mag. Jenny Maria Linares Vera Coordinadora Comunidades Indigenas Lic. Giovanna Yalán Cabello Capacitadora



EL COMITÉ INDÍGENA DE IFSW CONSTRUYE UN MARCO PARA EL FUTURO



El comité para la planificación SWSD2020 alienta al Comité Indígena de la Federación Internacional de Trabajadores Sociales a garantizar que se incluyan las voces y perspectivas indígenas locales, tales como la relación con la madre tierra, que la guía sea a través de la razón y las emociones, respetando la etnia, revalorando la cultura de las poblaciones indígenas, con una mirada Humanizada. Acompaña al pensamiento el Dr. Roberto Pérez Santiz, de Chamula Chiapas

El Comité Indígena de IFSW concluyó en los tres días de reuniones intensivas en las que se ha realizado un trabajo importante para comenzar a construir un marco que asegure que las perspectivas y formas de conocimiento indígenas se



incorporarán a la Federación Internacional de Trabajadores Sociales y a la profesión global.

Los miembros del Comité fueron recibidos en Calgary por el Dr. Reg Crowshoe, anciano, poseedor de conocimientos y ex jefe de Pikuni, quien cantó una canción de bienvenida y proporcionó una perspectiva indígena local. Los miembros del comité dijeron que abandonaron Calgary confiando en que las perspectivas y formas de conocimiento indígenas se incluirán en la Conferencia Internacional de Trabajo Social (SWSD2020) que se celebrará en Calgary, Canadá, del 15 al 18 de julio de 2020.

“Nos alienta que el comité directivo de la conferencia de Calgary trabaje y esté guiado por representantes de los pueblos indígenas de Alberta”, dijeron conjuntamente los coordinadores del comité Robyn Corrigan y Shannon Pakura. “La inclusión de su ceremonia, perspectiva y formas de conocimiento abre la puerta para que otros pueblos indígenas de todo el mundo también compartan su sabiduría, cultura y prácticas, con pueblos indígenas y no indígenas, permitiéndoles incorporar ese conocimiento en su práctica y día. - vidas cotidianas “.

El comité indígena está compuesto por representantes de las 5 regiones Janestic Twikirizi (África), Linda Ford (Asia Pacífico), Margaretha Uttjek (Europa) Jenny Linares (América Latina y el Caribe), Hazel Berg (América del Norte). El comité se reunió durante tres días y comenzó el proceso de imaginar cómo el conocimiento indígena, la cultura, la ceremonia y las formas de conocimiento pueden avanzar dentro de las estructuras de la profesión

La Dra. Silvana Martínez, Presidenta de IFSW, y Rory Truell, Secretario General de IFSW, comentaron conjuntamente: “Nos gustaría agradecer al Comité de Trabajo Social Indígena por su trabajo increíblemente duro durante los últimos tres días en el primer Comité Indígena reunión de IFSW. Fue realmente un momento histórico en la historia de nuestra organización y el marco que están construyendo asegurará que la profesión global se fortalezca con las importantes contribuciones de los pueblos indígenas y los trabajadores sociales “.

Miembros del ejecutivo de IFSW, el Comité Indígena y el comité de planificación local para la Conferencia Internacional de Trabajo Social en Calgary, del 15 al 18 de julio.

Propósitos de la actuación profesional en función de los objetivos

Trabajo Social como profesión se ha destacado por ser una disciplina social que busca el cambio; nos adherimos al planteamiento de la FITS (Federación Internacional de Trabajo Social) cuando afirma que el trabajador social no sólo se preocupa por la resolución de problemas sociales, sino también con el proceso de desarrollo social. Los individuos, los grupos, las familias y los pueblos tienen capacidad de cambiar y desarrollarse. Los trabajadores sociales están dotados de los conocimientos y habilidades que pueden servir de ayuda

La profesión del trabajo social promueve el cambio social, la solución de problemas en las relaciones humanas y el fortalecimiento y la liberación de las personas para incrementar



el bienestar y fortalecimiento desde la visión de los pueblos originarios.

Mediante la utilización de teorías sobre el comportamiento humano y los sistemas sociales, el trabajo social interviene en los puntos en los que las personas interactúan con su entorno. Los principios de los derechos humanos y la justicia social son fundamentales para el trabajo social.", pero desde las actitudes que se muestran en las comunidades donde la etnia se respeta.

Si bien, no se puede negar el hecho de que los profesionales en Trabajo Social son poco considerados, en su actuación profesional, tal vez sea causa probable de la no presencia o poca presencia de profesionales, trabajadores sociales en los servicios prestados por la institución en los pueblos indígenas y/o comunidades indígenas.

Lo que se quiere establecer es que los objetivos perseguidos por los movimientos sociales indígenas se encuentran estrechamente relacionados con el objetivo de la profesión y que justamente en esa relación de propósitos se puede encontrar un espacio para desplegar nuestras funciones de modo tal que se supere esa visión que suele tenerse de la profesión. De este modo se podrán complementar de mejor forma los dos componentes de nuestra naturaleza profesional: una naturaleza teórica o científico - académica, como disciplina autónoma, y una naturaleza práctica o técnico-profesional, como actividad laboral mediante una intervención autonomista-promocional, con énfasis en la experiencia de vida.

Entonces, lo que busca la intervención profesional es:

Explicar por qué y cómo surgen los fenómenos sociales de estos movimientos y pueblos indígenas, desde un enfoque de equidad de género, que permite la participación igualitaria, con los mismos derechos y oportunidades.

Sistematizar el conocimiento producido por esa explicación.

Apoyar los procesos de empoderamiento de estos movimientos.

Acompañar el proceso de acceso y uso de la tierra. - Promocionar la autodeterminación y la visión estratégica.

Recuperar y revalorar la identidad cultural, sus usos, saberes y prácticas.

Fortalecer y consolidar espacios de intervención profesional a nivel institucional y con los movimientos sociales indígenas.

Aportar científicamente de esta manera al desarrollo sostenible.

Para ello se establece que el profesional en Trabajo Social, cuando actúe con los movimientos sociales indígenas, debe generar un proceso de intervención que en sus etapas presente lo siguiente:



En la investigación y diagnóstico social, sea inicialmente exploratoria, luego reflexiva.

En la planificación sea teórica y formalice las demandas de los pueblos indígenas.

En la ejecución sea operativa, práctica en su actuación directa.

En la evaluación sea reflexiva dentro de los parámetros culturales de reflexión de la realidad concreta en la que trabaje.

Y por último, que luego pueda generar ciencia: sistematice sus procesos y los incorpore al cuerpo teórico de la profesión.

En todo este proceso, el trabajador social debe asumir su actuación profesional como parte de un sistema de integración profesional, es decir, de relación laboral con otras profesiones.

Roles a ejercer por el profesional Trabajador Social.

Desde ese punto de vista, los roles que un Trabajador Social tendría que asumir en este tipo de intervención, bajo la óptica de la interdisciplinariedad, son los siguientes:

- Investigador.- Pues debe recopilar y analizar datos a fin de construir parámetros investigativos, además debe tener capacidad de gestión de la información.

- Planificador.- Ayudando a los movimientos sociales a organizar sus demandas y desarrollar programas para satisfacer sus necesidades.



- Evaluador.- Para relacionar y hacer uso apropiado de información obtenida, priorizar los problemas comunales, definir alternativas de solución y tomar decisiones para la acción.

- Identificador de Situaciones y de Recursos.- En lo que son las situaciones, las que actúan como facilitadoras y las que limitan el logro de objetivos de los movimientos indígenas, y en ese sentido, identificar los recursos oportunos y disponible para lograr superar esas dificultades.

- Intermediario.- Para relacionar a los actores de estos movimientos y a los movimientos en sí con los servicios y recursos que necesiten.

- Intercesor.- Para provocar cambios en la política social o normas sociales que actúen en contra de estos movimientos.

- Docente.- En virtud de que deberá realizar procesos formativos, orientativos y de capacitación teórico-práctica sobre aspectos que sean de interés y necesarios para estos movimientos.

- Acompañante.- Realizar el acompañamiento a los movimientos indígenas como una modalidad de apoyo que permite generar confianza, y a la vez mejorar los sistemas de capacitación. Sirve como un elemento indirecto de control sobre las acciones de estos movimientos, así como una herramienta para identificar sus necesidades.

- Sistematizador.- De modo tal que mediante su intervención se puedan recuperar las experiencias de actuación



profesional y las experiencias históricas de los movimientos indígenas.

- Impulsor de empoderamiento.- Pues debe procurar que los actores de los movimientos y los movimientos en sí mismo puedan fortalecer su autodeterminación y en el plano político luchar por sus derechos y procurar justicia social.

- Gestor territorial.- Como profesional encargado de administrar y apoyar a los pueblos indígenas a consolidar sus espacios territoriales promoviendo el uso y manejo racional de los recursos naturales y humanos en las siguientes dimensiones: económica, socio-cultural y política- administrativa.

CONCLUSIONES

Mediante esta ponencia se ha querido socializar algunos aspectos que suelen ser tema de conversación entre estudiantes y profesionales como un intento de conclusión en el campo estrictamente profesional, se desea plantear cuatro aspectos:

No se puede pensar ahora en un Trabajo Social ajeno a los movimientos sociales y específicamente a los indígenas. Los Servicios Sociales son Servicios Esenciales, por eso cabría indagar sobre el por qué no estamos presentes en algunos espacios u organizaciones que trabajan con estos movimientos.

Por la exploración realizada, la práctica del trabajador social en este aspecto debe optar por una actuación político/cultural



Los roles que debe cumplir el trabajador social al respecto, deben estar basados en la cultura de los movimientos sociales indígenas de intervención y ante todo en su relación con otras profesiones.

Se debe entender a la relación “territorio/cultura” como la base para la promoción del desarrollo sostenible.

Promover al Promotor del ARTE, con la Puesta en Valor desde la Responsabilidad Empresarial, para destacar sus dones y riqueza de las habilidades que poseen, y los saberes plasmados en los tejidos, en los cantos, en la danza, en los rezos, que es patrimonio cultural inmaterial de los Pueblos Originarios.

Que Trabajo Social es Servicio, coloca en primer lugar al ser humano, y busca la no exclusión del mismo, en forma permanente, desde su unidad así como del entorno social.

BIBLIOGRAFÍA

Gutiérrez Reza, Antonio. Los movimientos asociativos como agentes de transformación social. Documento de trabajo presentado en el Programa de Doctorado “Desigualdades e Intervención Social”. UPO. España. 2003.

Lema, Ana María. De la Huella al Impacto, la participación Popular en Municipios con Población Indígena. Fundación PIEB. Bolivia. 2001.



Rodríguez Mier, Javier. “Los movimientos indígenas en América Latina. Resistencias y alteridades en un mundo globalizado”. Universidad Autónoma de Madrid. Gazeta de Antropología. N° 24, 2008. Texto 24-37. España.

Uriarte Riqueza, Víctor. Movimientos sociales y la sociología q'ara. Ediciones TAIPI. 1º Edición. Bolivia. 2008.

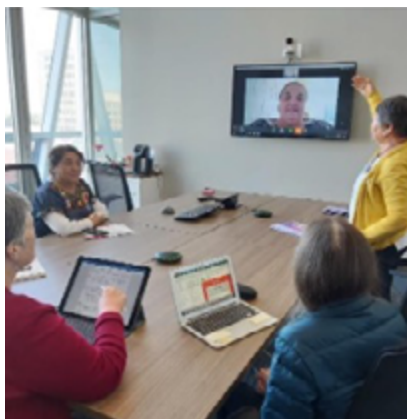
Vargas Hernández, José Guadalupe. Movimientos Sociales para el reconocimiento de los Movimientos Indígenas y la Ecología Política Indígena. Artículo publicado en Ra Ximhai. Vol. 1. Número 3, Septiembre.- Diciembre 2005. Páginas 453-470.

Vélez Restrepo, Olga Lucía. Reconfigurando el Trabajo Social. Editorial ESPACIO. Argentina. 20

BDP Base de datos pueblos originarios del Ministerio de Cultura Lima Perú

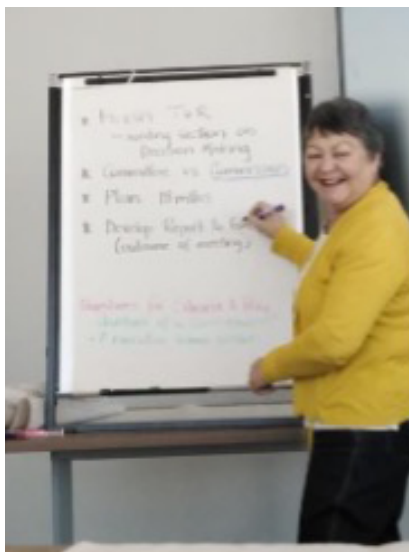


Comité Indígena IFSW



Mesa de Trabajo Comité Indígena IFSW





Tomando acuerdos



Comité Indígena IFSW



MOVIMIENTOS INDIGENAS Y LA LUCHA POR DERECHOS DESPROTECCION SOCIAL Y RETROCESOS DE DERECHOS

EL TEMA QUE SE VA A ABORDAR ES ALGIDO, Y POR ELLO NECESARIO QUE SE ANALICE CON RESPONSABILIDAD Y COMPROMISO SOCIAL, BUSCANDO ENCONTRAR LA PARTICIPACION DE DIFERENTES ESTAMENTOS DE LOS DIFERENTES SECTORES, PARA CONSTRUIR ESPACIOS DE DIALOGO Y SINERGIAS QUE FORTALEZCAN EL RESPETO POR LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDIGENAS Y SE VALORE SUS COSTUMBRES, CREENCIAS, CULTURA, LENGUAJE, ETC, SU COSMOVISION DE LA VIDA, PARA QUE INTEGREN LAS MESAS DONDE SE DEBATEN LAS POLITICAS PUBLICAS, SOCIALES, ECONOMICAS, AMBIENTE Y TERRITORIO, ETC.

QUE TENGAN REPRESENTACION EN LOS CUADROS POLITICOS, EN LA CONFORMACION DEL PODER LEGISLATIVO, RECONOCIENDO SU CAPACIDAD COMO PARTE DE LA SOLUCION DE LOS PROBLEMAS SOCIALES QUE SE PRESENTAN EN SUS COMUNIDAD, Y PAIS DONDE HABITAN.

Las dificultades que afrontan los pueblos indígenas en el mundo es muy impactante. Han sido desplazados, desalojados y muchas veces hasta asesinados mientras intentaban proteger sus derechos y sus culturas.

En el Día Internacional de los Pueblos Indígenas, es vital que nos enfoquemos en su lucha, en el progreso positivo realizado, y considerar que su lucha es nuestra lucha por un planeta más sostenible y equitativo.

Existen alrededor de 370 millones de indígenas de 15.000 grupos distintos viviendo en más de 70 países alrededor del



mundo. Mientras que una de cada 20 personas en el mundo es indígena, ellos representan alrededor de una de cada siete de las personas viviendo en extrema pobreza en el mundo. Y la escala de la desigualdad es enorme entre las poblaciones indígenas y no-indígenas de cada país. Las condiciones de vida no adecuadas y la falta de acceso a la vivienda, educación, servicios de salud y otros servicios básicos son claras manifestaciones de la pobreza y exclusión de las personas y comunidades indígenas.

Ellos continúan enfrentando amenazas de desalojo y de desplazamiento de sus tierras ancestrales. El problema reside en la falta de reconocimiento legal de sus derechos y recursos. Generalmente no tienen los títulos formales de la tierra o son invisibles para los registros de tierras oficiales del gobierno, lo cual los hace susceptibles a violaciones de su derecho a la tierra.

Debido a que su tierra es su medio de supervivencia, los indígenas son guardianes vitales de nuestro medio ambiente. Perder su tierra significa perder sus hogares, recursos y medios de vida, lo cual los puede llevar aún más hacia la pobreza extrema. También puede significar que pierdan su vida. Ellos están enormemente sobre-representados entre los activistas de la tierra y el medio ambiente asesinados en los últimos años por defender su tierra, bosques y ríos de que se les quiten las tierras y recursos para el desarrollo o para proyectos de 'conservación'.

La pobreza y el despojo de la tierra están llevando a los indígenas a mudarse a zonas urbanas, adonde generalmente



sufren de condiciones de vida aún peores, marginalidad y dificultades para mantener su cultura y valores indígenas.

Pero a pesar de esto, se está logrando algo de progreso alrededor del mundo, lo cual demuestra la fortaleza y resiliencia de los pueblos indígenas para hacer valer sus derechos y lograr el cambio.

- La comunidad indígena Mapuche Curruhuinca en Argentina abogó exitosamente por una ley que fue sancionada por el gobierno nacional en 2011, devolviendo la propiedad de una tierra ancestral de 400 hectáreas que había estado ocupada por las fuerzas armadas argentinas durante más de un siglo. La comunidad ha comenzado a construir casas y a establecer un modelo de vida intercultural para los Mapuches y otras familias de bajos recursos.

Los Wampis – indígenas en la Amazonía peruana – se convirtieron en la primer comunidad indígena en Perú en establecer un gobierno territorial autónomo conocido como la Nación Wampis. Mientras que son aún ciudadanos del Perú, los Wampis son ahora una comunidad auto-gobernada que protege el bienestar de su gente y su territorio ancestral de la explotación. Su victoria ha inspirado a otros grupos indígenas en Perú y América Latina a buscar la auto-gobernanza de sus tierras.

Un enfoque liderado por la comunidad con base de derechos ha empoderado a las comunidades indígenas en la región de Sierra Norte de Puebla en México para construir sus propios hogares, respetando sus necesidades y cultura.

El gobierno de Alberta en Canadá está lanzando un Programa de Capital de Vivienda Indígena de \$120 millones para comprar hogares asequibles directamente diseñados y de propiedad de personas indígenas en la provincia.

En octubre de 2017 fue lanzado un servicio internacional para brindar subvenciones y aumentar en escala el reconocimiento de los derechos colectivos a la tierra y bosques de los indígenas.

Los ciudadanos involucrados y las comunidades locales se han vuelto más conscientes de los desafíos que enfrentan las poblaciones indígenas y están trabajando con ellos de manera colaborativa. La Fundación Tarayana en Bután está apoyando al grupo étnico Olep – una comunidad nómada de cazadores recolectores que vive en una zona remota del país – para liderar su propio desarrollo a través de mejoras de vivienda y desarrollo de capacidades. Y EPIC Homes está involucrando a voluntarios y a empresas para participar en la construcción de vivienda adecuada para familias indígenas Orang Asli en Malasia.

Mientras que celebramos este progreso, ¿no deberían estar sucediendo más cosas como éstas? ¿Conoces algunos otros ejemplos inspiradores? Nos gustaría conocer en particular casos de comunidades indígenas y lo que están realizando para defender sus hogares, sus tierras, sus medios de vida y su cultura.

Si estamos realmente preocupados por lograr los Objetivos de Desarrollo Sostenible y proteger los preciados ecosistemas del mundo, debemos trabajar con las personas



y comunidades indígenas para resolver estos desafíos. Y eso comienza con proteger y reconocer sus derechos a su tierra, cultura y recursos. El asegurar los derechos a la tierra de los indígenas es clave para resolver la pobreza, los conflictos y el cambio climático. Si protegemos sus derechos, no sólo ellos se benefician (como deberían), sino que también protegemos nuestro planeta.

De la lucha indígena por la tierra a la justicia social

El reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas, incluida la garantía de la participación política, sigue siendo un tema pendiente en toda América Latina.

Desde que comenzaron las protestas que llevaron al histórico plebiscito de octubre de 2020 en Chile, el cual culminó en la decisión de enterrar una Constitución herencia de la dictadura, no faltó la wenufoye ondeando a los vientos de cambio que soplaban en el país. La bandera mapuche, de hecho, encarnaba como pocos otros símbolos las grietas del modelo de Estado que la ciudadanía exigía dar por agotado.

“Los pueblos indígenas representan, tanto para ellos mismos como para el resto del país, un modelo de desarrollo alternativo, con una visión de la naturaleza que no es de dominación, de explotación de recursos, sino más bien de equilibrio y de conservación”, dice a DW el abogado mapuche Salvador Millaleo.



Este letrado es, además, autor del proyecto -aprobado a mediados de diciembre- por el que la nueva Asamblea Constituyente del país reservará 17 escaños a representantes de los pueblos originarios chilenos: mapuches, aymaras, rapa nui, collas, quechuas, atacameños, yámanas, kawashkar, diaguitas, changos. En total, las comunidades nativas suman un 12,8% de la población chilena, pero ninguna de las tres Constituciones que ha tenido Chile hasta ahora (1833, 1925 y 1980) ha reconocido la existencia de indígenas en su territorio, como tampoco sus lenguas o culturas.

Para Millaleo, quien considera que se trata de un gran paso frente a las “injusticias históricas” contra esta población, “los pueblos indígenas también representan la resistencia, la dignidad de quienes han luchado constantemente por sus derechos pese a ser perseguidos y reprimidos por el Estado”.

Chile es solo un ejemplo más de la asignatura pendiente de América Latina con sus comunidades nativas, ya sea en los Andes, en la sierra Madre del Sur mexicana o en el corazón de la Amazonía. Ciertamente es que en las últimas décadas muchos de los países de la región han dado importantes pasos en el reconocimiento de algunos derechos y las demandas de las poblaciones indígenas, en especial en torno a la propiedad y el acceso a la tierra. Pero algo así como la justicia social sigue siendo un futuro utópico.



Reconocimiento y redistribución

¿Qué forma tendría ese sueño de justicia social? “Tener el acceso al ejercicio de todos y cada uno de nuestros derechos; particularmente uno, el derecho a la libre determinación y autonomía de los pueblos”, dice a DW desde México la activista indígena Griselda Galicia, “porque a partir de eso nosotros vamos tomando decisiones sobre el tema del acceso a la salud, de la alimentación, del cuidado de los mayores, de la educación, etcétera”.

América Latina es la región del mundo con la mayor proporción de indígenas en la pobreza extrema (cerca del 30%), según la Organización Internacional del Trabajo. Aunque el acceso a la educación primaria para los niños indígenas en América Latina ha mejorado, Unicef apunta que el 30% de los adolescentes de estas comunidades sigue sin escolarizar.

Luis Hallazi, experto peruano en derechos indígenas, sostiene en entrevista con DW que “hablar de justicia social en este caso es hablar de reconocimiento y redistribución”. En su opinión, el impacto particularmente severo del nuevo coronavirus pone de relevancia la precariedad social en la que habitan estos pueblos: “La pandemia ha sido la punta del iceberg de los problemas estructurales que están detrás de esto”.

Según el Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe (FILAC), la tasa de mortalidad por COVID-19 de las comunidades nativas en la región se sitúa en un 23%, muy por encima de la población general. Entre



las causas que cita la organización se encuentran la baja calidad de los servicios, la escasez de personal sanitario, así como de medicamentos, y la gran distancia respecto del centro de salud más cercano.

El chileno Millaleo explica que “la justicia social tiene que ver con una noción que podríamos traducir como el buen vivir, los mapuches lo llamamos el kúme mogen: el saber vivir en el mundo, que implica una serie de obligaciones respecto a cómo vivimos con los demás”. En la práctica, continúa el mapuche, “esto significa vivir en términos igualitarios, sin que otros te dominen, con una libertad recíproca, y que todos estemos incluidos en la vida comunitaria”.

La mexicana Galicia reconoce que, en su país, “el Estado ha provisto ciertos programas, ciertas acciones, pero no necesariamente están respondiendo a la visión, a las necesidades y a los requerimientos que los pueblos indígenas tienen”. Y para ello es necesario, subraya, “darles voz y reconocerles autoridad en esa voz”. En otras palabras: que participen en la toma de decisiones.

Sin participación política no hay justicia social

Georg Dufner, representante en Bolivia de la Fundación Konrad Adenauer (KAS, por sus siglas en alemán), dirige un programa regional de la organización sobre participación política indígena y dice a DW que la tendencia a garantizar derechos en las



legislaciones, muy presente en América Latina, ha descuidado la inclusión efectiva en ámbitos como la toma de decisión.

Un punto clave es “que se respeten y garanticen los derechos cívicos de los pueblos indígenas, algo que no se cumple prácticamente en ningún país latinoamericano”.

Bolivia es un buen ejemplo, pues hay muy buenas intenciones y una legislación muy amplia, con un derecho a la consulta muy avanzado”, afirma Dufner, “pero en los tomadores de decisión hay una cierta falta de predisposición a aplicar la ley, así como arbitrariedad en la toma de decisiones, por no hablar de la falta de presupuesto en todo el sistema jurídico”.

El peruano Hallazi pone como ejemplo la exigencia de candidatos indígenas en elecciones municipales de su país, “pero los pusieron en los últimos casilleros, con lo que cumplían con la norma, aunque las comunidades nativas nunca iban a acceder a un asiento”. En el mismo sentido, la mexicana Galicia reclama “espacios de representación y participación para los pueblos”.

La indígena advierte que la situación de las mujeres es todavía peor. “En muchas comunidades, si no tienes tierra, si no eres comunera, no puedes participar”, lamenta, resaltando que la cuestión de la propiedad y el acceso a la tierra dista de ser un asunto resuelto en México y el resto de América Latina. Sin voz ni tierra para los indígenas, las buenas intenciones respecto a la justicia social tienen todas las de caer en saco roto.



De la lucha indígena por la tierra a la justicia social

El reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas, incluida la garantía de la participación política, sigue siendo un tema pendiente en toda América Latina.

Desde que comenzaron las protestas que llevaron al histórico plebiscito de octubre de 2020 en Chile, el cual culminó en la decisión de enterrar una Constitución herencia de la dictadura, no faltó la wenufoye ondeando a los vientos de cambio que soplaban en el país. La bandera mapuche, de hecho, encarnaba como pocos otros símbolos las grietas del modelo de Estado que la ciudadanía exigía dar por agotado.

“Los pueblos indígenas representan, tanto para ellos mismos como para el resto del país, un modelo de desarrollo alternativo, con una visión de la naturaleza que no es de dominación, de explotación de recursos, sino más bien de equilibrio y de conservación”, dice a DW el abogado mapuche Salvador Millaleo.

Este letrado es, además, autor del proyecto -aprobado a mediados de diciembre- por el que la nueva Asamblea Constituyente del país reservará 17 escaños a representantes de los pueblos originarios chilenos: mapuches, aymaras, rapa nui, collas, quechuas, atacameños, yámanas, kawashkar, diaguitas, changos. En total, las comunidades nativas suman un 12,8% de la población chilena, pero ninguna de las tres Constituciones que ha tenido Chile hasta ahora (1833, 1925 y 1980) ha reconocido



la existencia de indígenas en su territorio, como tampoco sus lenguas o culturas.

Para Millaleo, quien considera que se trata de un gran paso frente a las “injusticias históricas” contra esta población, “los pueblos indígenas también representan la resistencia, la dignidad de quienes han luchado constantemente por sus derechos pese a ser perseguidos y reprimidos por el Estado”.

Chile es solo un ejemplo más de la asignatura pendiente de América Latina con sus comunidades nativas, ya sea en los Andes, en la sierra Madre del Sur mexicana o en el corazón de la Amazonía. Ciertamente es que en las últimas décadas muchos de los países de la región han dado importantes pasos en el reconocimiento de algunos derechos y las demandas de las poblaciones indígenas, en especial en torno a la propiedad y el acceso a la tierra. Pero algo así como la justicia social sigue siendo un futuro utópico.

En el mundo existen más de 5.000 pueblos indígenas diferentes que hablan más de 4.000 lenguas.

Tienen diferentes costumbres y culturas, pero comparten algunas desagradables realidades: la expulsión de sus tierras, la negación de su cultura, las agresiones físicas y ser tratados como ciudadanos de segunda clase.

Los pueblos indígenas suelen ser marginados y sufrir discriminación en los sistemas legales de los países. Esto hace

que corran además el riesgo de sufrir la violencia y abusos. Quienes defienden sus derechos humanos y denuncian sus violaciones sufren intimidación y violencia, a menudo con el apoyo del Estado.

Los esfuerzos pacíficos de los pueblos indígenas para mantener su identidad cultural o ejercer el control sobre sus tierras ancestrales y sus recursos pueden ser etiquetados de traición o “terrorismo”.

Amnistía Internacional trabaja con los pueblos indígenas para elaborar leyes que hacen falta con urgencia para proteger sus tierras, su cultura y sus medios de vida. En el ámbito internacional, los pueblos indígenas han hecho oír sus voces y han presionado efectivamente a los gobiernos. Amnistía Internacional les ha apoyado, por ejemplo, en la redacción de la Declaración de la ONU sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas (2007).

También trabajamos para que puedan volver a su hogar. Después de más de 20 años de vivir en condiciones deplorables junto a una transitada carretera, la comunidad indígena sawhoymaxa de Paraguay ganó su batalla legal y retornó a sus tierras ancestrales. “Los indígenas sólo lloramos cuando logramos nuestra libertad”, dice el dirigente comunitario Carlos Marecos. “Y hoy es como si estuviéramos saliendo de una cárcel. Por eso, muchos lloraron de la emoción.”



DESPOSEÍDOS Y EN PELIGRO

Los pueblos indígenas suelen compartir un valor clave: la estrecha relación entre su identidad, su estilo de vida y sus tierras. Actúan como “guardianes” o “custodios” de las tierras para la siguiente generación. Perderlas significa perder la identidad.

Las tierras en las que viven los pueblos indígenas suelen ser ricas en recursos y han sido apropiadas, vendidas, alquiladas o simplemente saqueadas y contaminadas por gobiernos y empresas privadas. Muchos indígenas han sido arrancados de sus tierras con políticas discriminatorias o conflictos armados. Los activistas por los derechos indígenas sufren actos violentos e incluso son asesinados cuando tratan de defender a sus comunidades y sus tierras.

En muchos países, más del 50 por ciento de los indígenas vive en las ciudades. En las últimas tres décadas, muchos indígenas se han trasladado desde sus tierras ancestrales a las zonas urbanas. Algunos en busca de oportunidades de educación y trabajo, mientras otros huyen de abusos contra los derechos humanos, sobre todo en relación con sus derechos sobre las tierras y la supervivencia de su cultura.

Lejos de unos recursos y unas tradiciones vitales para su bienestar y su supervivencia, muchos indígenas no pueden disfrutar plenamente de sus derechos humanos. Por el contrario, sufren marginación, pobreza, enfermedades y violencia; y, en algunos casos, la extinción como pueblo.



MÁS INFORMACIÓN SOBRE EL TEMA

Los pueblos indígenas sufren discriminación y marginación. En el continente americano, por ejemplo, en comparación con otros ciudadanos, las mujeres y los hombres indígenas tienen más probabilidades de cobrar un sueldo inferior, tener niveles educativos inferiores y tener menos esperanza de vida. En el mundo, los indígenas sufren tasas superiores de pobreza, carencia de tierras, malnutrición y desplazamiento interno, y niveles inferiores de alfabetización y menos acceso a los servicios de salud.

Las mujeres indígenas afrontan múltiples formas de discriminación debido a su cultura, clase y género. Es más probable que mueran en el parto y que la discriminación desemboque en abusos de las autoridades y de personas de otras comunidades. En la década de 1990, las autoridades estatales esterilizaron sin su pleno consentimiento a más de 2.000 mujeres indígenas y campesinas de Perú. El 22 de enero de 2014, la fiscalía de Lima cerró su caso. Se les negó la justicia sin más.

La violencia en el ámbito familiar puede producirse en todas las comunidades. Pero con la alteración de los estilos de vida tradicionales, las mujeres indígenas a veces pierden estatus en su propia sociedad o se encuentran con que la frustración derivada de la discriminación racial y sexual que afectan a la comunidad en general se convierte en violencia en su propia casa.



Esta discriminación, marginación y violencia se producen una y otra vez en todo el mundo. Desde el África meridional, donde los niños san, ovahimbos y de otros pueblos indígenas tienen muy difícil el acceso a la educación, hasta el sureste asiático, donde la mayoría de las mujeres y niñas objeto de trata transfronteriza proceden de comunidades indígenas.

AMNISTÍA INTERNACIONAL PIDE:

Los gobiernos deben implementar leyes y políticas que hagan realidad la Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas, sobre todo en torno a los siguientes aspectos:

- garantizar que los pueblos indígenas tienen voz en las decisiones que les afectan;
- mantener sus identidades culturales propias;
- vivir sin discriminación ni la amenaza del genocidio;
- tener acceso seguro a las tierras y a unos recursos esenciales para su bienestar y estilos de vida.

El aporte de los pueblos indígenas en la construcción de país

Reconocer, cuidar y preservar la sabiduría indígena es fundamental para conocer la historia, las realidades culturales

e identitarias que conforman Colombia y para la construcción de un país en paz.

En Colombia existen 115 pueblos indígenas, de los cuales 65 conservan sus idiomas propios. Son pueblos originarios que han sido afectados gravemente por el conflicto armado, y que resisten desde sus formas de vida, cosmovisiones y autodeterminación, aportando a la construcción de una sociedad colombiana diversa, brindándole una riqueza lingüística y cultural invaluable. Cada 9 de agosto se conmemora el Día Internacional de los Pueblos Indígenas, declarado por la Asamblea General de Naciones Unidas el 23 de diciembre de 1994 para dignificar las resistencias y permanencia de los pueblos, reconociendo la diversidad étnica, cultural, lingüística y espiritual y haciendo un llamado a las sociedades a fin de prevenir la discriminación, así como aunar esfuerzos que permitan avanzar en la protección de los pueblos milenarios.

La mayoría de pueblos indígenas en Colombia han sido afectados de manera desproporcionada a causa del conflicto armado, es por ello, que la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, ha venido trabajando para recoger sus voces y su participación efectiva, incorporando sus narrativas, reflexiones y análisis respecto a la relación histórica del Estado Nación con los pueblos indígenas, haciendo evidente la reproducción del modelo colonial, discriminatorio y racista, ahondando en las dinámicas de la economía política, en los impactos, hechos y afectaciones ocurridas en el marco del conflicto armado contra los pueblos indígenas y sus territorios.



Los pueblos indígenas han sido históricamente desconocidos, violentados y discriminados, las prácticas y períodos continuos de violencia en los diferentes procesos de la colonización en sus territorios, han generado muerte física y cultural, genocidios y etnocidios que hasta la fecha siguen dejando secuelas en sus realidades e imaginarios sociales.

Los imaginarios coloniales del indígena como “bárbaro” y “salvaje” aún persisten hoy en día en el imaginario nacional, reforzado el racismo estructural, el irrespeto por sus culturas, y la idea de que sus territorios son objeto de conquista y explotación. Durante muchos años los indígenas fueron relegados a vivir bajo las figuras de terraje, endeude y servidumbre en sus tierras. Gran parte de ellos se replegó hacia las profundidades de las montañas, selvas, llanuras, páramos o desiertos donde resistieron a diferentes procesos de dominación cultural y territorial. El despojo de su territorio y su cultura no se ha detenido, hoy las economías extractivistas siguen violentado las formas de vida indígena y su territorio.

El reconocimiento de los derechos, la autodeterminación y respeto por los territorios de los pueblos indígenas han sido fruto de su lucha constante, han batallado contra la negación persistente en el proceso de independencia y creación de la República donde el Estado a través de políticas, leyes y normas no correspondió con las necesidades ni con el reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas, más bien facilitó el despojo de sus territorios, el exterminio físico y cultural aún más



fuerte en el marco del conflicto armado interno y la violación incesante de sus derechos individuales y colectivos.

Los pueblos indígenas han resistido a estas violencias desde sus prácticas culturales, espirituales y procesos de organización social. A través del cuidado de sus conocimientos tradicionales, la protección de sus territorios y su vida comunitaria, el fortalecimiento de sus sistemas organizativos y de gobiernos indígenas y tradicionales, el desarrollo de propuestas en defensa y reconocimiento de sus derechos étnico-territoriales, así como los procesos de mediación y resistencia pacífica para la resolución de conflictos.

Las luchas políticas de los líderes indígenas por su territorio y sus derechos comenzaron desde el período de La Conquista y se han postergado en el período de la colonización y la república. La Cacica Gaitana, de Timaná, Huila, fue una de las primeras mujeres indígenas en resistir al régimen español. Se reveló por la invasión, el despojo de las tierras y el pago de tributos a los españoles entre 1539 y 1540. En la época de la colonia las resistencias y enfrentamientos de los pueblos indígenas con la Corona española y los procesos de colonización, permitieron que los españoles reconocieran y titularán parcialidades a los indígenas, lo que generó el nacimiento de los resguardos.

Una vez acabada la independencia, a comienzos de la república, la nueva institucionalidad que se emancipó de España no cambió su relación colonial frente al tratamiento de los



pueblos indígenas, por el contrario, comenzaron a disputarse sus tierras, incluidos los territorios reconocidos como resguardos coloniales durante el dominio español.

En este contexto comenzaron las luchas de los líderes indígenas, José González Sánchez (Totoroez), Eutiquio Timote (Pijao) y Manuel Quintín Lame (Nasa), que entre 1912 a 1925 participaron en una rebelión indígena en la región del Cauca, Tolima y el Huila. En el contexto de los debates de la reforma agraria en Colombia en los años 60, los indígenas retomaron sus luchas por la defensa del reconocimiento de sus territorios ancestrales y la constitución de tierras y resguardos del que fueron despojados, así fueron creando y consolidando un proceso de organización comunitaria para la protección, gobernabilidad y exigibilidad de sus derechos culturales y territoriales.

El surgimiento del Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) el 24 de febrero de 1971 en Toribío, Cauca, marca un hito para la historia del país, al ser la primera organización indígena que sea crea para la recuperación de los resguardos, la defensa del territorio ancestral, la creación y fortalecimiento de los Cabildos; hacer conocer las leyes sobre indígenas y exigir su justa aplicación, defender la historia, la lengua, las costumbres. En 1973 surge también el Consejo Regional Indígena del Vaupés.

Posteriormente, en 1979 se conforma la organización de Autoridades Indígenas del Sur Occidente del País (AISO) en Nariño y Cauca, ahora llamado Movimiento Autoridades Indígenas



de Colombia por la Pacha Mama (AICO). En 1980 se crea la Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC) bajo los principios políticos y organizativos de unidad, territorio, cultural y autonomía; en 1982 el pueblo arhuaco se toma el Orfelinato de Las Tres Avemarías de Nabusimake, en la Sierra Nevada de Santa Marta, expulsando definitivamente a la misión capuchina que había negado y violentado la cultura arhuaca. Este hecho impulsó las discusiones sobre la necesidad de construir una política etnoeducativa, así nace, en 1983 la Confederación Indígena Tayrona, que reunía al pueblo Arhuaco de la Sierra Nevada de Santa Marta.

La Organización de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana (OPIAC), fue constituida durante el Congreso de 1995 en Mitú, con la participación de representantes de los 64 Pueblos Indígenas Amazónicos. Y finalmente se consolida Las Autoridades Tradicionales de Colombia Gobierno Mayor, fue constituida por 11 pueblos indígenas ubicados en áreas urbanas y rurales en diferentes departamentos del país.

El movimiento político indígena abre un panorama de participación política que les permite visibilizar sus realidades, pensamientos y saberes, y exigir su derecho a la tierra y a su autodeterminación. Sin embargo, desde los años 70 el conflicto armado interno profundizó las violencias a la población indígena. Los actores armados entraron a controlar sus territorios, poniendo a las comunidades en medio de confrontaciones, desconociendo las autoridades tradicionales y generando conflictos internos.



El desplazamiento forzado, el confinamiento, el asesinato de líderes y autoridades, el reclutamiento forzado de jóvenes, las múltiples violencias contra las mujeres y niñas, entre ellas la violencia sexual, los procesos de despojo territorial y las graves afectaciones a sus derechos humanos y colectivos son algunos de los impactos que aún hoy viven muchas comunidades. Aún así, los Pueblos Indígenas han seguido luchando por sus derechos y por la reparación individual y colectiva por las violencias que han vivido.

El movimiento indígena colombiano participó activamente del proceso de la séptima papeleta desarrollado en 1990, que fue la antesala a la Asamblea Nacional Constituyente de 1991. En representación de los pueblos indígenas participaron Lorenzo Muelas, del pueblo misak, Francisco Rojas Birry indígena embera y por el movimiento de Quintín Lame Alfonso Peña Chepe, indígena Nasa.

Los pueblos indígenas lograron incorporar en la Constitución Política de 1991 los derechos al reconocimiento de la diversidad étnica y cultural del país; el reconocimiento de la propiedad colectiva de los pueblos étnicos y la condición de inembargables, imprescriptibles e inalienables de los resguardos; el reconocimiento de los idiomas indígenas como idiomas oficiales; el reconocimiento a tener gobiernos autónomos en términos de sus tradiciones y la conformación de sus Entidades Territoriales Indígenas; el derecho de la administración de la justicia propia; el derecho a percibir recursos del sistema general



de participación; el derecho a la consulta y la participación en las decisiones sobre aquellos proyectos susceptibles de afectar sus territorios y culturas, y el derecho a la participación política.

La firma del Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) sobre Pueblos Indígenas y Tribales (1989), buscó dar un marco normativo para la autonomía política, cultural y económica de los pueblos, y garantizar sus derechos humanos y libertades fundamentales. Este Convenio fue fundamental para el reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas en la construcción de la Constitución Política de Colombia de 1991 y las leyes que hoy los amparan.

Aunque en el marco legal los pueblos indígenas fueron ampliamente reconocidos, en la práctica siguieron siendo violentados y discriminados. El incumplimiento de la Constitución Política de 1991 y la omisión legislativa por parte del Congreso para desarrollar los artículos reconocidos en la Constitución, así como el asesinato sistemático de indígenas entre 1991 y 1996 llevaron a los pueblos indígenas a la toma de la Conferencia Episcopal el 5 de julio de 1996. La toma duró 43 días y se levantó luego de que el Gobierno aceptó las peticiones de los pueblos indígenas.

En 1996 se crea la Mesa Permanente de Concertación Nacional (MPC) como espacio de diálogo y acuerdo entre las organizaciones indígenas y el Gobierno Nacional, mediante la expedición del Decreto 1397 de 1996. Aunque los pueblos indígenas



han ganado espacios de diálogo y decisión, la realidad en los territorios no ha cambiado sustancialmente. Hoy el conflicto armado persiste en los territorios indígenas, estos siguen siendo lugares de disputa y constantes violaciones a los derechos de los pueblos, a los Derechos Humanos y al Derecho Internacional Humanitario.

Los pueblos indígenas de Colombia han sido defensores de la paz y el fin del conflicto armado. Han salvaguardado saberes y culturas milenarias que hoy aportan una visión sostenible de la vida y el territorio. La participación de la Comisión Étnica para la Paz en los diálogos de la Habana dio lugar al Capítulo Étnico del Acuerdo de Paz. A través de un enfoque étnico y diferencial del Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y NO Repetición, se busca garantizar para los pueblos indígenas, afrocolombianos y rrom la reparación colectiva e individual, la justicia, la verdad y la no repetición, en camino a un futuro en paz.

Es necesario entender el contexto de los pueblos indígenas, sus apuestas por la defensa de sus derechos, reconocer las múltiples formas de violencia de las que históricamente han sido víctimas, esta comprensión contribuirá a superar la narrativa colonial que hoy persiste en la sociedad colombiana y a encontrar los caminos para atender sus necesidades y perspectivas humanas y culturales.

La construcción de una narrativa histórica de los pueblos indígenas y las dinámicas e impactos del conflicto armado es



necesaria para conocer las causas profundas de este largo período de violencia, para que, a través del reconocimiento de estas realidades, todos los ciudadanos y las futuras generaciones puedan entender su pasado y adquieran una conciencia y un compromiso ético para no repetir esta cultura de exclusiones históricas que han conllevado al conflicto armado, que aún no cesa.

Por esa razón es importante reconocer, cuidar y preservar la vida y la sabiduría indígena porque es fundamental para la construcción de paz y la memoria histórica de nuestro país.

LINK VIDEOS

Implementación del Conocimiento Tradicional Indígena en el Trabajo Social... FITS-Comisión Indígena

<https://www.youtube.com/watch?v=LLDOjKtKf9A>



SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO SOBRE SERVIÇO SOCIAL, POVOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS

Carta-compromisso

Mobilizadas/os pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), nos reunimos nos dias 14 e 15 de julho de 2022, de forma presencial e remota, na cidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, mais de sete mil participantes sintonizadas/os no Seminário Latino-americano e Caribenho Serviço Social - Povos Indígenas e Direitos Humanos. Nosso Seminário, inédito para o Serviço Social brasileiro, latino-americano e caribenho, contou com a representação de membros da Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS) e da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS)/ América Latina e Caribe, com o objetivo de ampliar os diálogos acerca das lutas dos povos indígenas e construir uma agenda de compromissos pela nossa categoria profissional.

Articulando as vozes de representantes das organizações brasileiras e internacionais com os cânticos das rezadoras e rezadores Avá-Guarani da região Oeste do Paraná, a abertura oficial do seminário explicitou a posição política do Serviço Social como uma profissão organicamente vinculada à luta em defesa dos direitos dos povos originários do nosso continente.

Pautando temas como “As expropriações e luta pela terra dos povos originários na América Latina, Caribe e Brasil: desafios em tempos de neoconservadorismo” e “Movimentos indígenas e a luta por direitos, (des)proteção social e retrocessos de direitos”, o seminário refletiu e evidenciou as marcas históricas e estruturais de expropriação e de genocídios das populações ameríndias



intimamente associadas pelo avanço do capitalismo neoliberal no continente, assim como das estratégias de resistência física, cultural e territorial pelas organizações e movimentos indígenas em Abya Yala.

Ao debater sobre “A formação e a intervenção profissional e os povos indígenas: desafios para o fortalecimento do projeto ético-político”, evidenciamos a importância de refletir a questão indígena numa perspectiva crítica e incidir nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e da pós-graduação em Serviço Social, e no cotidiano do exercício profissional, contando com o diálogo e o protagonismo fundamental de profissionais indígenas em Serviço Social e das organizações e movimentos sociais dos povos originários. Faz-se necessário que avancemos na defesa dos seus direitos que, há mais de 520 anos, lutam e resistem no seu direito mais básico: o direito à existência. Destacamos a necessidade de assumirmos a luta dos povos indígenas como uma luta dos coletivos do Serviço Social em toda a América Latine e Caribe. Lutar pela demarcação dos territórios indígenas, pela ampliação de acesso às políticas sociais específicas de assistência social, de saúde e de educação, pelo fortalecimento das ações afirmativas em ampliar o ingresso e a permanência dos povos originários na educação superior pública e nos espaços sócio-ocupacionais em que a profissão historicamente está inserida.

Assumimos e reafirmamos princípios que vêm sendo construídos pelas organizações e movimentos indígenas, dentre eles:



- Defesa das lutas pela demarcação dos territórios indígenas;
- Conhecer e respeitar as diferentes cosmologias indígenas e a história de cada povo, suas culturas, crenças, modos de vida e organizações sociais e políticas próprias;
- Reconhecimento e garantia do protagonismo e participação indígena na proposição, elaboração, planejamento e avaliação de políticas sociais;
- Superação da visão integracionista e tutelar, que ainda constitui as organizações governamentais e não governamentais na relação com os povos indígenas;
- Efetivação dos direitos indígenas presentes nos marcos legais nacionais e internacionais, tais como nas Constituições Nacionais, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dentre outras, que garantem a consulta e a participação ativa e direta dos povos indígenas;
- Diálogos permanentes com as organizações e movimentos sociais indígenas, bem como com seus representantes nos territórios indígenas;
- Superação de todas as expressões do racismo contra os povos indígenas e comunidades tradicionais;



As reflexões e debates realizados provocaram a proposição de uma agenda para as organizações representativas do Serviço Social brasileiro e internacional, sinalizando os seguintes pontos:

1. Propor a criação de espaços de debates sobre Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos na América Latina e Caribe em conjunto as organizações internacionais, nacionais e regionais;

2. Constituição de uma rede latino-americana e caribenha de Serviço Social e Povos Indígenas, articulando esforços de organizações de assistentes sociais indígenas e não indígenas;

3. Elaboração de documentos orientadores para atuação profissional junto aos povos indígenas, considerando a diversidade étnica, linguística e territorial nos distintos países da América Latina e Caribe;

4. Fomentar a produção e disseminação acadêmica acerca do Serviço Social e Povos Indígenas nos periódicos da nossa área de conhecimento;

5. Visibilizar a questão indígena por meio de estratégias de comunicação, dando a conhecer as realidades e as lutas dos povos indígenas na América Latina e Caribe;

6. Desenvolvimento de uma agenda de ações voltadas à educação permanente junto às organizações profissionais acerca da questão indígena;



7. Fomentar e fortalecer a participação de assistentes sociais indígenas nos espaços de representação da categoria profissional.

Esta agenda coletiva de compromissos evidencia as intenções de que as lutas e resistências históricas dos povos originários na América Latina e Caribe devam ser espalhadas e incorporadas internacionalmente numa perspectiva crítica, dialógica e emancipatória.





ISBN: 978-65-86322-12-5

CD



9 786586 322125



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br